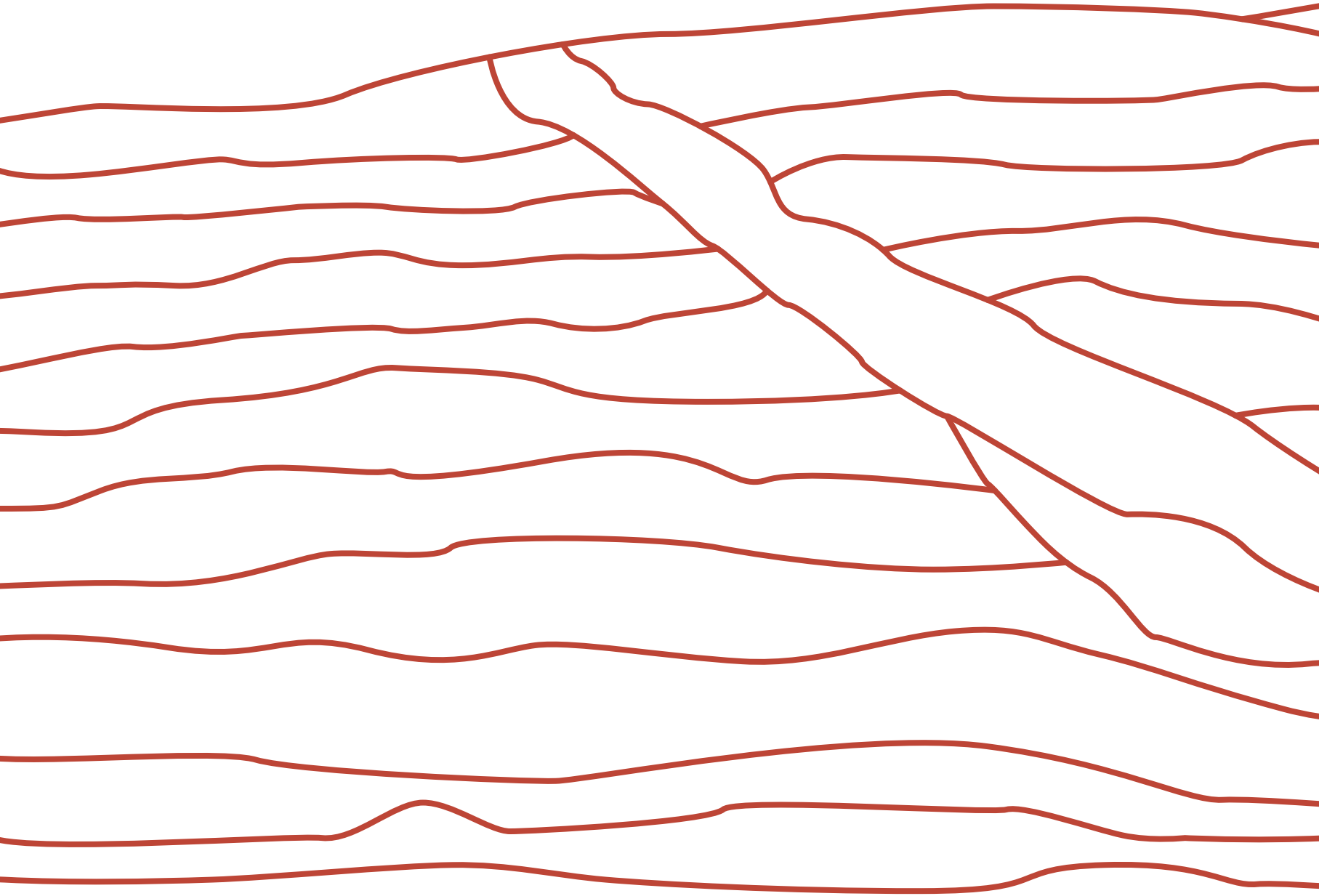
Arqueologia e os primeiros habitantes no Distrito Federal



IPHAN



Arqueologia e os primeiros habitantes no Distrito Federal

Presidência da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministra da Cultura	Margareth Menezes da Purificação Costa
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Presidente do Iphan	Leandro Antônio Grass Peixoto
Diretoria do Iphan	Andrey Rosenthal Schlee
	Daniel Borges Sombra
	Deyvesson Israel Alves Gusmão
	Márcia Lucena
	Maria Silvia Rossi
Superintendente do Iphan no Distrito Federal	Thiago Pereira Perpétuo
Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização	Andrey Rosenthal Schlee
Centro Nacional de Arqueologia	Jeanne Cristina Menezes Crespo
Departamento de Articulação, Fomento e Educação	Márcia Lucena
Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio	Clara Marques Campos
Divisão de Editoração e Publicações do Patrimônio	Bruna da Silva Ferreira
Governador do Distrito Federal	Ibaneis Rocha Barros Junior
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal	Hélvia Miridan Paranaguá Fraga
Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral	Vera Lucia Ribeiro de Barros
Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte-Educação	Hamilton Cavalcante Martins
Banco Regional de Brasília	Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Instituto BRB	Leila Cristina Republicano

Margareth de Lourdes Souza
textos e organização

Arqueologia e os primeiros habitantes no Distrito Federal

Brasília
Iphan
2024

Primeira edição

Texto e organização Margareth de Lourdes Souza
Ilustrações Sofia Paiva de Araújo
Cartografia digital André Argollo Aguiar e Ricardo Avelino Costa
Projeto gráfico e diagramação Pedro Joffily de Araújo
Revisão Fernanda Gomes Teixeira de Souza

Segunda edição

Revisão Textual e Técnica Vinicius Prado Januzzi
Ádila Borges Figueira Cerqueira
Ana Carolina Lessa Dantas
Juliana de Souza Silva
Revisão de diagramação Sarah Torres Nascimento de Abreu
Érica Cristina Ferreira dos Santos
Produção gráfica Sarah Torres Nascimento de Abreu
Ronaldo Nogueira

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br
iphan-df@iphan.gov.br
(61) 2024-6180

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

S729a

Souza, Margareth de Lourdes.
Arqueologia e os primeiros habitantes no Distrito Federal. / Margareth de Lourdes Souza. – 2. reimpr. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : Iphan, 2024.
121 p.

Modo de acesso: https://www.gov.br/iphan/pt-br
ISBN: 978-85-7334-418-9

1. Arqueologia – Distrito Federal. 2. Patrimônio arqueológico. 3. Sítios arqueológicos. I. Título.

CDD 930.1

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120

Agradecimentos

Às arqueólogas Francine Medeiros da Silva e Crisvanete de Castro Aquino, pelas observações realizadas durante a elaboração dos textos.

Aos arqueólogos e arqueólogas que estão presentes nas fotos: Adriana Amorim, Alexia, Jordana Goulart, Marcelo Yuri e Margareth Souza.

Aos colegas que cederam as fotografias para o nosso trabalho: Anderson Manoel dos Santos, Barbara Vasconcelos, Cardoso & Esgalha, Deolinda Taveira, Diogo Gurgel, Edilson Teixeira, Elber Rocha, Fernando Miranda, Hélio Braz (Iphan-AP), Kênia Aguiar Ribeiro, Margareth de L. Souza, Mônica Lima, Nelson Kon, Vera Lucia Neves, Wagner Magalhães, Val Moraes, Irmhild Wüst *(in memorian),* Acervo Iphan (Ádon Bicalho, Maria Clara Migliacio – *in memorian*), Acervo FUMDHAM e Acervo do Colégio Catarinense.

Às colegas do Iphan, Maria da Gloria Medeiros e Mádia Pereira do Prado, que auxiliaram na localização do acervo dos sítios arqueológicos identificados por Eurico T. Miller na COPEDOC/Iphan.

À Carlos Madson Reis e Sandra Ribeiro Bernardes pelo incentivo na elaboração do presente livro de Arqueologia.



Arqueóloga Niéde Guidon, Serra da Capivara, PI.
Foto: Acervo FUMDHAM.

Sumário

Apresentação 10

1. O que a arqueologia estuda? 16
1.1 Quais os tipos de sítios e vestígios arqueológicos pré-históricos? 21
1.2 Quais os tipos de sítios e vestígios arqueológicos históricos? 42

2. Como os arqueólogos trabalham? 52
2.1 A arqueologia é interdisciplinar? 57

3. A ocupação das Américas: de onde viemos? 58

4. Qual é a legislação de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro?
E como funciona o licenciamento ambiental? 60

5. Houve ocupação pré-histórica no território do Distrito Federal? Como era Brasília antes? 62
5.1 Quais os sítios arqueológicos do Distrito Federal cadastrados no Iphan? 82

6. Para entender alguns termos arqueológicos 114

7. Para saber mais é preciso pesquisar e visitar museus 118

8. Referências 119

Apresentação

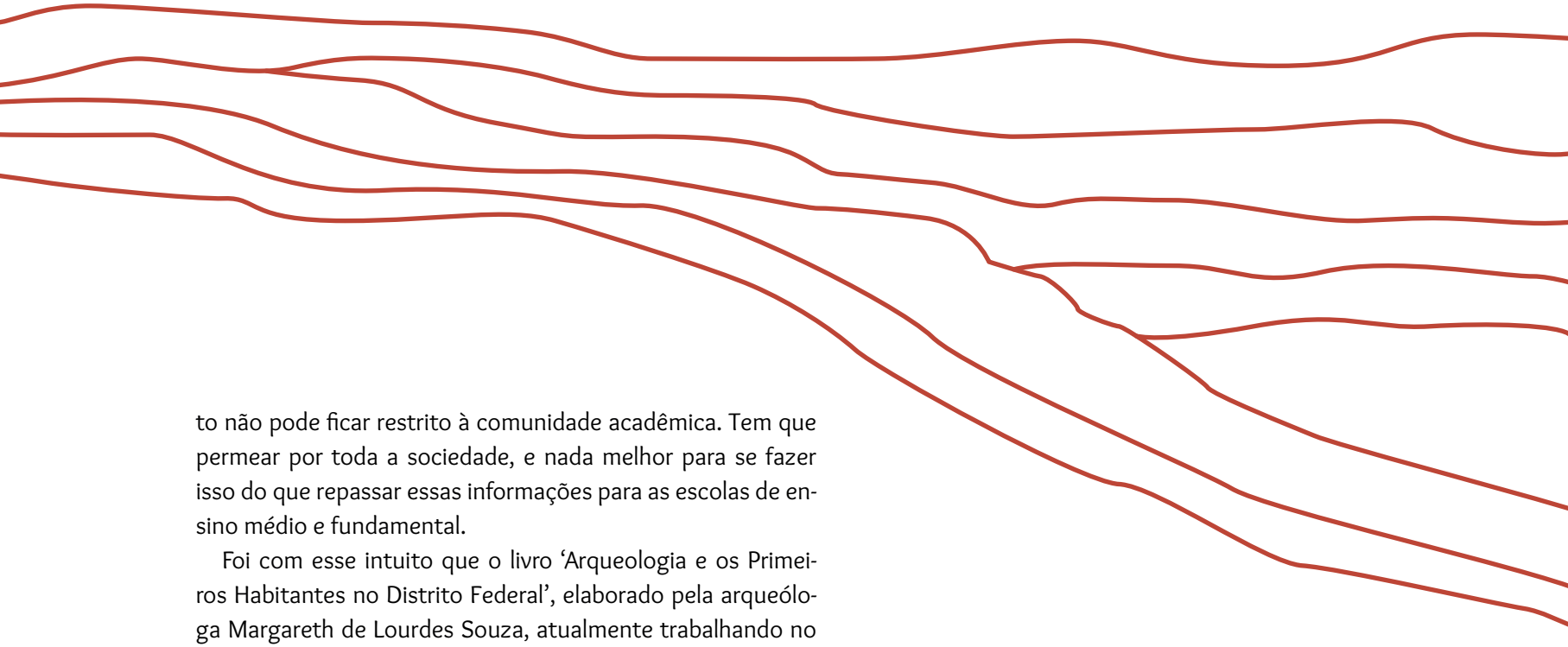
No início dos anos 1990, tive a honra de participar, com o arqueólogo Eurico Miller, em um trabalho coordenado por ele, do levantamento arqueológico de várias áreas do entorno de Brasília (como Nova Gama, Brazlândia, Recanto das Emas, entre outras), onde loteamentos seriam implantados. Inúmeros sítios foram encontrados, sendo estes os primeiros a serem cadastrados no Iphan para essa região.

É incrível perceber que, há cerca de 30 anos, quase nada se conhecia sobre a arqueologia do entorno da capital do país. Isso mostra o pouco valor que se dava a essa disciplina. A situação mudou? Podemos dizer que ela vem paulatinamente melhorando, devido, principalmente, à legislação que trata sobre a proteção do ambiente e do patrimônio cultural. Se leis existem desde a década de 1930 (principalmente relativas à proteção do patrimônio histórico), foi com a Resolução n. 01 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), de 1986, e a Constituição Federal, de 1988, que houve uma maior conscientização da população, ou pelo menos de uma (pequena) parte dela, sobre a importância do Patrimônio Arqueológico, e da necessidade de sua conservação.

Foi graças à Resolução do CONAMA, que obriga um estudo prévio nas áreas afetadas pela construção de grandes obras de engenharia (a chamada 'arqueologia de contrato', ou 'arqueologia preventiva'), que a pesquisa acima citada na área do entorno de Brasília foi realizada; também podemos notar que a grande maioria, senão a totalidade dos sítios até hoje localizados e cadastrados no Iphan, nessa região, foi fruto de projetos de salvamento.

Esse grande aumento no número de pesquisas arqueológicas se deu por todo o Brasil, causando uma demanda cada vez maior de profissionais qualificados. Isso, por sua vez, fez com que surgissem os cursos de graduação em Arqueologia: se na década de 90 existia apenas um curso no país, em uma universidade particular, a partir de meados dos anos 2000 os cursos começam a se multiplicar, sendo que atualmente existem cerca de 14 deles, sendo a sua grande maioria em universidades públicas, espalhados por todas as regiões do país (sem falar nos cursos de pós-graduação stricto sensu).

Percebe-se que a influência do CONAMA demorou cerca de 20 anos para se refletir na criação de cursos de graduação em arqueologia, na consequente formação de profissionais qualificados, e no aumento do número de pesquisas. Essa expansão é fundamental para que se tenha um maior conhecimento sobre a pré-história do país. No entanto esse conhecimen-



to não pode ficar restrito à comunidade acadêmica. Tem que permear por toda a sociedade, e nada melhor para se fazer isso do que repassar essas informações para as escolas de ensino médio e fundamental.

Foi com esse intuito que o livro 'Arqueologia e os Primeiros Habitantes no Distrito Federal', elaborado pela arqueóloga Margareth de Lourdes Souza, atualmente trabalhando no Iphan, foi pensado: um livro de apoio para atender aos professores da rede pública, com informações básicas e introdutórias sobre arqueologia.

São tratados aqui, de maneira clara e didática, vários temas, desde os mais gerais (como a definição de arqueologia, ou como os arqueólogos trabalham), até os mais específicos, relativos ao Distrito Federal (as pesquisas realizadas na região e os diversos sítios ali encontrados).

Temos certeza que o presente livro será de grande utilidade, para professores e alunos, e que contribuirá enormemente para a divulgação da arqueologia.

Paulo Jobim Campos Mello
Universidade Federal de Sergipe

Iphan

Poucos sabem que Brasília foi reconhecida como patrimônio cultural não tanto pelas formas arrojadas de Oscar Niemeyer ou do urbanismo de Lucio Costa, o que lhe teria garantido lugar no Livro de Tombo de Belas Artes, do Iphan. Inscrita no Livro de Tombo Histórico, foi reconhecida fundamentalmente por representar um momento de enorme transformação na História de nosso país: a transposição da Capital da República do Rio de Janeiro para o interior, alterando para sempre a geografia do território nacional e conduzindo o desenvolvimento para longe da costa litorânea.

Também reconhecida como patrimônio da humanidade, chamou a atenção do mundo por ter sido considerada um empreendimento heroico: uma cidade construída no ermo, criada "do nada".

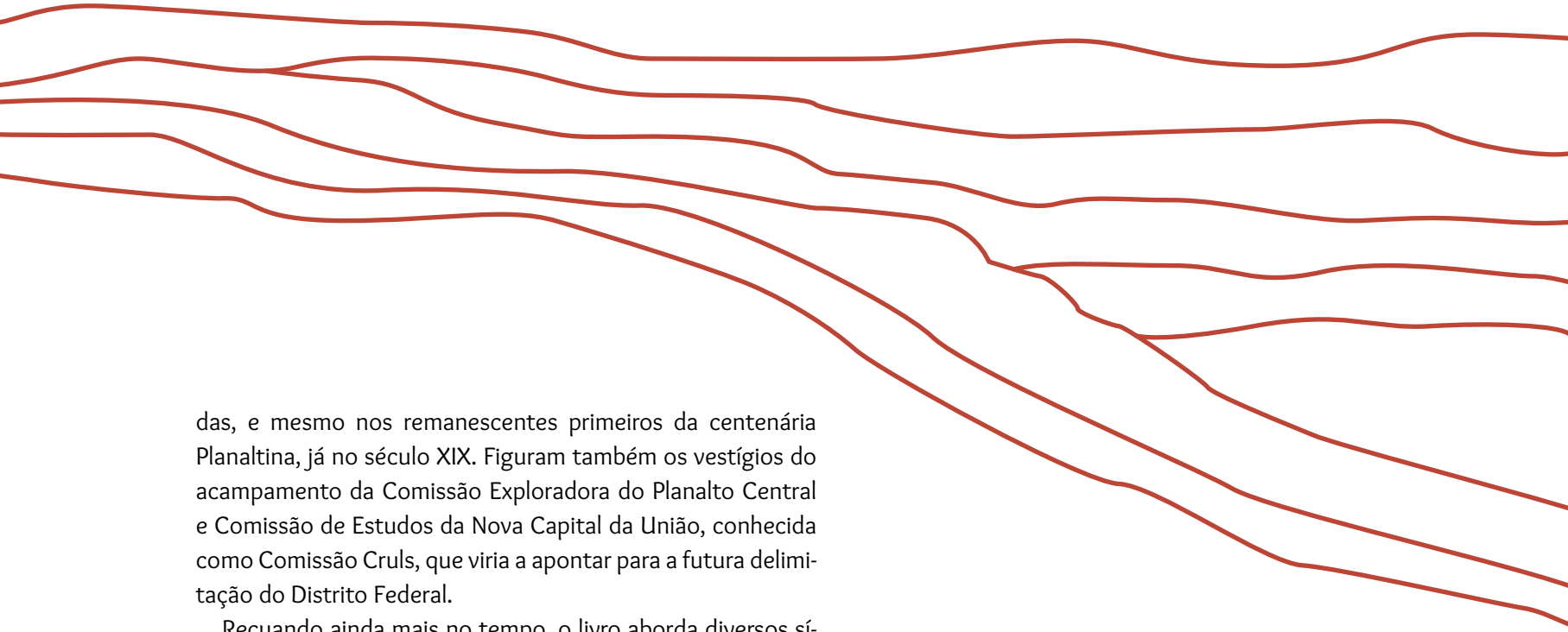
Leon Pressouyre, que em 1987 redigiu o Parecer do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-ICOMOS, que ajudou a consagrar a inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Nacional nº 445, assim registrou:

"Os princípios do urbanismo do século XX, tais como foram expressos em 1943, na Carta de Atenas, ou em 1946, no Modo de Pensar o Urbanismo, de Le Coubusier, foram raramente evidenciados na escala de uma capital; as únicas exceções notáveis são as de Chandigarh (...) e, principalmente a da capital do Brasil, Brasília, criada **ex nihilo***, no centro de um distrito federal de 5.814 Km², a partir de 1956"*

A sempre presente evocação da filiação estrangeira de Brasília, somada à expressão *ex nihilo* (locução do Latim que poderia ser traduzida como "do nada"), foi muito comumente atribuída à Capital como atributos distintivos, como se fossem definitivos elementos de sua certidão de nascimento. Criava-se, assim, a perspectiva de uma cidade criada onde nada mais existia. Perspectiva que os campos disciplinares da História e da Arqueologia podem facilmente questionar e ampliar.

Fruto da dedicação da arqueóloga Margareth de Lourdes Souza, servidora do Iphan, esta segunda edição do livro "Arqueologia e os Primeiros Habitantes no Distrito Federal" traz elementos técnicos abrangentes sobre a arqueologia e focaliza pesquisas realizadas na região do Distrito Federal nos diversos sítios já localizados.

Dentre eles, descreve a ocupação do território representadas pelos sítios históricos relacionados à expansão da Coroa Portuguesa do litoral para o interior, a partir do século XVIII, presentes nos vestígios de estradas reais, nas antigas fazen-



das, e mesmo nos remanescentes primeiros da centenária Planaltina, já no século XIX. Figuram também os vestígios do acampamento da Comissão Exploradora do Planalto Central e Comissão de Estudos da Nova Capital da União, conhecida como Comissão Cruls, que viria a apontar para a futura delimitação do Distrito Federal.

Recuando ainda mais no tempo, o livro aborda diversos sítios arqueológicos identificados no Distrito Federal e em seu Entorno, que indicam a ocupação no Centro-Oeste brasileiro desde aproximadamente 11.000 mil anos atrás, com presença de grupos caçadores-coletores, ceramista e agricultores. Destaque para o "Sítio Arqueológico Cachoeirinha" que, em 2019, obteve "uma datação absoluta de 8414-80303 cal A.P. (Antes do Presente)", comprovado por exame laboratorial e confirmando a bibliografia sobre o tema.

Assim, por meio do trabalho de diversos arqueólogos e arqueólogas que se dedicam à pesquisa no território da Capital Federal, agrupados na presente publicação, é possível afirmar que o processo de ocupação do coração do Brasil fui muito mais diverso, intenso e longevo do que poderia se supor de uma cidade construída "do nada".

Com suas informações elementares e didáticas, "Arqueologia e os Primeiros Habitantes no Distrito Federal" é excelente introdução a esse vasto campo do conhecimento que despertará interesse tanto na comunidade escolar quanto nos entusiastas da História de Brasília – mesmo antes de Brasília vir à luz.

Thiago Pereira Perpétuo
Superintendente do Iphan no Distrito Federal

Secretaria de Educação

Estudar o nosso passado é desenhar um caminho especial para o futuro, para construir relações entre a história que vivemos e a história natural da sociedade, para descrever, pensar e explicar nossa evolução.

A relação especial entre a história e o tempo nos permite explorar o clima das estações, registrando o tempo vivido pelos indivíduos, guardando, de maneira muito singular, usos e costumes de cada grupo, resultando em um instrumento essencial, o calendário, semeando assim, o enlace entre história e memória.

A história não consegue predizer o pode acontecer no futuro, mas, por meio da exploração dos hábitos dos antepassados, pode delinear o início e o fim de uma população ou de uma sociedade, permitindo compreender todos os acontecimentos que envolvem a curiosa nuvem que por vezes, invade o desvendar da ciência.

Épocas míticas, detalhes teológicos, atitudes sacras levaram ao homem eclodir o pensamento, impulsionando a criticidade e a razão em lugar da religião, permitindo o progresso da ciência.

Todo esse diálogo foi possível graças ao empenho de estudiosos e cientistas que desbravam as memórias enterradas em nossa história e reconstroem a vida em sociedade na transformação do tempo.

Nossa cidade, nosso cerrado, utopia do progresso, solidificada pelo esforço de gerações pode ser vislumbrada com riqueza nas páginas dessa publicação, por meio dos olhos apurados daqueles que mergulham nas ondas da história, para colorir com intensidade, detalhes que não conseguimos observar no transcurso do cotidiano.

A sensação de ampliar o horizonte assenta na diversidade de contribuições que é ofertada pela dimensão de informações que reconstitui os passos do homem que aqui viveu, compartilhando a visão daqueles que abriram as janelas do passado para novo descortinar das memórias.

Aproveitem cada página!

Viagem a cada imagem!

Esta é a nossa terra.

Profa. Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal

Instituto BRB

O Instituto BRB tem como elemento central o seu propósito de transformar a vida das pessoas e promover o desenvolvimento econômico, social e humano nas áreas em que atua.

Somos um Instituto genuinamente de Brasília e nos sentimos orgulhosos de apresentar aos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal o livro *Arqueologia e os primeiros habitantes do Distrito Federal*. A obra é um livro de apoio para atender aos professores da rede pública, com informações básicas e introdutórias sobre arqueologia.

Conhecer a origem, o passado e a cultura do lugar onde se mora, faz com que as pessoas possam enxergar o espaço e a si mesmas de uma maneira diferente, com o sentimento de pertencimento.

A educação patrimonial é uma atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento integral do sujeito, um caráter social, considerando sua identidade e os bens culturais de sua Região.

O Instituto BRB, que é o braço institucional em desenvolvimento social e humano do Banco BRB, apoia a cultura e a educação patrimonial, conscientizando estudantes a preservarem o patrimônio histórico da cidade.

O Instituto BRB reconhece que a educação patrimonial tem como diretriz a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas.

Leila Cristina Republicano
Presidente do Instituto BRB

1. O que a arqueologia estuda?

Vamos buscar entender o que significa a Arqueologia e quem são os profissionais que se dedicam ao seu estudo.

A Arqueologia busca reconstituir o passado humano a partir dos seus traços materiais: artefatos, estruturas, construções, obras de arte, alterações do meio ambiente, comércio, dados somáticos e biológicos. Embora mais empregada aos tempos pré-históricos, quando registros escritos não estavam disponíveis, a Arqueologia estuda também o período histórico (SOUZA, 1997).

A palavra "arqueologia" origina-se do grego *archaiologia* – *archaios* (antigo) e *logia* (estudo), e significa o estudo do conhecimento dos primórdios ou o relato das coisas antigas ou do passado.

Os arqueólogos são os profissionais que buscam as informações para interpretar a história dos antigos habitantes de uma região, em locais chamados sítios arqueológicos.

A história do Brasil não começa em 1500. As pesquisas arqueológicas revelam uma diversidade cultural das populações que ocuparam o Brasil antes da chegada da colonização europeia.

O sítio arqueológico é o local onde se encontram vestígios deixados pelas pessoas que ocuparam um espaço ao longo de períodos consecutivos ou de forma temporária. Dependendo do local, esses vestígios vão se acumulando por descarte ou abandono, e sofrem sobreposição de poeira, sedimentos, rochas, entre sólidos e líquidos, e vão formando várias e várias camadas durante anos, séculos e milênios. Um mesmo local pode ser ocupado e reocupado várias vezes,[1] sem que os ocupantes saibam do seu passado.

O nome do sítio arqueológico é sempre livre de escolha do arqueólogo, que geralmente se reporta a um nome local, por exemplo: rio, córrego, nome de peixe, pessoas e outros.

A Arqueologia Pré-Histórica e Arqueologia Histórica

No Brasil, a Arqueologia tem como divisor o ano de 1500, que separa os estudos da Arqueologia Pré-Histórica os estudos da Arqueologia Histórica, pois, além de representar a data oficial da descoberta do Brasil, indica o contato entre o Velho Mundo e o Novo Mundo, e principalmente, as consequências desse contato entre as diferentes culturas existentes. Assim, Arqueologia Pré-Histórica estuda o período anterior a 1500, e a Arqueologia Histórica o período posterior.

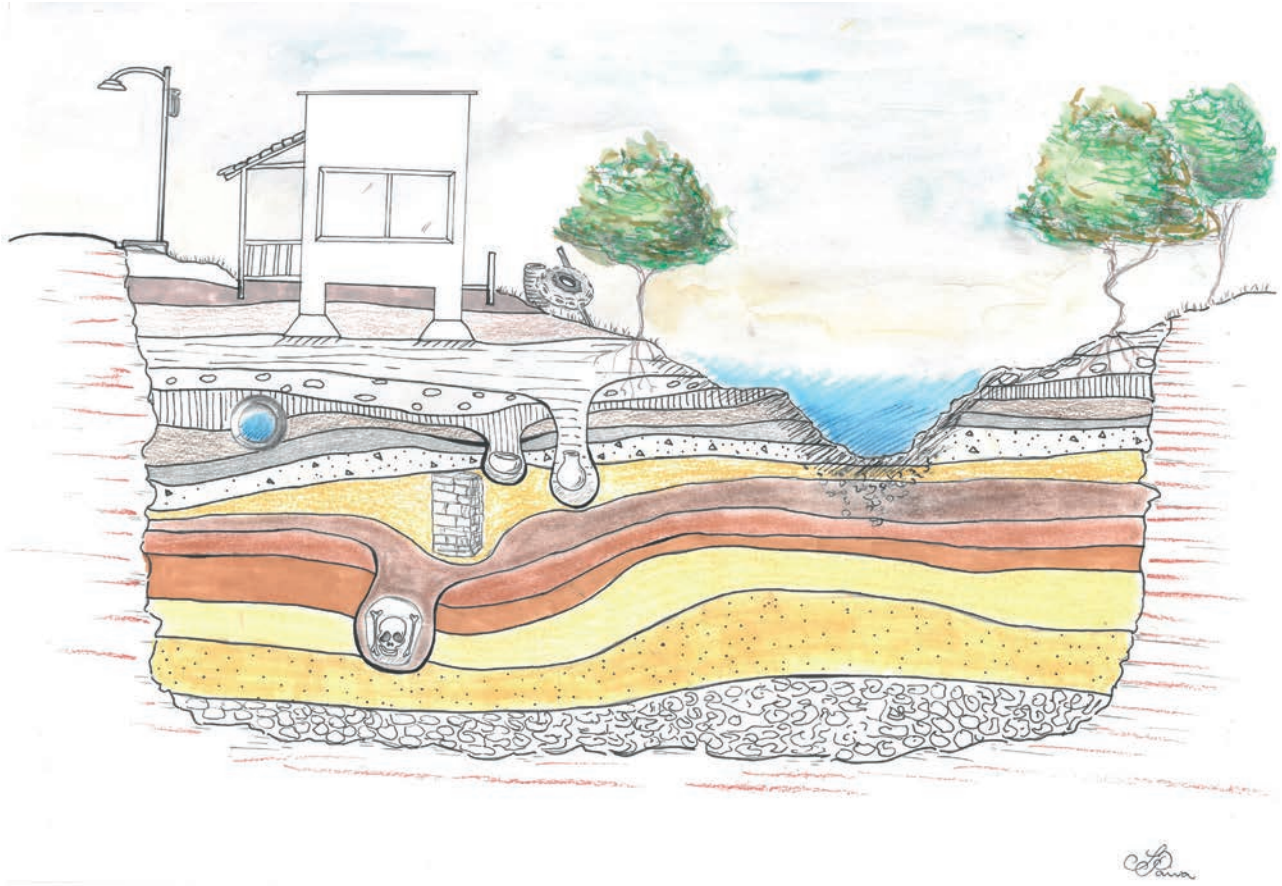
Os tipos de sítios arqueológicos podem ser pré-históricos e históricos.

Apresentaremos em primeiro momento o conceito e os tipos de sítios pré-históricos, e, em seguida, os sítios históricos.

1. Os arqueólogos chamam de sítios multicomponenciais os locais que foram ocupados por mais de uma vez, por grupos e em períodos diferentes.

Os sítios arqueológicos pré-históricos podem ser temporários ou de acampamento, ou mais duradouros, com a ocupação mais sedentária em aldeias. Estão localizados a céu aberto ou em abrigos e cavernas. Nessas cavernas ou abrigos, caçadores elaboraram ferramentas para caçar animais, deixando montes de lascas de pedra, pintaram paredes rochosas, instalaram cabanas em aldeias indígenas etc.

Um local com potencial arqueológico pode apresentar várias ocupações enterradas. Gravura: Sofia Paiva.





Afloramentos rochosos no Sítio Arqueológico Ville de Montagne II (sítio arqueológico a céu aberto), com marcas de retiradas de lascas para elaboração de artefatos em pedra). RA Jardim Botânico. Distrito Federal. Foto: M. C. Migliacio/Acervo Iphan-DF.



Observe a quantidade de lascas e estilhas para elaborar uma ferramenta (lascamento realizado pelo arqueólogo Edilson Teixeira para demonstrar a cadeia operatória de elaboração de ferramentas líticas). Foto: Margareth Souza.



Exemplo de sítio arqueológico em abrigo (GO.JA.13). Arqueólogos visitando o abrigo que foi ocupado por grupos de caçadores e coletores, no município de Serranópolis/GO. Foto: Margareth Souza.

1.1 Quais os tipos de sítios e vestígios arqueológicos pré-históricos?

No Brasil, temos os seguintes tipos de sítios arqueológicos e vestígios:

Acampamento: sítio de pequena duração temporal, utilizado, em geral, para as atividades de caça e pesca. Pode conter restos de carvão de uma fogueira, peças líticas, fragmentos cerâmicos e outros.

Aldeia: sítio com ocupação mais duradoura, onde se encontram vestígios de habitações, áreas de trabalho, de produção de instrumentos, locais de descarte de lixo, quintal das moradias, plantações e outros.

Os sítios pré-coloniais estão classificados como:

Sítio-cemitério: local utilizado como cemitério. Pode conter vestígios de urnas funerárias, restos de ossos humanos, tralhas mortuárias (o que foi colocado junto ao morto), sinalizadores de enterramento.

Sítio-habitação: são testemunhos dos locais utilizados para a habitação, para construção de moradias pelas sociedades pretéritas. Exemplo: aldeias indígenas e acampamentos temporários.

Sítio-oficina: local utilizado para fabricação de artefatos. Exemplo: oficina lítica de lascamentos, oficina de polimentos (bacia de polimento e afiadores), ateliês de cerâmica.

Sítio-cerimonial: local para fins rituais. Exemplo: abrigos, lajeados e rochas isoladas com representações rupestres.

Para exemplificar, apresentamos diversos tipos de sítios existentes no Distrito Federal, no estado de Goiás e em outros estados brasileiros:

Sítio a céu aberto – acampamento temporário – oficina lítica

Local utilizado para fabricação de artefatos por caçadores-coletores. Exemplo: oficina lítica de lascamentos ou de elaboração de artefatos, oficina de polimentos (bacia de polimento e afiadores).



Cenário de sítio arqueológico, do tipo acampamento, classificado como oficina lítica, onde os arqueólogos encontraram diversos instrumentos líticos em superfície. Sítio Arqueológico Cachoeirinha. Distrito Federal, DF. 2018. Foto: Margareth Souza.





Ponta de lança, bifacial em sílex – sítio de caça – (ocorrência arqueológica). Matrinchã/GO. Digitalização: WUST (s./d.). Ocorrência arqueológica é um achado isolado, sem contexto arqueológico, que pode ter sido descartado ou perdido.





Artefato denominado de Raspador – frente e verso –, coletado no Sítio Taguatinga (DF.P A.11). Foto: Ádon Bicalho/ Acervo Iphan-DF.

Sítio a céu aberto – aldeia com vestígios cerâmicos e líticos

Os sítios cerâmicos apresentam restos materiais de grupos que praticavam a agricultura e, por isso, utilizavam panelas de cerâmica ou de barro para o processamento dos alimentos como o milho e a mandioca, dependendo de suas escolhas culturais.

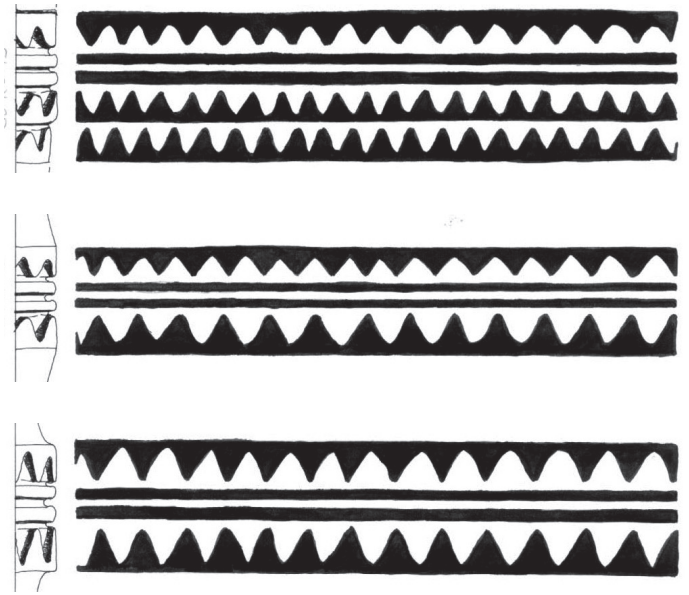
Os artefatos cerâmicos eram utilizados para uso cotidiano e em rituais. Além dos vasilhames para processamento, acondicionamento e armazenamento de alimentos sólidos e líquidos (panelas, cuias, assadores), havia outras peças como carimbos, trempes, torradores, estatuetas antropomorfas e zoomorfas, cachimbos, urnas funerárias e ainda as peças líticas polidas – lâminas de machado e adornos, entre outros.



Geralmente os vasilhames cerâmicos são encontrados fragmentados, enterrados ou em superfície. Sítio Arqueológico Cerâmico GO-NI.183. Município de Niquelândia, GO. Foto: Margareth Souza.







Carimbo corporal cilíndrico cerâmico encontrado em uma aldeia, associado a grupos de agricultores ceramistas Aratu e Uru, Sítio Varjão (GO.RV.15). Estado de Goiás. Digitalização: Wust (2006). Fonte dos desenhso: Souza (2003).



Lâmina de machado semilunar (lítico), encontrada em aldeias de grupos de agricultores ceramistas Aratu e Uru. Município de Jesúpolis/GO. Foto: Margareth Souza.

Sítio-abrigo com pinturas

Os grupos caçadores-coletores utilizavam alguns abrigos para diversas atividades cerimoniais e também como referências de localização. Nas paredes e tetos desses abrigos, eles deixaram pinturas. As pinturas eram feitas de pigmentos de origem mineral nas cores preto, vermelho, marrom, cinza e branco, ocupando paredes e tetos, que nos informam sobre vários aspectos da vida dos seus produtores.

No Brasil, há uma variedade estilística de pinturas. Nos estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, as pesquisas realizadas sinalizam a predominância de representações zoomorfas e geométricas. Já no Nordeste do Brasil, predominam cenas antropomorfas e zoomorfas.





No Sítio Arqueológico Lapa da Pedra, há um conjunto de abrigos com pinturas rupestres – com motivos geométricos – realizadas por grupos de caçadores-coletores. Município de Formosa, GO. Fotos: Kênia Aguiar Ribeiro.



Mais fotos do Sítio Lapa da Pedrao, Abrigo Toca da Onça. Fotos: Kênia Aguiar Ribeiro.







Pinturas rupestres deixadas nas paredes de abrigos, com motivos antropomorfos (ao lado), zoomorfos (na página seguinte, acima) e geométricos (na página seguinte, abaixo). Município de Serranópolis, GO. Fotos: Margareth Souza.









Sítio a céu aberto com gravuras

Gravuras são inscrições gravadas em superfícies rochosas horizontais ou verticais, por atrito, polimento, percussão, corte e/ou pressão. Geralmente se encontram em abrigos ou sobre grandes lajedos horizontais e verticais ou em grandes blocos.

O significado original dessas representações é difícil afirmar, porém os motivos podem remeter ao mundo sobrenatural, às questões diretamente relacionadas à procriação, à subsistência e outras referências que desconhecemos.







Sítio Arqueológico Rio Bisnau, localizado pela arqueóloga Iluska Simonsen em 1974. As gravuras apresentam motivos abstratos e figurativos. Município de Formosa, GO. Fotos: 1 e 2, de Kênia Aguiar Ribeiro, e 3 e 4, de Margareth Souza.





Painel horizontal com representação de quelônios. Sítio Pedra Preta de Paranaíta. Município de Paranaíta, MT. Foto: Cardoso & Esgalha.



Vista aérea do Sítio Pedra Preta de Paranaíta mostrando, em seu topo, a área central de forma circular e superfície aproximadamente plana. Sítio Pedra Preta de Paranaíta. Paranaíta/Mato Grosso. Foto: Cardoso & Esgalha.

Geoglifos

Geoglifos são estruturas de terra escavadas no solo e formadas por valetas e muretas, formando desenhos em sua maioria circulares e retangulares, mas ocorrem também elipses, hexágonos, octógonos, figuras em "U" e em "D", com vias de entrada e saída.

Esses espaços conectavam-se a outros e aos rios por um sistema de estradas retilíneas escavadas e muradas de longa extensão.

São sítios arqueológicos encontrados principalmente nos estados de Amazonas, Acre e Rondônia. Geralmente estão localizados em áreas de interflúvios, nascentes de igarapés e várzeas. O seu tamanho varia de 200 a 1.000 metros na Região Amazônica.

Os primeiros foram construídos, em sua maioria, entre os séculos I e X.

Geoglifo da Fazenda Paraná, com formato quadrangular. Fazenda Paraná. Acre. Fonte: Diogo Gurgel/Iphan.



Sambaquis

"São sítios arqueológicos encontrados em regiões costeiras nas proximidades do mar, mangue e desembocadura dos rios. Construídos por populações de caçadores, coletores e pescadores que interagiam com paisagens litorâneas e estuarinas. Caracterizam-se pelo acúmulo intencional de conchas de moluscos e restos alimentares. São encontrados também vestígios de fogões (circulares e feitos de pedra), artefatos líticos, sepultamentos, além de adornos e zoólitos (esculturas feitas em pedra, representando animais" (BASTOS, 2010, p. 33).

São encontrados nas regiões litorâneas do Brasil e os maiores estão localizados no estado de Santa Catarina. Foram construídos há aproximadamente 6.500 anos. Alguns deles podem chegar a 60 metros de altura.



Sambaqui Figueirinha I, com cerca de 18 metros de altura, Município de Jaguaruna, SC. Fonte: Wikipedia



Vista geral do Sambaqui Ilha dos Espinheiros II. Municipio de Joinville, SC. Foto: Wagner Magalhães.

Megalitos

Megalito significa construção ou alinhamento de grandes blocos de pedra, com fins simbólicos, religiosos e funerários. O exemplar de maior relevância no Brasil é o Sítio Arqueológico de Calçoene, localizado no município de Calçoene, estado do Amapá, o qual consiste em um alinhamento circular com cerca de 30 metros de diâmetro e cerca de cem blocos de granito plantados e deitados no cume de uma verde colina. O megalito mais alto atinge três metros. No interior do círculo de pedras, os arqueólogos encontraram fossos funerários tampados com pedras de granito, fragmentos de recipientes cerâmicos e ossos queimados. Assemelha-se a um outro círculo megalítico encontrado na Guiana Francesa.

A única datação em carbono-14 realizada até agora, em carbono associado à cerâmica, fornece uma faixa cronológica compreendida entre os anos 950 e 1000 da era Cristã.

Megalito de Calçoene.
Município de Calçoene/Amapá.
Fotos: Hélio Braz.



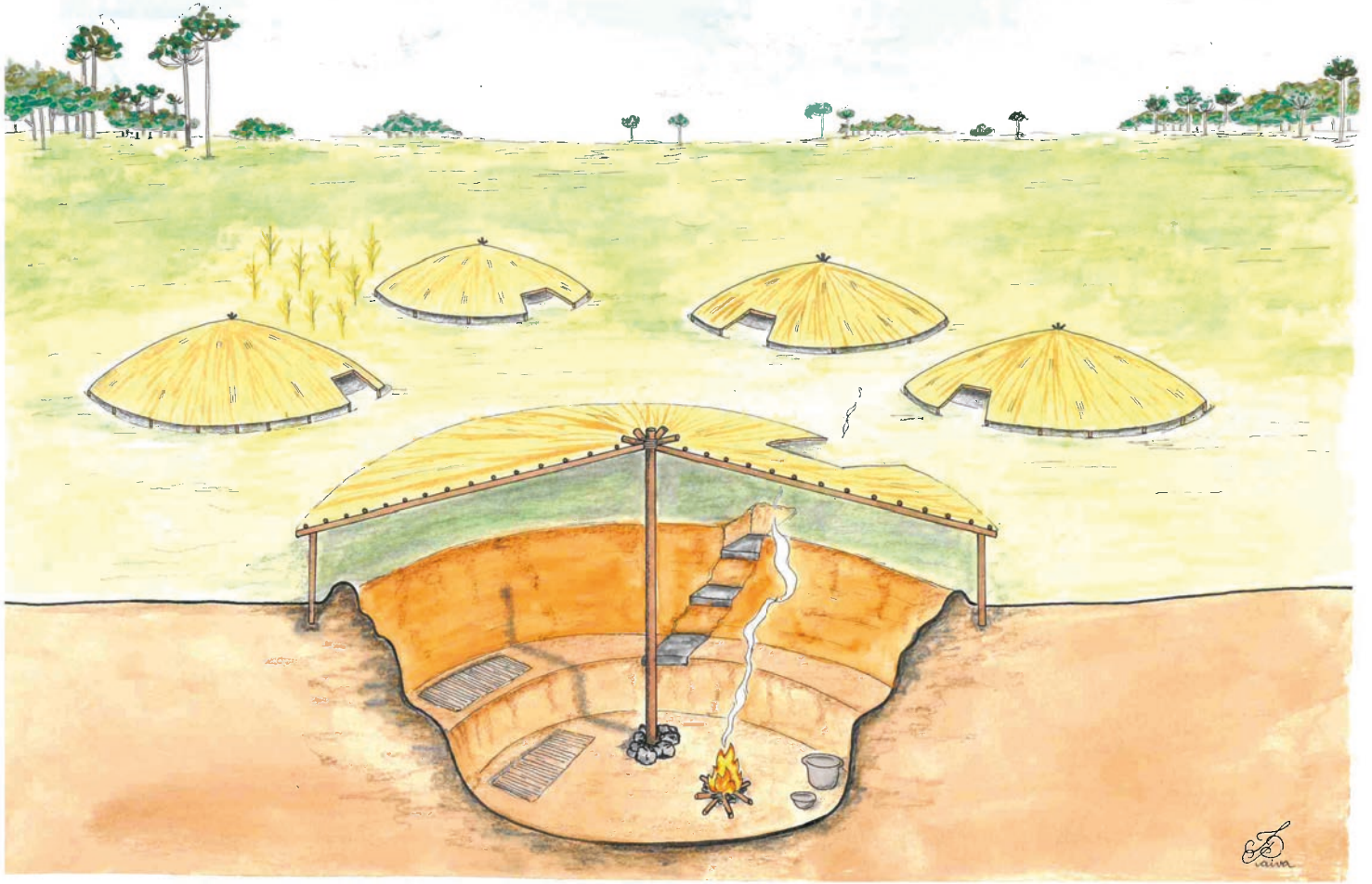






Casas subterrâneas

São casas circulares, escavadas na terra e até em rocha, encontradas em São Paulo, Paraná e, principalmente, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Eram utilizadas para proteger do inverno rigoroso das grandes altitudes do sul do Brasil.

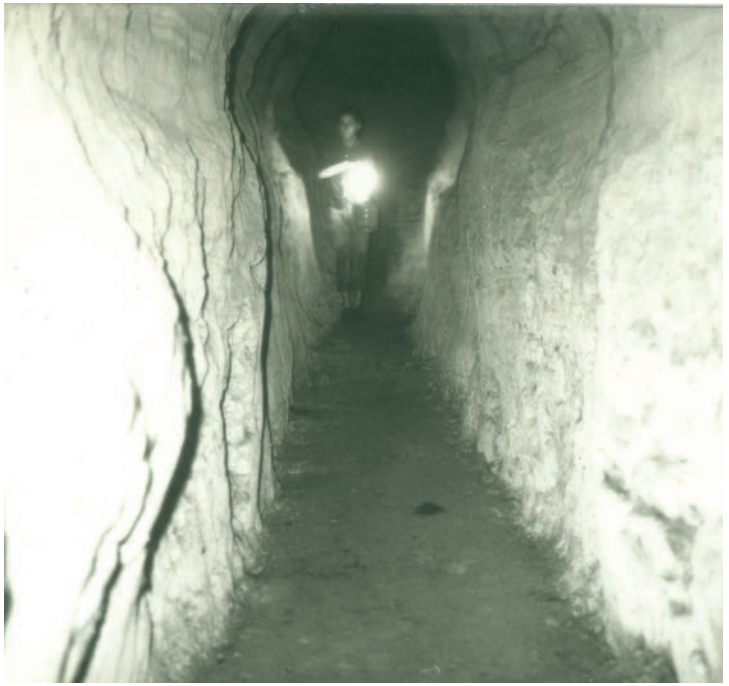


Exemplo de casas subterrâneas do povo Proto-Kaingang. São casas circulares, escavadas na terra e até em rocha, encontradas em São Paulo, Paraná e, principalmente, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ilustração: Sofia Paiva

Galerias subterrâneas

As galerias subterrâneas foram escavadas na rocha mole, nas encostas de morros, pelos habitantes pré-históricos, para servir de refúgio e de proteção. Foram localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.





Galerias subterrâneas encontradas no Morro do Avencal, município de Urubici, Planalto Catarinense, SC. Fotos: P. João Alfredo Rohr/Museu do Homem do Sambaqui. Colégio Catarinense.

1.2 Quais os tipos de sítios e vestígios arqueológicos históricos?

O objeto de estudo dos arqueólogos que se dedicam à Arqueologia Histórica é muito semelhante àquilo que os arqueólogos pré-históricos investigam: saber como e por que uma região foi ocupada, como sua paisagem natural foi apropriada, quais os mecanismos de adaptação, as tecnologias adotadas e as atividades culturais, religiosas e econômicas dos diferentes grupos étnicos que nela viveram.

Uma diferença importante entre sítios pré-históricos e históricos são as fontes de pesquisa. A Arqueologia Histórica estuda a vida e a cultura de grupos sociais, por meio da cultura material associada a documentos arquivísticos e a análise arquitetônica.

Outra diferença é que, no Brasil, os arqueólogos históricos podem pesquisar diferentes tipos de matéria-prima – como o vidro, a louça e os metais – que demonstram mudanças ocorridas na sociedade moderna ao longo de seu processo de dominação de técnicas e de elaboração de novos produtos de uso cotidiano e de trabalho.

Para conhecer uma sociedade, devemos descobrir como ela viveu em seu dia a dia. Para isso, devemos estudar e conhecer os diversos tipos de habitações e instrumentos de trabalho dos grupos humanos. Como eles processavam seus alimentos (os fornos de assar pão e queimar potes, o monjolo usado para triturar os grãos, o engenho com suas moendas de madeira ou de ferro, os currais de gado.

É preciso conhecer também as vias de comunicação que eram utilizadas (as estradas e portos de travessia de rios, ligando as fazendas às cidades pequenas e grandes, levando e trazendo alimentos e produtos diversos, como sal, açúcar, charque, aguardente, sapatos, roupas, remédios).

Outros tipos de sítios arqueológicos históricos são os campos santos ou cemitérios, as áreas de garimpo de ouro e diamante e as olarias, em que se fabricavam as telhas e os tijolos para as construções.

Alguns tipos de vestígios e estruturas arquitetônicas encontrados em sítios históricos:



Vaso cerâmico – século XVIII – Capela de São Januário. Município de Jaraguá, GO. Foto: Vera Lúcia Neves.



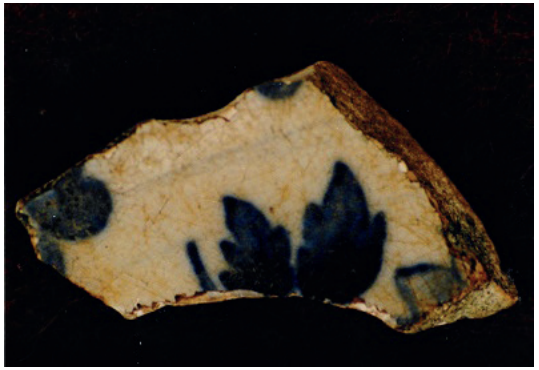
Fragmento de prato – Século XX – Louça. Município de Catalão, GO. Foto: Margareth Souza.

Prato do século XVI, fabricado na Europa. Recuperado em um naufrágio (Europa – Brasil), responderá a perguntas sobre técnicas de fabricação, comércio, rotas marítimas, transporte e consumo no Brasil. Museu Náltico da Bahia, Município de Salvador, Bahia. Foto: Vera Lúcia Neves.





Fornilhos de cachimbos utilizados por escravos. Quem os fabricou? Quem fez os moldes dos fornilhos? Pelourinho, Município de Salvador, BA. Foto: Nelson Kon.



Como um fragmento de recipiente de faiança do século XVIII, fabricado na Europa, chegou ao interior de Goiás? Encontrado na Capela de São Januário. Município de Jaraguá, GO. Foto: Mônica Lima.



A Arqueologia Histórica também estuda os caminhos antigos, como esse segmento da Estrada Real na cidade de Goiás, para descobrir como eram abertos? Quem utilizava esses caminhos? O que era transportado? Como e para onde? Foto: Margareth Souza.



Ruínas de igreja em Natividade. Quem construiu? Por que construiu? Quem frequentava? Por que foi abandonada? Foto: Margareth Souza.



Arqueologia Histórica investiga como os núcleos urbanos se formaram nos séculos passados. A Cidade de Goiás, fundada no século XVIII, possui diversos sítios arqueológicos na cidade e em seu entorno. Foto: Margareth Souza.

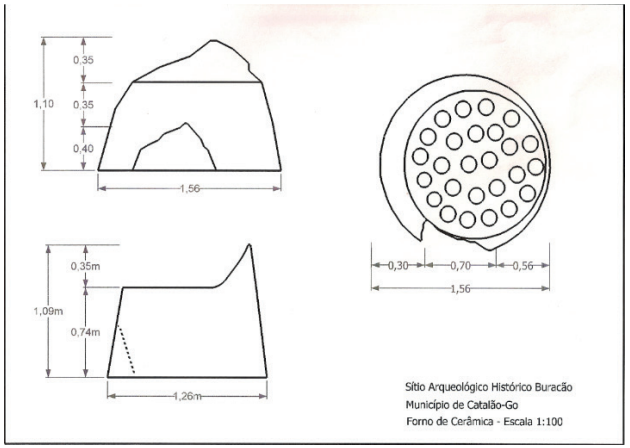




A Arqueologia Histórica quer saber: Como eram as moradias antigas? Como eram feitas? (Técnicas construtivas). Foto: Fernando Miranda.

Os arqueólogos descobriram que em áreas rurais eram abertos valos, que são estruturas escavadas no solo – para delimitar as propriedades e também o cercamento dos animais. Possuem geralmente 2,10 a 2,40 m de largura e 1,30 a 1,60m de profundidade. Região da Anta Gorda, Município de Catalão, GO. Foto: Margareth Souza.











Forno de queima de potes e panelas, que estava enterrado, foi localizado e registrado durante pesquisas arqueológicas. Sítio Arqueológico Histórico Buracão. Município de Catalão, GO. Foto: Margareth Souza; Desenho: Renata Jacomini.



No período colonial, os cemitérios, em área rural, eram sinalizados com um cruzeiro marcando o local, e, às vezes, eram cercados com estacas de aroeira para impedir a entrada de animais. Esses locais são apenas registrados pela Arqueologia Histórica. Região da Fazenda Barreiro, Catalão, GO. Foto: Margareth Souza.

Os estudos das Arqueologia Histórica são realizados por meio da cultura material encontrada (cerâmica, louça, faiança, vidro, metal, restos de edificações), da documentação arquivística (correspondências oficiais, Cartas de Sesmarias e de Patentes, Registros Paroquiais e outros), da documentação iconográfica (mapas, desenhos e pinturas) e da pesquisa oral (depoimentos orais/memória social).

A data de 1500 marca oficialmente a descoberta do Brasil pelos portugueses e sua introdução ao mundo europeu – o Velho Mundo. Nesse momento, O Brasil é inserido na divisão de trabalho no império português, que passa a explorar os recursos naturais (madeiras, plantas medicinais, animais e minerais) e a utilizar inicialmente os indígenas e posteriormente os africanos – vindos de diversos grupos étnicos da África – como força de trabalho escrava.

A partir daí, as terras ameríndias são usurpadas para expansão colonialista, com a instalação de feitorias, engenhos de cana-de-açúcar, os fortes militares ou presídios, caminhos fazendas de gado, áreas de extração mineral, portos de navegação, quilombos, unidades manufatureiras e habitacionais – áreas rurais e urbanas. Os sítios arqueológicos históricos são aqueles que caracterizam essa fase de contato e pós-contato.

Os registros arqueológicos são analisados sob aspectos interdisciplinares a partir do contexto histórico em que estão inseridos. Assim, a Arqueologia Histórica oferece novas perspectivas às Ciências Humanas ao associar a análise da cultura material aos documentos escritos e falados[2].

2. Texto originalmente apresentado no catálogo: Arqueologia Brasileira: o passado também devora. 1999, de autoria de Margareth de Lourdes Souza, em atendimento à profa. Irmhild Wust.

2. Como os arqueólogos trabalham?

O profissional da Arqueologia é o arqueólogo (a), e, ao estudar um sítio arqueológico, ele (a) quer saber o modo de vida de grupos e sociedades do passado por meio dos restos materiais que eles deixaram.

Por intermédio da pesquisa no sítio arqueológico, o arqueólogo, procura responder a algumas questões, entre elas: Como se organizaram? Como produziram seus artefatos, alimentos, moradias, rituais e enterramentos? Por que fizeram certas escolhas na interação com a natureza, por exemplo, o local que escolheram para plantar, construir suas casas?

São os arqueólogos, por meio dos restos materiais, que irão identificar e documentar os saberes e modos de fazer, desde o período da pré-história ao período histórico, ou daquele local sem muitas informações. Dessa maneira, todos os dados obtidos poderão ser compartilhados, e obteremos respostas para, assim, compreendermos como o território brasileiro foi ocupado, as migrações ocorridas e os conhecimentos gerados.

Para desenvolver pesquisas arqueológicas, o arqueólogo deverá sempre solicitar autorização ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e poderá receber uma Portaria Autorizativa, pois o Patrimônio Arqueológico é um bem da União, e o Iphan é uma autarquia federal responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Iphan: Sua missão é proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

Uma escavação é realizada para responder a questionamentos, tudo é planejado anteriormente. A arqueóloga Adriana Amorim, no Sítio Arqueológico Pedaço do Céu, está evidenciando artefatos enterrados. Município de Sinop, M T. Foto: Anderson Manoel dos Santos.



O primeiro passo para as pesquisas arqueológicas são os levantamentos iniciais – proposta de pesquisa e solicitação de autorização ao Iphan, localização de sítios arqueológicos –, seguidos da etapa de escavação do sítio arqueológico, com abertura de trincheiras e sondagens para delimitar a extensão da ocupação humana e localizar a área com maior concentração de restos materiais, que podem ser líticos e cerâmicos, em sua grande parte. É bom lembrar que a maioria dos artefatos produzidos na pré-história são perecíveis e não se conservam até nossos dias, como madeira, plumagem e material ósseo, com raras exceções que se conservam em abrigos.

Os sítios arqueológicos são localizados por métodos científicos. Utiliza-se desde informação de moradores da região, caminhamentos para buscar locais propícios para assentamentos ou exploração de recursos naturais, imagens de satélites, até perfurações no solo. Em seguida, quando se descobre o local exato do sítio arqueológico é realizada sua demarcação e registro em planta topográfica, determinando os declives e a altitude, se há algum rio próximo.

Depois a área é limpa, retirando-se capim e arbustos. Em seguida, é dividida em setores de 1 m², 2 m² ou 4 m² e numerada. A partir desse quadriculamento, todas as peças retiradas serão numeradas, com as observações anotadas para remontagem do sítio em laboratório, para, assim, responder às perguntas que o arqueólogo fez antes de ir a campo.

Somente após esse quadriculamento, a escavação do sítio arqueológico será iniciada, com a utilização de enxadas, pazinhas, colher de pedreiro e pincéis. Tudo é fotografado e registrado em fichas.



Com autorização do Iphan, os arqueólogos seguem para o campo e conseguem localizar áreas com concentração de artefatos, fragmentos cerâmicos e até vasilhames cerâmicos inteiros, que serão retirados e levados para laboratório para análise e, futuramente, exposição (Sítio Arqueológico Porangatu). Município de Porangatu, GO. Foto: Deolinda Taveira.



A arqueóloga Alexia está evidenciando um enterramento, humano, com espátulas e pincéis finos, para registrar e realizar estudos (Sítio Arqueológico Hatahara). Município de Iranduba/AM . Foto: Val Moraes.

Um local com material arqueológico em superfície é selecionado para iniciar a escavação arqueológica. Em seguida, é feito o quadriculamento da área e se inicia o rebaixamento das quadrículas, com auxílio de enxadão, pazinhas e pincéis. Tudo é registrado, desenhado, fotografado, acondicionado e, posteriormente, são realizadas análises em laboratório e elaborado um relatório para apresentação ao Iphan, que autorizou a pesquisa (Sítio Cachoeirinha). RA Paranoá/DF. Foto: Edilson Teixeira.



Um dos equipamentos utilizados pelos arqueólogos é o receptor GPS (Sistema de Posicionamento Global) para obter as coordenadas geoespaciais dos sítios arqueológicos e marcar globalmente sua localização. Eles calculam a posição (latitude, longitude e altitude) do ponto onde se encontram, usando os dados fornecidos pelos satélites e realizam comparações entre outros sítios arqueológicos para planejar ações de preservação. Imagem: Disponível em: https://www.garmin.com/pt-BR/c/marine/handhelds-gps-and-watches/

Concluída a etapa de campo, os arqueólogos seguem para o Laboratório, onde irão higienizar e catalogar as peças resgatadas e analisar os dados coletados em campo – e, para finalizar a pesquisa, será elaborado um relatório, e realizada a divulgação dos dados obtidos e entregues ao Iphan, que analisará e se manifestará a respeito da aprovação.

Uma das últimas etapas é a divulgação dos resultados aos moradores dos locais próximos aos sítios arqueológicos e em escolas públicas.

Sempre que houver um empreendimento, como implantação de condomínios de terrenos, loteamentos, rodovia, Linha de Transmissão, obras de saneamento público e outros que gerem impactos ao meio ambiente, o Iphan também deve ser consultado para orientar os proprietários a fim de que não destruam o patrimônio arqueológico e cultural, que é protegido pela Constituição Federal de 1998 e pela Lei nº 3.924/1961.



Os trabalhos arqueológicos têm continuidade em laboratório, quando são realizadas análises de todo o material coletado em campo. Laboratório do Museu Antropológico da UFG, Município de Goiânia, GO. Foto: Vera Lucia Pereira Neves.

Sempre que alguém encontrar um artefato cerâmico, lítico ou qualquer outro, deve entrar em contato com a Superintendência do Iphan no Distrito Federal, que o orientará sobre como proceder.

Você também pode ir ao Museu de Geociências da Universidade de Brasília. Não precisa coletar, basta informar ou tirar uma foto que nós iremos até você.

Antes de todo e qualquer empreendimento que envolva revolvimento do solo, o Iphan deverá ser consultado para orientar os procedimentos arqueológicos a serem seguidos.

2.1 A arqueologia é interdisciplinar?

A Arqueologia é interdisciplinar, assim, trabalha com outros profissionais, trocando informações, para responder questões sobre datação, genética, evolução humana, tecnologia, reconstituição facial e outras questões. Geralmente, os profissionais mais procurados são biólogos, físicos, químicos, antropólogos, arquitetos, historiadores, geógrafos, designers gráficos e outros.

Por exemplo, para se obter a data de ocupação de um sítio arqueológico são coletadas amostras de carvão e cerâmica e enviadas a laboratório, que, por métodos físicos e químicos, apresentam a datação que se chama Datação Absoluta.

Já a datação relativa consiste em estabelecer uma relação entre estratos do solo, indicando o mais antigo e o mais recente, e pelo princípio da sobreposição dos estratos pode ser estabelecida uma cronologia por comparação com os materiais coletados e já datados em outros locais.

A datação absoluta é mais precisa, o arqueólogo envia as amostras coletadas para laboratórios para serem analisadas por outros profissionais das áreas de física, química e biologia, e os métodos mais utilizados são o de carbono-14, que data carvão das fogueiras e ossos humanos, e de Termoluminescência (TL), para datar a cerâmica dos fragmentos dos vasilhames cerâmicos.

Outro exemplo de trabalho interdisciplinar da Arqueologia foi a reconstituição facial em 3D de um crânio resgatado em um sítio arqueológico em Florianópolis/SC e doado, na década de 1980, para o Distrito Federal pelo arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr. Em 2018, foi realizada a reconstituição facial que indicou uma semelhança com povos indígenas da região sul do Brasil.



Outros profissionais atuam com os arqueólogos, como o designer Cícero Moraes, que realizou uma reconstituição facial em 3D de um crânio encontrado na Ilha de Santa Catarina e doado ao Distrito Federal pelo arqueólogo Pe.João Alfredo Rohr. Fonte: Cícero Moraes/ Acervo Iphan-DF.

3. A ocupação das Américas: de onde viemos?

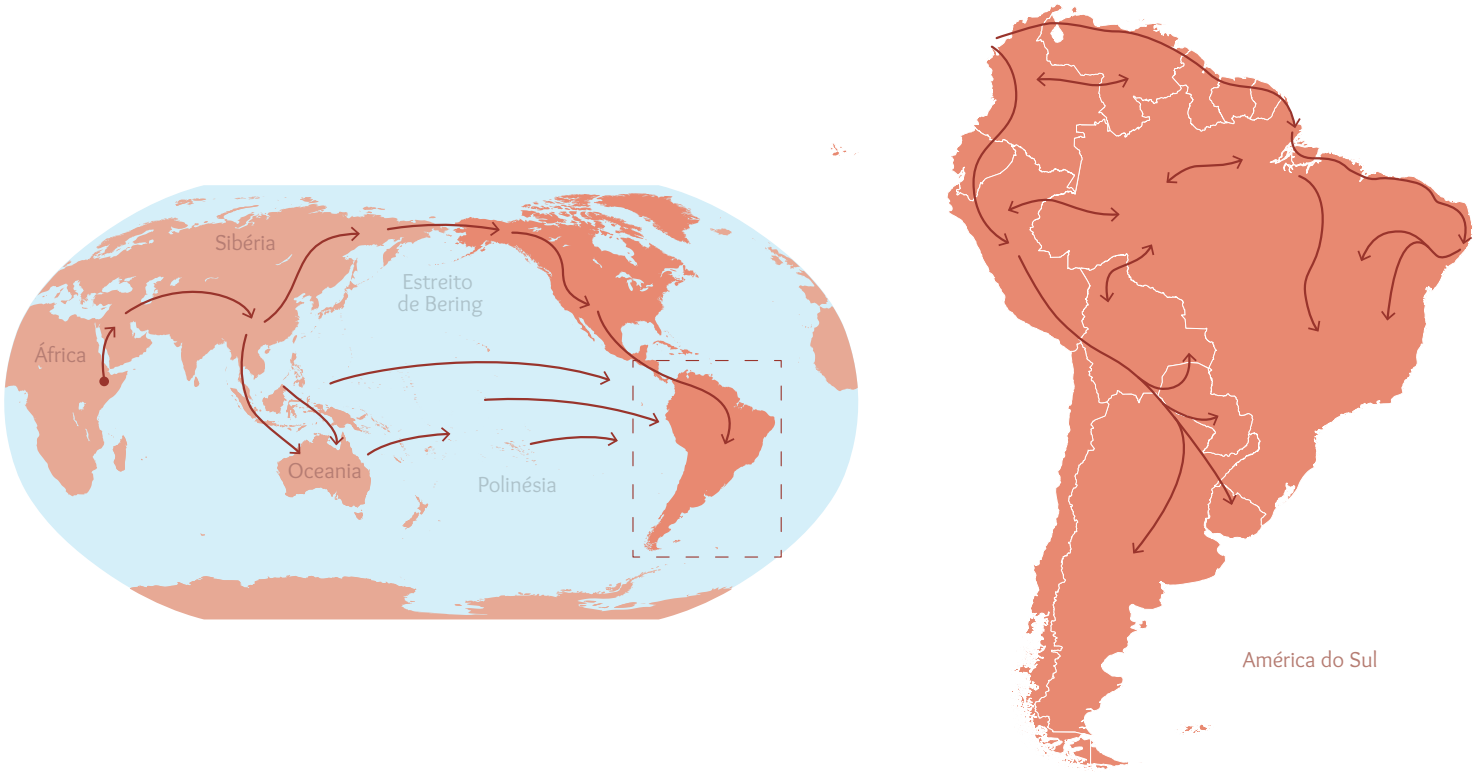
Há muitas controvérsias sobre as migrações para as Américas, mas as pesquisas arqueológicas, antropológicas e genéticas revelam que a dispersão do *Homo sapiens* se iniciou na África, entre 200 e 100 mil anos atrás, seguindo para a Europa e a Ásia, e depois para a Polinésia e a Oceania, ocupando todos os espaços habitáveis e tomando rumos evolutivos diferentes, o que ocasionou as diferenças existentes na aparência física e cultural.

Há duas teorias principais que apontam os caminhos possíveis para entrada de homens e mulheres para as Américas. A primeira é a dos Paleoameríndios, com ocupação a partir da América do Norte, e a segunda teoria é a dos Paleossulamericanos com ocupação a partir da América do Sul.

Arqueóloga Niéde Guidon analisa crânio encontrado em uma escavação arqueológica. Foto: Acervo FUM DHAM .



A arqueóloga Niéde Guidon (1998, p. 38-41) apresenta como hipótese que a vinda para a América do Sul tenha sido realizada por pequenas embarcações, sustentada pelo fato de que, no período Pleistocênico, há 18.000 mil anos, o mar era mais ou menos 120 metros mais baixo que atualmente, deixando expostas diversas ilhas no Oceano Pacífico, as quais serviriam de apoio ao avanço e à navegação dos grupos de caçadores-coletores.



Rotas de povoamento para as Américas, com destaque na América do Sul.

4. Qual é a legislação de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro? E como funciona o licenciamento ambiental?

Observamos que o patrimônio arqueológico se refere aos vestígios materiais deixados pelos antepassados em locais denominados de sítios arqueológicos.

O Patrimônio Arqueológico é parte do patrimônio cultural,

> que é formado a partir das referências culturais que estão presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são as referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações (IPHAN, 2016, p. 7).

Nesse sentido, podem ser considerados patrimônio os saberes, os modos de criar, fazer, viver e todas as criações humanas, que representam a cultura de um povo.

De alguma forma, esse passado faz parte denossa história, seja pela ligação genética, seja na incorporação de hábitos. Por exemplo, podemos citar os saberes sobre plantas medicinais adquiridos e repassados por várias gerações e que em algum momento foram estudados por laboratórios, hoje reapresentados com alta tecnologia, mas sua origem se encontra na domesticação de plantas e na aprendizagem de seus valores medicinais.



Sítio Arqueológico Cerâmico Dalvina. Arqueóloga Adriana G. Amorim registrando um vasilhame cerâmico. Foto: Marcos Paulo de Menezes.

Legislação de proteção ao Patrimônio Arqueológico brasileiro

O Patrimônio Cultural é frágil e não renovável, e pode ser destruído por desastres naturais, como enchentes de rios e até abalos sísmicos; por ação humana, por descuido ou negligência administrativa em seu gerenciamento, ao não criar normas para proteção de um bem cultural, permitindo, por exemplo, que uma pessoa acenda uma vela em altar de igreja antiga, o que pode provocar incêndios; instalação de uma barragem em local inadequado; instalações elétricas malfeitas, que também podem provocar incêndios; permissão da implantação de uma torre de transmissão de energia elétrica ou de um loteamento em uma área sem estudos arqueológicos prévios, com vários sítios arqueológicos que serão destruídos para sempre.

O patrimônio arqueológico é protegido pela Constituição, por leis e portarias. E o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é responsável pela preservação do Pa-

trimônio Cultural brasileiro, e protegerá e promoverá os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. As leis e portarias criadas assegurarão que todos possam conhecer e valorizar os bens culturais, que são de todos nós brasileiros.

A Constituição Federal da República de 1988 reconhece os bens materiais e imateriais como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro, conforme o artigo 216, e garante sua guarda e proteção. Os bens de natureza material de valor arqueológico são definidos e protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que considera ação criminosa a destruição dos bens arqueológicos, colocando-os sob a tutela da União.

O artigo 216 da Constituição Federal da República de 1988 diz que Patrimônio Cultural são bens de natureza material e imaterial portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, portanto os bens arqueológicos são considerados bens pertencentes à União, que são:

I. As formas de expressão;
II. Os modos de criar, fazer, viver;
III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e
V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico.[3]

Licenciamento Ambiental

Para preservar o Patrimônio Cultural e Ambiental foi criado o Licenciamento Ambiental, procedimento administrativo que legitima a instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, compartilhada entre instituições federais, estaduais e municipais. Por meio do Licenciamento, é exercido o controle necessário sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais e devem ser conciliadas com o uso dos recursos naturais. O objetivo é assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas em suas variabilidades físicas, bióticas, socioculturais e econômicas.[4]

Resolução Conama nº 001/1986

Segundo essa Resolução, os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) devem considerar, no mínimo, a situação da área de inserção dos empreendimentos, antes da implantação de cada projeto, destacando o impacto aos sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

O papel do Iphan no Licenciamento Ambiental

Quando for planejada a instalação de um empreendimento, o Iphan deve ser consultado para evitar que bens culturais acautelados em âmbito federal sejam impactados ou destruídos. Dessa forma, os interessados deverão iniciar o processo administrativo com o preenchimento da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) e enviá-la ao Iphan para receberem as devidas orientações, conforme a Instrução Normativa Iphan nº 001/2015, que normatiza e regulamenta os procedimentos de Licenciamento Cultural no Iphan.

3. Disponível em: https://bit.ly/2XAJUQb, Resolução Conama nº237/97.

4. Disponível em: https://bit.ly/2XAJUQb

5. Houve ocupação pré-histórica no território do Distrito Federal? Como era Brasília antes?

A história da ocupação humana no território do Distrito Federal começou há milênios e é comum ao seu Entorno e a outros estados do Planalto Central Brasileiro. Entre 11000 e 10000 anos A.P. (Antes do Presente), no final do período Pleistoceno e início do Holoceno, grupos de caçadores-coletores se estabeleceram na região do Planalto Central Brasileiro, e posteriormente apareceram registros da ocupação de pequenos grupos de cultivadores, sendo substituído por sociedades de agricultores ceramistas até a chegada dos lusos brasileiros, no século XVIII.

O Iphan possui registrado 71 sítios arqueológicos no Distrito Federal[5] localizados nas Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Jardim Botânico, Santa Maria, São Sebastião, Riacho Fundo, Gama e Paranoá, sendo que 27 destes estão vinculados a grupos que sobreviviam da caça e coleta (caçadores-coletores), 7 são aldeias de sociedades agricultoras e ceramistas e 25 são sítios históricos relacionados a fazendas, caminhos e à construção de Brasília.

Os caçadores e coletores

Os sítios líticos de caçadores e coletores no estado de Goiás e no Distrito Federal, em sua maioria, foram filiados às Tradições líticas chamadas de Itaparica e Serranópolis.

A Tradição Itaparica está caracterizada pela presença de artefatos unifaciais, chamados de raspadores plano-convexos ou lesmas. Outra característica é a alta mobilidade humana por um vasto território presente desde o nordeste até o sudeste de Mato Grosso e do norte de Mato Grosso do Sul. As datações obtidas estão entre 11000 e 6500 a.C.

A Tradição Serranópolis possui registros identificados no sudoeste de Goiás – na região de Serranópolis – onde os sítios dos primeiros caçadores-coletores foram filiados à fase Paranaíba, com presença nessa área entre 8800 a.C. e 6420 a.C. e cuja economia se enquadra em um sistema de caça e coleta generalizada (WUST, 2006). Os artefatos líticos tecnologicamente são mais simples do que da tradição Itaparica, denominados de lascas, em geral usadas sem retoques, apresenta raspadores, perfuradores, pontas de entalhe, cunhas, plainas, buris, talhadores, formões, quebra-cocos.

A estratégia de mobilidade proporcionava a capacidade de captar os recursos disponíveis para a sustentabilidade do bando e o fluxo de informações entre o bando local e outros.

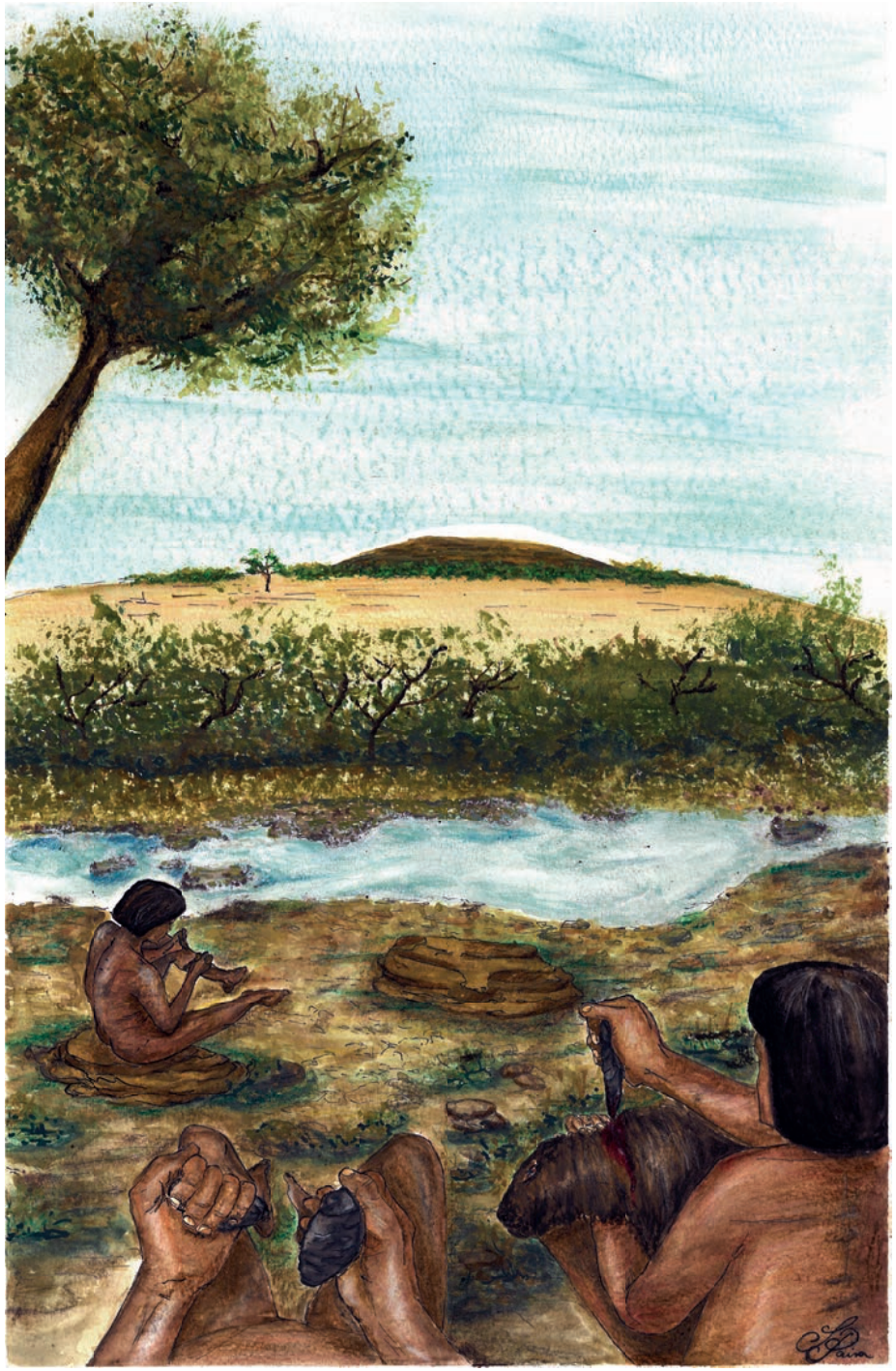
Os sítios arqueológicos que derivam desse sistema de assentamento dos caçadores-coletores geraram vestígios ora densos, ora dispersos, e são de dois tipos: sítios-habitação e acampamentos temporários, associados à captação de recursos vegetacionais e outras atividades específicas relacionadas à elaboração de ferramentas para caça.

5. Até janeiro de 2024.

Segundo o arqueólogo Miller (1991), em função da alta mobilidade dos caçadores- coletores, as suas estruturas habitacionais eram, em geral, simples, feitas de material vegetal (madeira, fibras e folhas), assim como grande parte de seus instrumentos. O que torna possível localizar os locais ocupados por essas populações é o que restou de sua cultura material, feita com matéria-prima durável, especialmente de origem mineral, como objetos de pedra. Também resistem à ação do tempo vestígios de combustão (madeira e ossos calcinados), assim como, dependendo das condições climáticas e características do solo, restos alimentícios de degradação mais lenta, tais como coquinhos, carapaças de grandes moluscos, partes duras de ossos de animais etc.



Mapa do Brasil com delimitação do Planalto Central Brasileiro que se estende pelo Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Fonte: André Argollo Aguiar/CNA/Iphan.



Os caçadores-coletores antigos do estado de Goiás e do Distrito Federal viviam em pequenos bandos e sobreviviam da caça, da pesca e da coleta generalizadas de frutos e plantas do Cerrado. Fontes: Gravura: Sofia Paiva. Foto: Ádon Bicalho/ Acervo Iphan-DF.



Os vestígios materiais desses grupos de caçadores-coletores do início do período Holoceno (entre 9500 a.C. e 6500 a.C.) posteriores à última glaciação foram encontrados em sítios a céu aberto e em abrigos em diversos municípios do estado de Goiás, como Planaltina de Goiás, Formosa, Caiapônia, Niquelândia, Serranópolis, Uruaçu, Colinas do Sul, Matrinchã e no município de Lageado, estado do Tocantins. O Sítio Barreiro (GO-Ni-08), localizado em Planaltina de Goiás, no Entorno do Distrito Federal, atesta essa ocupação por caçadores-coletores antigos com a datação de 10605 (±125 anos), corroborado pela primeira datação absoluta de 8414-8303. Antes do Presente obtida no Sítio Cachoeirinha, no Distrito Federal.Esses grupos fabricavam instrumentos de pedra lascada a partir de um modo específico: os artefatos eram elaborados normalmente sobre lascas (de diversos tamanhos) e lâminas, extraídos de blocos de rochas utilizando-se uma outra rocha, que os arqueólogos chamam de percutor. Para o estudo desses artefatos, os arqueólogos os nomeiam como raspadores plano-convexos unifaciais, lascas, lâminas e pontas de projétil pedunculadas, buris, percutores. Há uma grande variedade de artefatos com essa tecnologia lítica da pedra lascada. Os instrumentos produzidos por esses grupos possuem formas e usos múltiplos e podem ser utilizados para furar, cortar e raspar (unifaciais). Posteriormente, esses grupos passaram a produzir também peças em pedra que seriam utilizadas para se colocar na pontas das flechas (bifaciais).



Conjunto de ferramentas líticas chamadas pelos arqueólogos de raspadores plano-convexos ou lesmas, feitas em rocha quartzito. Foram encontradas no Sítio Arqueológico Taguatinga. Distrito Federal (Sigla DF.P A.11). Foto: Ádon Bicalho/Acervo Iphan-DF.



Ponta de flecha pedunculada, elaborada em quartzo hialino, encontrada durante uma escavação no Sítio Arqueológico Taguatinga. Distrito Federal (DF-PA-11). Fotos: Ádon Bicalho/ Acervo Iphan-DF.

O movimento migratório dos bandos de caçadores-coletores ocorreu pelos grandes vales fluviais e pelas grandes chapadas divisórias das bacias hidrográficas. O cenário de ocupação pré-histórica é similar ao atual, porém com nível dos cursos d'água maior e vegetação nativa íntegra, com cerrado nas regiões de Chapada, Campos Limpos e Sujos nos rebordos dos vales e Matas de Galeria nas planícies dos córregos e ribeirões (ELÓI; VIANA; GUIMARÃES, 2005 apud BARBOSA; COSTA, 2005, p. 14-31).

Quanto aos sítios com pinturas rupestres localizado no Distrito Federal, há apenas um registro, denominado de Mumunhas, relacionado à Tradição Geométrica. A técnica pode corresponder à pintura a dedo e/ou ao pincelado. O pigmento usado em monocromia é o vermelho e o negro e os motivos são predominantemente geométricos, com linhas, pontos e círculos. Lamentavelmente, foi intensamente danificado com pichações sobrepostas às pinturas geométricas. Possivelmente, as sinalizações foram realizadas por grupos de caçadores-coletores.



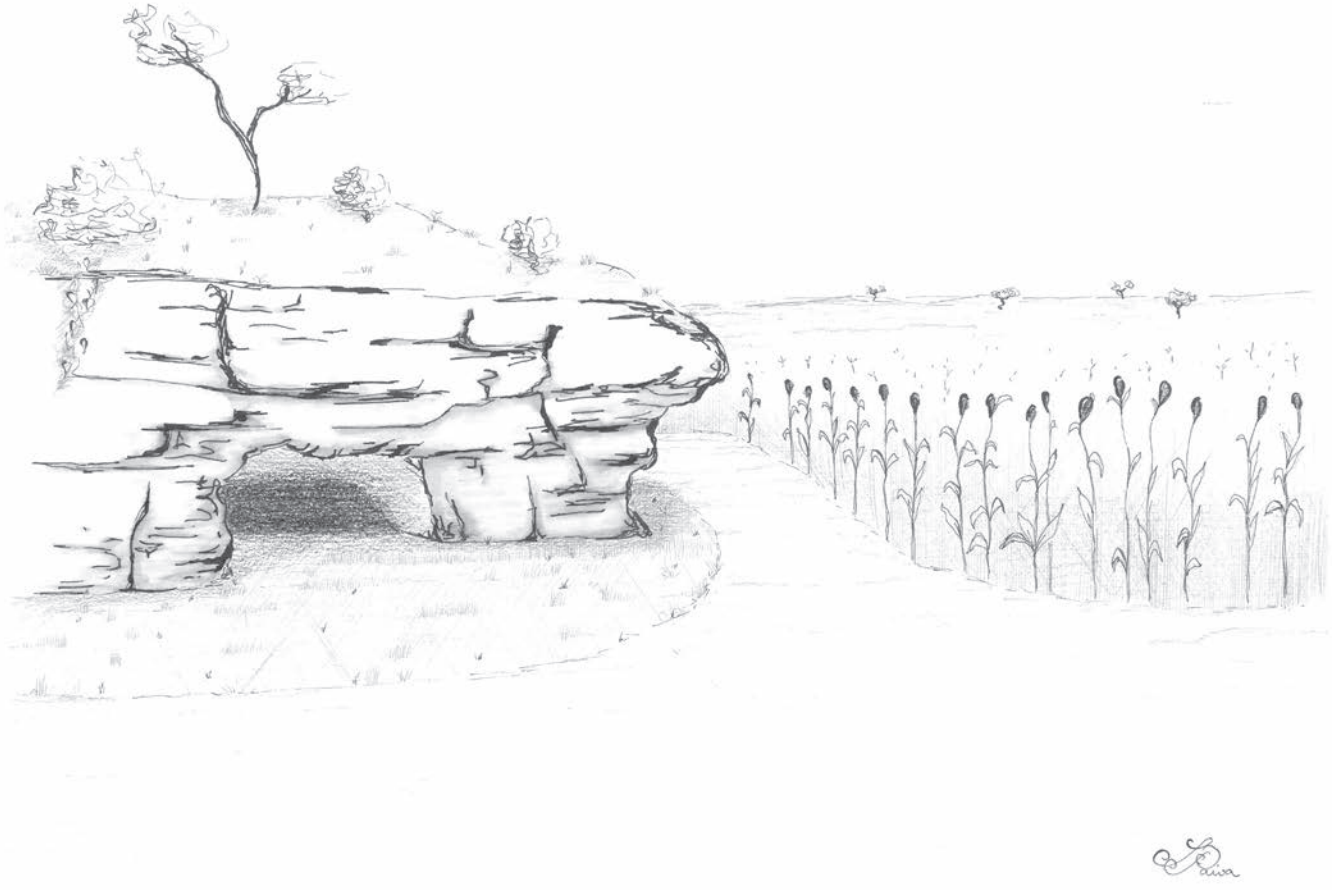


Sítio Arqueológico Mumunhas, com pinturas rupestres. As pinturas em vermelho foram pichadas com uso de tinta branca (corretivo) RA Brazlândia. Distrito Federal. Foto: Margareth Souza.



Cultivadores e agricultores ceramistas das aldeias circulares

Os primeiros sítios cerâmicos do Planalto Central apresentam restos materiais que demonstram que os grupos de caçadores-coletores incorporaram aos seus hábitos de caça e coleta o manejo e o cultivo de plantas. Em torno de 1000 anos d.C. (depois de Cristo), foram registradas as ocupações dos primeiros grupos de cultivadores da Tradição Una, que viviam em grutas e abrigos rochosos, localizados próximos a leitos de rios ou lagoas, possuíam pequenas plantações e cultivavam milho, cabaça, amendoim e feijões sobre matas ribeirinhas, associados à caça e à coleta de frutos nos cerrados e campos, caracterizados de Tradição Una pelos arqueólogos.



Exemplo de abrigo rochoso que servia de moradia aos primeiros cultivadores. Em seu entorno, começaram a plantar alguns alimentos, como o milho, para sobreviverem, além de praticar a coleta e a caça. Gravura: Sofia Paiva.

Os agricultores ceramistas e suas aldeias circulares

Entre os séculos VIII e IX, vieram de outras regiões, com origem provável no Nordeste e na Amazônia, sociedades agrícolas, cuja caça e coleta tinham a função complementar a dieta alimentar, pois dominavam a técnica do manejo agrícola e da fertilização dos solos, viviam em grandes aldeias circulares e fabricavam diversos vasilhames cerâmicos, que utilizavam para processar os alimentos e acondicionar líquidos.

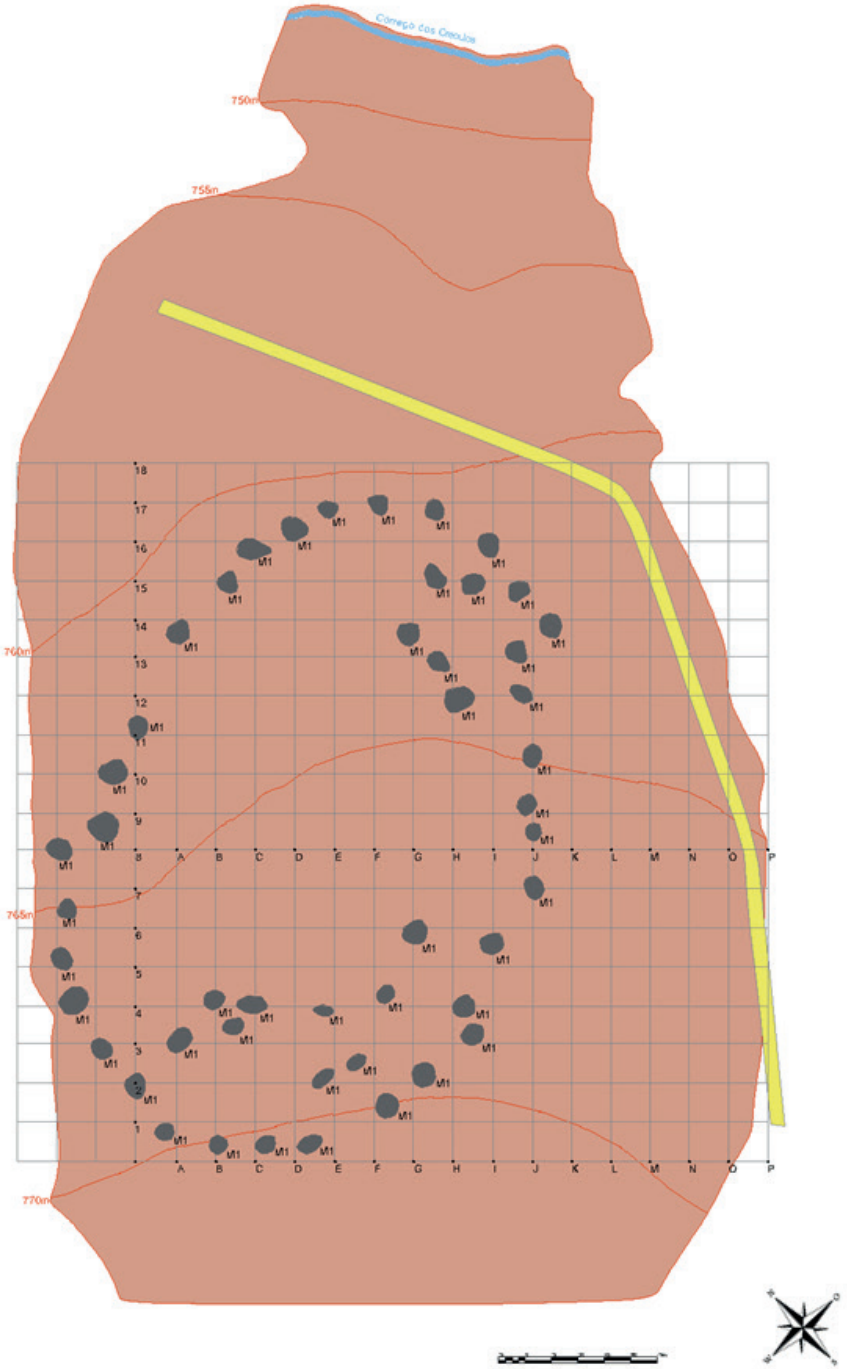
As comunidades de agricultores e ceramistas, da Tradição Aratu, por volta de 800 d. C (depois de Cristo) aparecem, vindos do leste da Região Centro-Oeste, e construíram suas aldeias anulares em encostas suaves e alto de colinas, geralmente em ambientes de mata e nas proximidades de cursos de água. Sua dieta alimentar era baseada, principalmente, no plantio de milhos, feijões e tubérculos, e seus vasilhames cerâmicos eram produzidos para processar e acondicionar seus alimentos. Os Seus vasilhames cerâmicos são decorados com incisões contínuas sobre a borda, impressões de unha, pequenos apliques e, ocasionalmente, engobo vermelho ou listas pretas. Entre os artefatos líticos polidos destacam-se as lâminas semilunares usadas em rituais, machados polidos em forma de cunha, utilizados em derrubadas de árvores, rodelas de fuso em pedra-sabão e adornos, artefatos lascados e instrumentos fabricados em osso e chifre (WUST, 1990, p. 23).

Outro grupo vindo do oeste da Região Centro-Oeste, entre o século X a XIII, chamado de ceramistas da Tradição Uru, assentou-se, de forma linear, circular e elíptica, ao longo dos principais rios, em ambientes abertos e de relevo pouco acidentado. Destacam-se as chapadas próximas às margens de lagos de barragem e córregos perenes, no ambiente da vegetação de cerrado, em solo de baixa fertilidade e altitudes mais baixas. Quanto à sua subsistência, tinham no cultivo da mandioca amarga e nos produtos da pesca os principais sustentos, sendo sua dieta alimentar complementada pelas atividades de caça e coleta em menor escala.

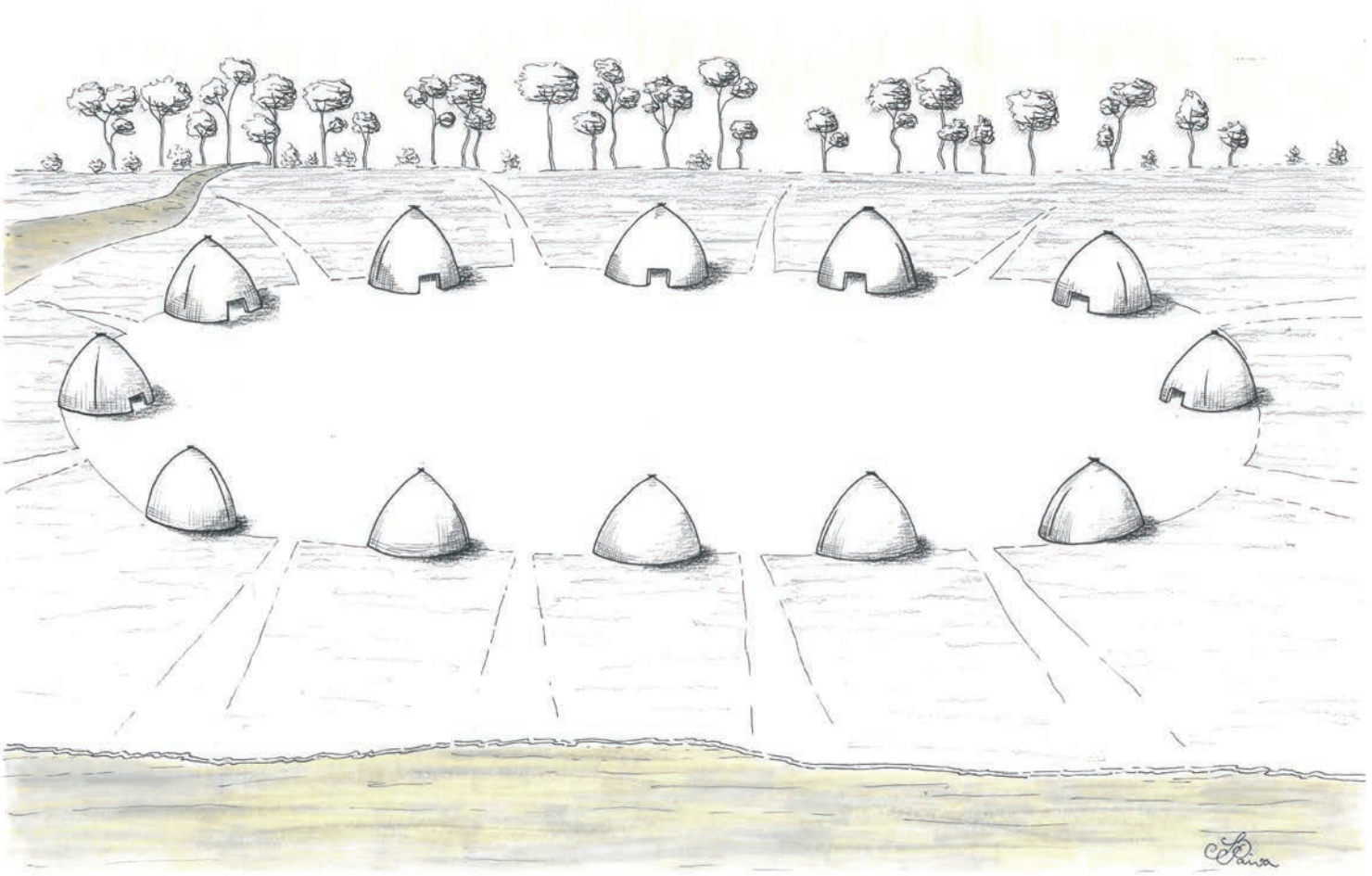
Segundo Wust (1990, p. 23-25) os vasilhames cerâmicos – com coloração clara – abrangem grandes bacias; pratos com bordas reforçadas e bases planas e indicam o processamento da mandioca e a transformação em farinha e beiju; trempes cerâmicas serviam de apoio das vasilhas sobre o fogo; e os jarros com gargalo serviam para o transporte e a estocagem de líquidos. Outros artefatos encontrados nos sítios arqueológicos são as rodelas de fuso – que compõem os tortuais – utilizados para fiar o algodão, os carimbos cilíndricos que remetem à prática da pintura corporal. Os artefatos líticos encontrados são as lâminas de machado e recipientes de pedra-sabão e instrumentos de pedra lascada.

Sabe-se da presença dos agricultores da Tradição Tupiguarani no Entorno do Distrito Federal, porém ainda não foi identificado nenhum sítio arqueológico com o registro desses povos.

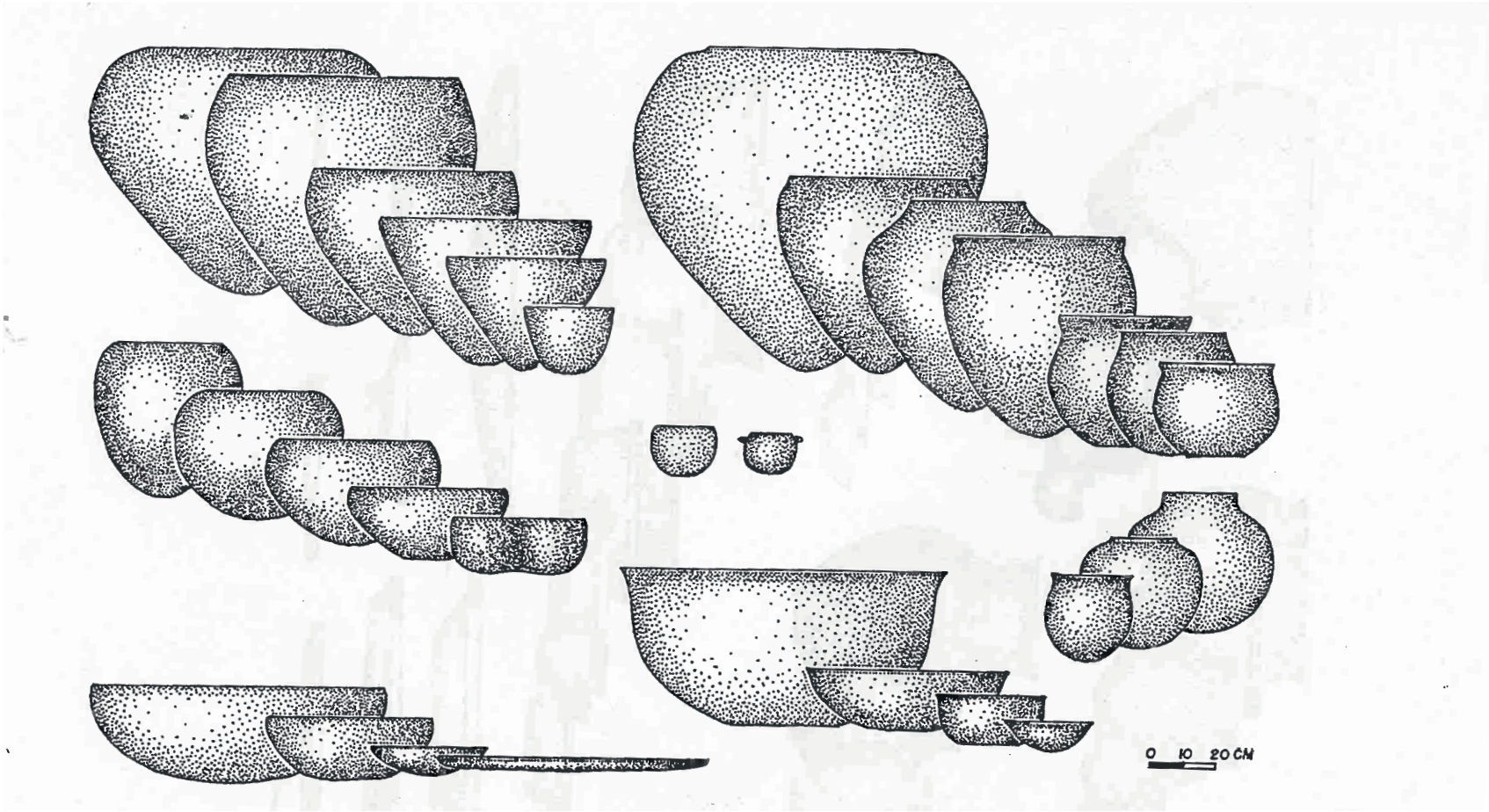
> Assim, 700 anos antes da Conquista, as populações do Brasil Central já eram agricultoras, empregavam o machado polido para derrubar as árvores e fabricavam uma cerâmica utilitária, bem como rodelas de fuso, carimbos cilíndricos e cachimbos tubulares (WUST, 1999, p. 34).



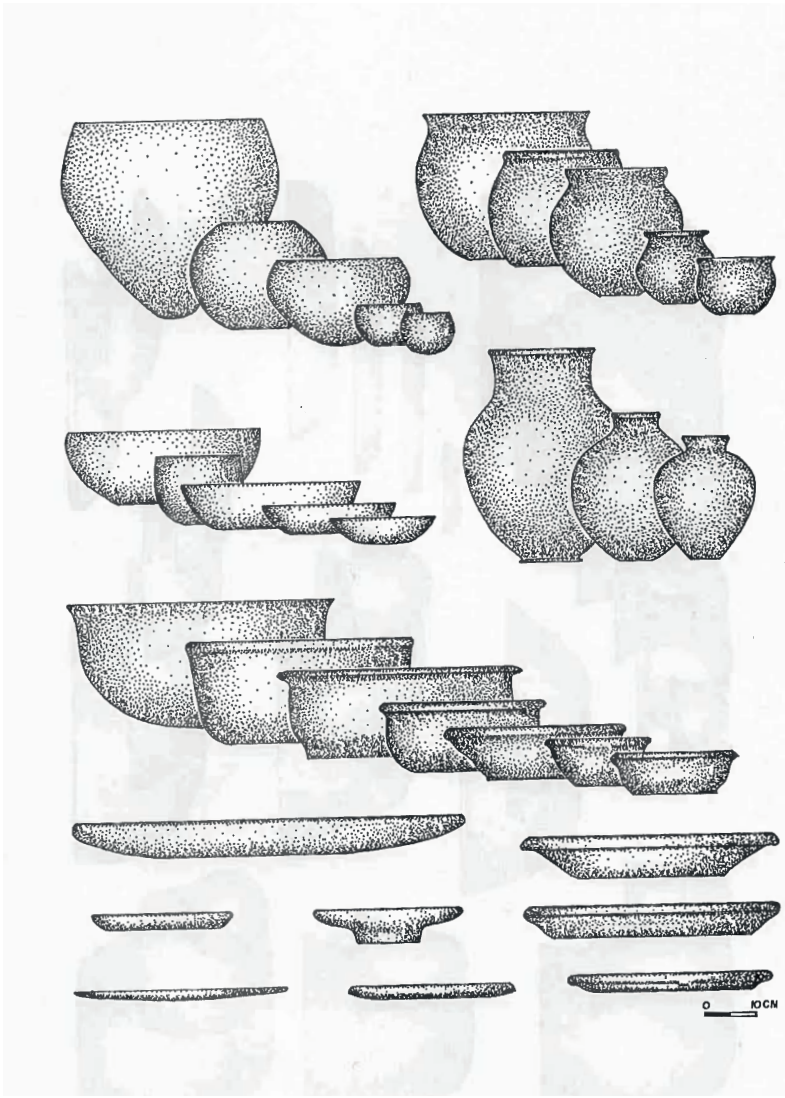
Levantamento topográfico do sítio arqueológico pré-histórico aldeia Bonsucesso (GO). Fonte: Andreatta (1982).

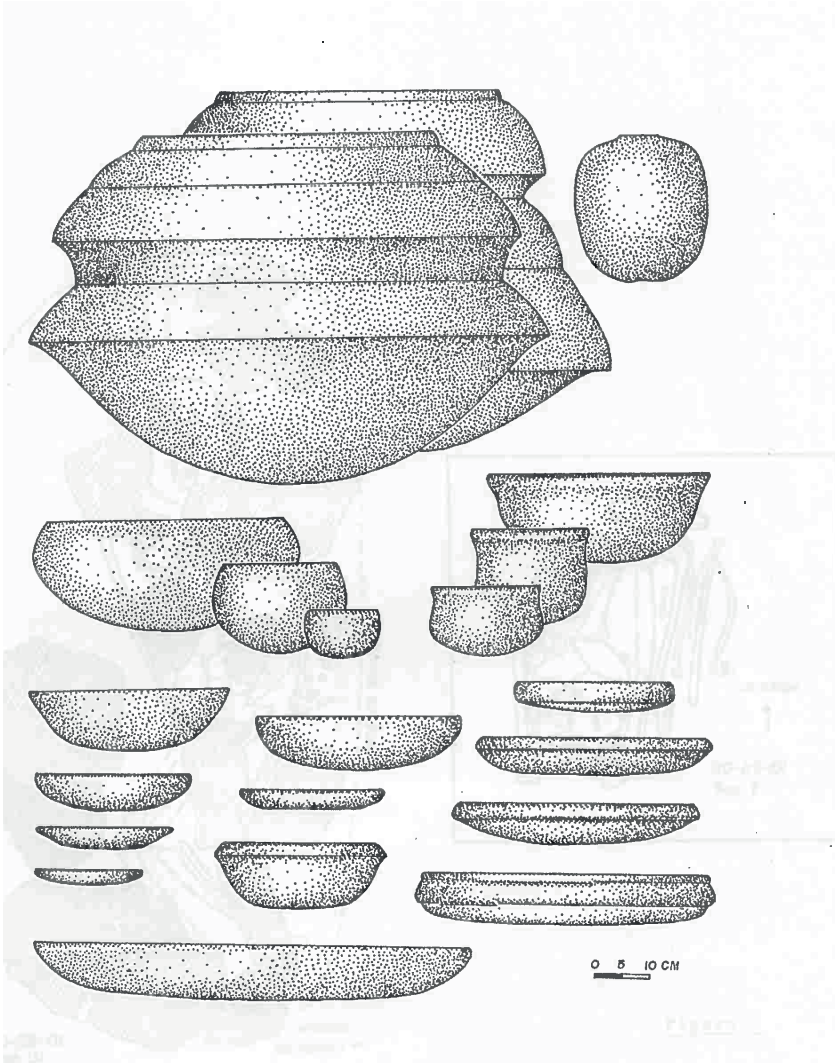


Projeção de reconstituição de uma aldeia com formato circular. Gravura: Sofia Paiva.



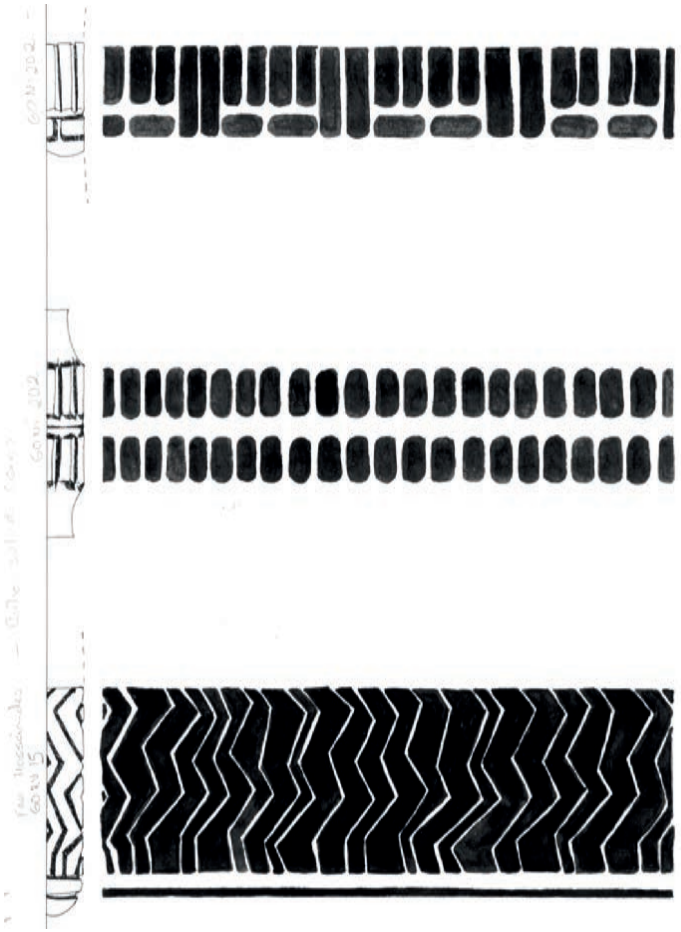
Conjunto de vasilhames cerâmicos – grandes bacias e pratos indicam o processamento de alimentos, como o milho, a mandioca e a transformação em farinha e beiju, jarros com gargalo que serviam para o transporte e a estocagem de líquidos. Figura 1: Tradição Aratu; figura 2: Tradição Uru; figura 3: Tradição Tupi-Guarani. Fonte: Schmitz; Barbosa (1985).


0 10CM

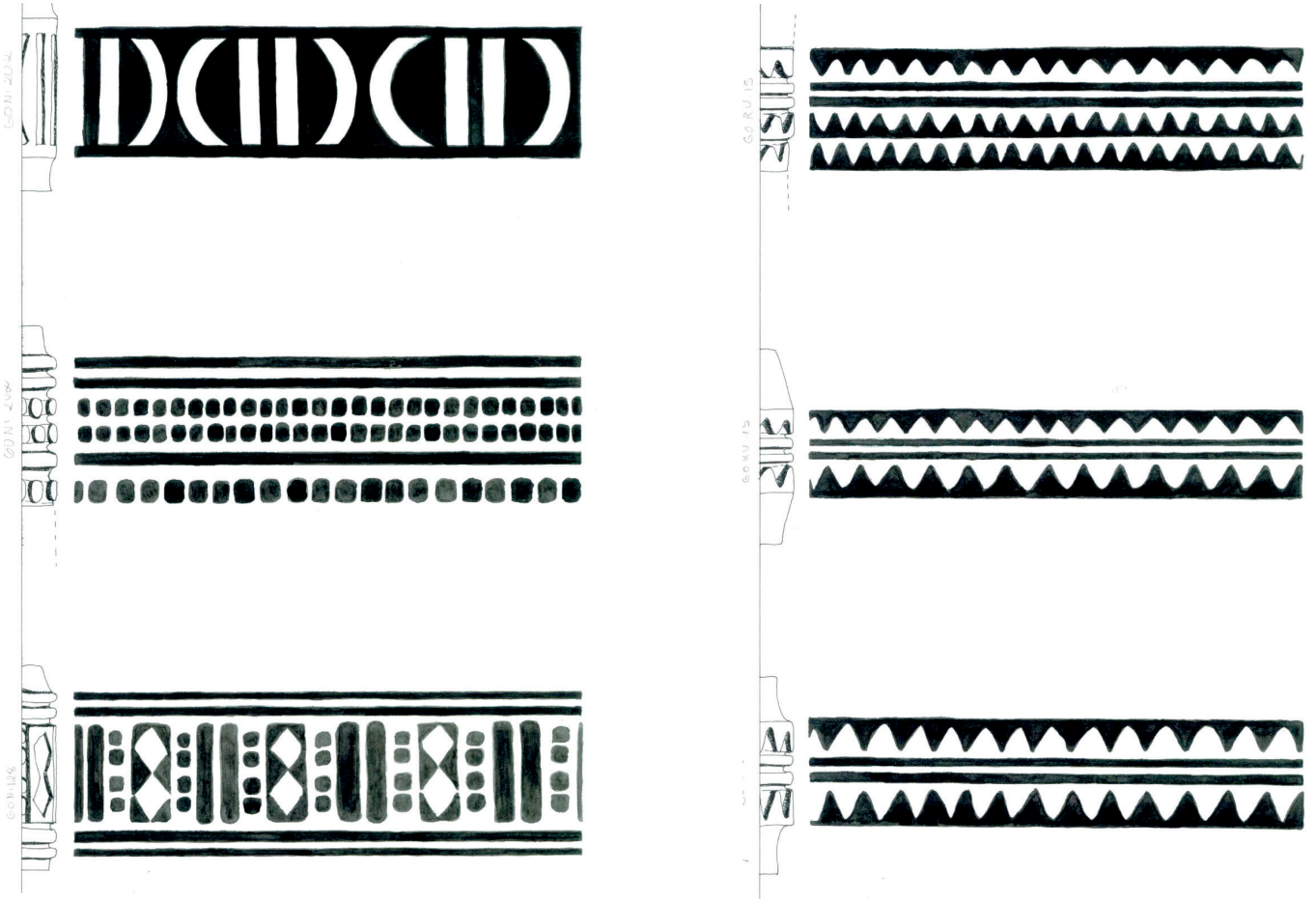

0 5 10 CM

Em uma continuidade de sociedades agrícolas e organizadas, temos os povos de língua Jê, que habitavam e transitavam na região do Distrito Federal e seu Entorno até a chegada dos luso-brasileiros a partir do século XVIII. Sobre as sociedades indígenas de língua Jê trataremos em outra publicação, já apresentadas pelo historiador Paulo Bertran (2000, p. 26)

> a região do Distrito Federal era território de caça e de pequena agricultura de grupos Macro-Jê. E de ponto de contato de suas sub-etnias: os Caiapós, senhores do vale do Corumbá, ao Sul; e os Acroá ou Acwa, ao Norte, a que julgamos pertencerem à extinta nação dos Crixá e Acroá, assim como os atuais Xavante, Xerente e Xacriabá.



Impressões de carimbos corporais cilíndricos (em argila queimada) elaborados por grupos de agricultores ceramistas Aratu e Uru. Fonte: Souza (2003).



Os sítios históricos no espaço do Distrito Federal

Os sítios históricos localizados no Distrito Federal estão relacionados à expansão da Coroa Portuguesa do litoral para o interior. A partir do século XVIII, com as descobertas auríferas em território goiano, foram surgindo fazendas e/ou engenhos, estradas foram abertas e instalados postos fiscais (Contagens e Registros) em seu trajeto, como forma de controle de entrada e saída do ouro, mercadorias e escravos.

No território do Distrito Federal se localiza a Contagem de São João das Três Barras e segmentos da Estrada Real da Bahia, da Estrada Santa Luzia/Contagem e da Estrada do Nascente.

Há também os sítios relacionados à construção de Brasília, incluindo desde o Acampamento da Comissão Cruls (Comissão Exploradora do Planalto Central e Comissão de Estudos da Nova Capital da União) até as áreas extrativistas que serviram de apoio para a construção da nova capital.

Nos séculos XVIII e XIX, o transporte era realizado por meio de muares que transportavam produtos diversos em bruacas de couro em caravanas, que seguiam pelas Estradas Reais. Depois veio o transporte em carroças. Foto: Margareth Souza.





Típica morada dos séculos XVIII e XIX, com tijolos de adobe e cobertura de palha de buriti. Foto: Margareth Souza.





Morada da Fazenda Sobradinho II, erguida no século XVII. Região Administrativa Sobradinho. Fotos: Ádon Bicalho/Acervo Iphan-DF.



Acampamento da Comissão Cruls – Comissão Exploradora do Planalto Central e Comissão de Estudos da Nova Capital da União (1894 a 1895), que mediu e definiu o quadrilátero do Distrito Federal, localizado no atual Parque Nacional de Brasília. Fonte: Observatório Nacional/Wilson Vieira Júnior.

5.1 Quais os sítios arqueológicos do Distrito Federal cadastrados no Iphan?

Os sítios arqueológicos identificados no Distrito Federal e em seu Entorno comprovam a ocupação desde 11000 anos atrás, com presença dos caçadores-coletores, de agricultores e ceramistas, até a ocupação luso-brasileira. Até 2018, nenhum sítio arqueológico havia sido datado, pois os arqueólogos não conseguiram coletar amostras de carvão ou cerâmica para realizar datações absolutas, as datações eram obtidas por comparações tecnomorfológicas dos artefatos líticos encontrados, no modo de fazer dos instrumentos e pelas datações[6] de outros sítios arqueológicos do Entorno do Distrito Federal. Somente em 2019 se obteve no Sítio Arqueológico Cachoeirinha uma datação absoluta de 8414-80303 cal A.P. (Antes do Presente) relacionada a grupos de caçadores e coletores da Tradição Itaparica. Essa primeira datação[7] obtida no Distrito Federal vem reforçar o que diversos arqueólogos que escavaram no entorno e no Distrito Federal afirmavam (Iluska Simonsen, 1975; Alfredo Mendonça Souza, 1979; Margarida Andreatta, 1988; Padre Schmitz e Altair Sales Barbosa, 1984,1985; Eurico T. Miller, 1991, 1992, 1994; Emílio Fogaça e Lúcia Juliane, 1997; Marisa Barbosa, 2005, 2007, 2008) - que a ocupação na região central do Brasil ocorreu em torno de 11000 anos atrás, verificados pelos registros deixados pelos caçadores-coletores da Tradição Itaparica, que estavam no Brasil Central Brasileiro, bem adaptados ao ambiente cerrado.

Entre os arqueólogos, está Eurico Theófilo Miller, que iniciou as primeira pesquisas arqueológicas no Distrito Federal, com o arqueólogo Paulo Jobim de Campos Mello, entre os anos de 1991 e 1994, a serviço da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), que pretendia expandir a área urbana nas então chamadas cidades-satélites. Conseguiram identificar 33 sítios arqueológicos relacionados às ocupações de caçadores-coletores, agricultores e ceramistas e de luso-brasileiros, nas Regiões Administrativas do Gama, Riacho Fundo, Ceilândia, Taguatinga e Brazlândia. E a partir da década de 1990 os levantamentos arqueológicos se intensificaram, com o fortalecimento de uma legislação ambiental, que impulsionou as pesquisas arqueológicas no Distrito Federal, com diversos arqueólogos atuando no Quadrilátero. E conforme Mapa dos Sítios Arqueológicos no Distrito Federal, a maioria dos sítios arqueológicos registrados estão concentrados na porção oeste, em decorrência do processo de urbanização e outros empreendimentos localizados nessas Regiões Administrativas, e avançando para porção leste, com instalação de condomínios de loteamentos, obras de saneamento, rodovias e linhas de transmissão de energia elétrica.

Predominam no Distrito Federal os sítios líticos, tipo acampamento a céu aberto, que são locais ocupados por pequenos bandos estruturados por parentesco ou familiares, nômades, que viviam da caça e da coleta de produtos naturais, sem o cultivo de plantas e sem animais domésticos. Apresentam características de oficina lítica, com fabricação de artefatos para caça, que eram reocupados sazonalmente ao longo dos

6. De acordo com as fichas de Cadastro dos Sítios Arqueológicos (CNSA), foram coletadas 1.700 amostras entre fragmentos cerâmicos e líticos (lascados e polidos), que foram analisadas em laboratório, denominadas de Coleções 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.
7. Projeto de licenciamento ambiental, coordenado pelo arqueólogo Edilson Teixeira.

Eurico Miller verificando sedimentos em uma de suas escavações. Foto: Acervo Eurico Miller/ Centro Nacional de Arqueologia/Iphan.



milhares de anos. Como exemplos, tem-se: o Sítio Taguatinga (DF-PA-11), localizado no Córrego Taguatinga, na RA Ceilândia; o Sítio Cachoerinha, na RA Paranoá; e o Sítio Ville de Montagne II, Setor Habitacional São Bartolomeu, bacia do Rio Descoberto. Localizados em áreas com afloramentos rochosos de quartzito e arenito, em área com vegetação do cerrado, próximos a drenagens, e com ocorrência de pequenos abrigos em sua entorno, que ainda não foram estudados pelos arqueólogos.

Em relação aos sítios pré-históricos, do tipo acampamento temporário a céu aberto, tem-se a existência de dois grupos de caçadores-coletores na região que compreende o Entorno do Distrito Federal, que abrange as bacias dos rios Araguaia e Tocantins: os caçadores-coletores antigos (9000 a.C. – 6500 a.C.) e os caçadores mais recentes (5500 a.C. – 2000 a.C.), sendo que alguns sítios arqueológicos de caçadores-coletores no Distrito Federal podem se inserir tanto no período de transição entre os caçadores-coletores antigos quanto no dos caçadores-coletores mais recentes (WUST, 2006).

Quanto aos sítios habitação-aldeias identificados, as aldeias possuem o formato subcircular, e uma possui formato linear. A análise tecnomorfológica dos fragmentos cerâmicos coletados e a implantação das aldeias na paisagem sugerem sua vinculação a grupos amazônicos. Os sítios habitação identificados apresentaram fragmentos cerâmicos e artefatos líticos dispersos em áreas de 2.800 m² até 52.500 m², exemplificados com os sítios Zico (DF-PA-01), Recanto (DF-PA-02), Retiro (DF-PA-03), Marica (DF-PA-04), Ipê (DF-PA-08), Mineiro (DF-PA-09) e Fumabé (DF-PA-17). O Sítio Recanto é o único sítio-habitação cerâmico indígena, a céu aberto, com padrão de assentamento linear central, com ocorrência provável de três casas em linha Leste-Oeste (MILLER, 1991, p. 245-279).

Todos os sítios cerâmicos se localizam em regiões com potencial agrícola até os dias atuais, como Brazlândia e Gama. Para efeito de comparação, imaginem uma aldeia com 250 m x 200 m, o que representa uma área de 50.000 m², equivalente a uma área menor que uma Superquadra em Brasília, sem a área verde ou as árvores, com as cabanas posicionadas na periferia da aldeia e a área interna usada como pátio ou área comum da sociedade agricultora e ceramista.

Em relação à possibilidade de o Sítio Zico 2 vincular-se a grupo indígena do grupo Jê em função da morfologia da aldeia, consideramos que apenas com escavações arqueológicas poderão ser identificadas continuidades entre tradições arqueológicas e grupos etnograficamente conhecidos na região, como do tronco linguístico Jê – Crixá, Xacriabá e Caiapó.

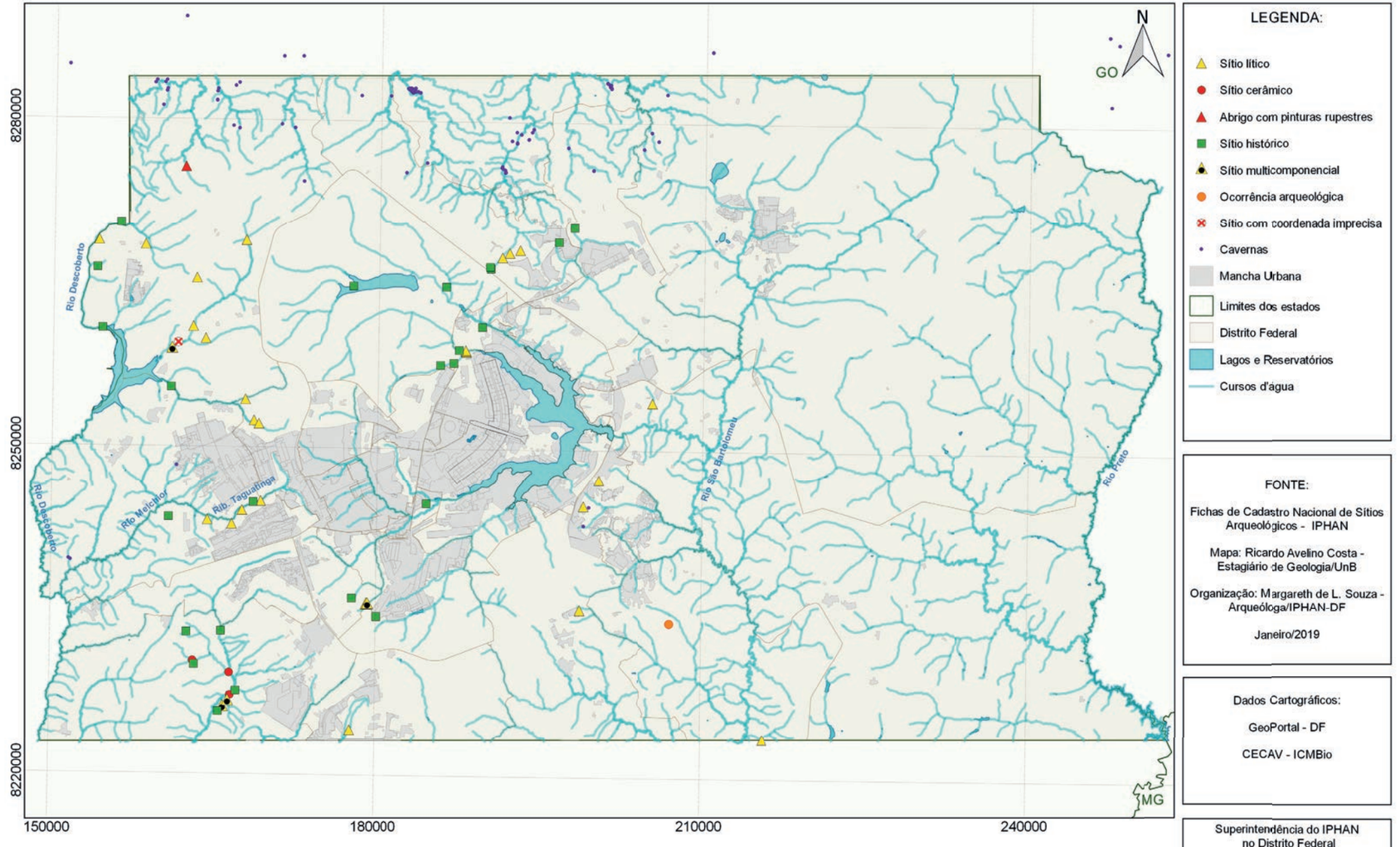
Já os sítios históricos se referem às antigas sedes de fazendas, moradias, estradas reais e outras estradas abertas posteriormente. Também há aqueles sítios relacionados à implantação do Distrito Federal. No Parque Nacional de Brasília, há diversos sítios de interesse arqueológico e históricos que não foram registrados.

São exemplos de sítios multicomponenciais os sítios arqueológicos Zico (DF-PA-01), Ipê (DF-PA-08), Mineiro (DF-PA-09), Incra 8-1 e 2 (DF-PA-31 – A/B), Retiro (DF-PA-03) e Marica (DF-PA-04), que apresentam duas ocupações no mesmo local.

O único sítio do tipo Abrigo com pinturas rupestres registrado no Distrito Federal, Sítio Mumunhas, encontra-se intensamente danificado com pichações sobrepostas às pinturas geométricas. Está localizado na Região Administrativa de Brazlândia, que possui concentração de abrigos em continuidade às formações rochosas dos municípios de Planaltina de Goiás e Formosa. Ainda não foi realizado nenhum tipo de estudo neste sítio, apenas seu registro, em 2016, no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, visando à sua proteção.

A Ocorrência Arqueológica 1 não é considerada um sítio arqueológico, mas um achado fortuito, sem relação com uma ocupação temporária ou uma aldeia.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO DISTRITO FEDERAL



Sítios pré-coloniais – acampamentos e oficinas líticas

1) Zico (DF-PA-01) – multicomponencial lítico e cerâmico – sítio arqueológico composto por um acampamento indígena pré-ceramista (lítico lascado), a céu aberto, reocupado por um assentamento de sítio-habitação cerâmico pré-colonial, com forma subcircular (280 x 210m). Proprietário Márcio de Castro Amorim. Localizado próximo ao Ribeirão Ponte Alta com Córrego Lambedor (montante), Região Administrativa do Gama. Foram coletados 364 fragmentos cerâmicos e 10 peças líticas (lascas e percutores). Registrado em 1991 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

O sítio multicomponencial é apresentado sob a denominação de Zico 1, relacionado ao acampamento de caçadores-coletores (lítico) e o Zico 2 refere-se a uma aldeia vinculada a grupos de agricultores ceramistas. Segue descrição realizada por Miller (1991, p. 254-255).

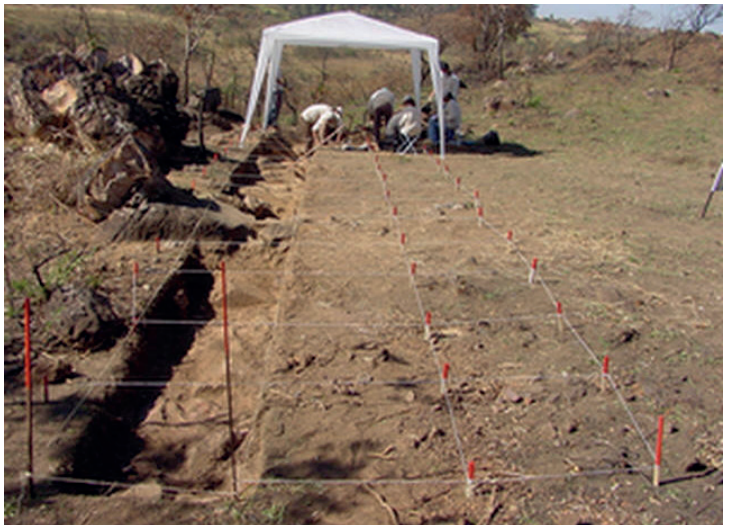
O sítio corresponde provavelmente a um acampamento de caçadores-coletores e encontra-se sob um sítio cerâmico indígenas, mais recente. Os vestígios deste sítio foram evidenciados em valas provocadas pela erosão do solo, nas quais foi possível observar que o material lítico se encontrava sempre num nível abaixo do material cerâmico. As peças líticas, confeccionadas com matéria-prima diversificada (quartzito, quartzo e calcedônia), compreendem lascas secundárias, apresentando indícios tecnológicos característicos de ação humana, tais como talão e bulbo de percussão. Algumas delas apresentam sinais de modificação (retoques) e utilização (desgaste). Por se encontrar enterrado, a área do sítio não pode ser estimada, o que só poderá ocorrer através de escavação arqueológica.

2) Ipê (DF-PA-08)* – multicomponencial (lítico e cerâmico) – sítio-acampamento cerâmico sobreposto a sítio-acampamento pré-cerâmico a céu aberto, cerca de 70 m da margem esquerda do Córrego Ipê; dista cerca de 100 m a oeste do DF-PA-09 (Mineiro). Localizado Ponte Alta de Cima, RA Gama (atualmente RA Riacho Fundo, na ARIE Granja do Ipê). Registrado em 1991 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello. (Fundação Zoobotânica do DF do GDF – Granja do Ipê, Núcleo do Ipê Bandeirante, DF).

3) Mineiro (DF-PA-09)* – multicomponencial (lítico e cerâmico) – sítio-acampamento cerâmico sobreposto a sítio-acampamento pré-cerâmico a céu aberto, cerca de 70 m da margem esquerda do Córrego Ipê; dista cerca de 100 m a oeste do DF-PA-08 (Ipê). Localizado Ponte Alta de Cima, RA Gama (atualmente RA Riacho Fundo, na ARIE Granja do Ipê). Registrado em 1991 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello (Fundação Zoobotânica do DF do GDF – Granja do Ipê, Núcleo do Ipê Bandeirante, DF).

4) Capão da Onça (DF-PA-10) – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, somente com carvão transparecendo na barranca do Córrego Capão da Onça, entre 80 cm e 160 cm de profundidade em estratos do Pós-Ótimo Climático. Chácara de Waldomiro Haack, RA Brazlândia Próximo ao Córrego Capão da Onça com Córrego Bocanhão. Registrado em 1991 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

5) Sítio Taguatinga (DF-PA-11) – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, abrange cerca de 182.155m², constitui oficina lítica a céu aberto, portadora da tradição Itaparica, fase Paranaíba, correspondente à ocupação paleoíndia, ente 9000 A.P. e 11000 A.P., no Planalto Central brasileiro. Localizado durante prospecção dos barrancos e terraços do Córrego Taguatinga, em Ceilândia, e registrado em 1993 pelos arqueólogos Eurico Miller e Paulo Jobim de Campos Mello. Em 2004, foi escavado sistematicamente por uma equipe coordenada pela arqueóloga Mariza Barbosa e arqueólogo Diego Costa[8], e foram coletados 85.329 líticos, categorizados como: 104 núcleos; 24.411 lascas; 159 instrumentos de gume; 66 instrumentos de superfície; 30.829 cassons; 3.316 líticos brutos; 5.310 fragmentos de lasca; e 21.134 fragmentos térmicos (BARBOSA; COSTA, 2006).



Área de escavação do Sítio DF-PA-11 (Taguatinga).Foto: IGPA-Acervo: Iphan.

6) DF-PA-12[9] – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), com indústria lítica lascada a ser determinada. Está situado junto da margem direita do Córrego Taguatinga e a jusante de uma cachoeira, e acima de outra. Os testemunhos culturais, sedimentos, carvão e esquírolas, alojam-se entre 70 cm e 200 cm abaixo da atual superfície do solo. Está situado na chácara Sta. Efigênia nº 94, pertencente ao GDF e gerenciada pela Terracap. Registrado em 1993 pelos arqueólogos Eurico Miller e Paulo Jobim de Campos Mello.

7) DF-PA-13 – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), com várias reocupações pré-ceramistas, junto à margem direita do Córrego Melchior, a jusante cerca de 3.000 m do DF-PA-12 ocupando ambas as margens de um córrego tributário sem nome, a cerca de 1.005 m de altitude. Encosta acima situa-se o "Monte da Oração", a sudoeste de Ceilândia. Vários níveis de carvão e uma pequena paleodrenagem com paleossolo, transparecem na estratigrafia das barrancas dos dois córregos, entre 50 cm e 210 cm abaixo do solo atual e abaixo das águas baixas atuais. Proprietário Terracap. RA de Taguatinga. Registrado em 1993 pelos arqueólogos Eurico Miller e Paulo Jobim de Campos Mello.

8) Belchior (DF-PA-14) – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, com várias reocupações. Situa-se na margem direita do Córrego Belchior, a jusante de DF-

8. Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico e Gestão do Patrimônio Cultural da Área Diretamente Afetada pela implantação do Interceptor e Emissário de Esgotos do Sistema Melchior no Distrito Federal com escavação dos sítios pré-históricos DF-PA-11 e DF-PA-15 e o sítio histórico Pedra Velha.

9. O DF-PA-12 foi desconsiderado como sítio arqueológico durante as escavações arqueológicas realizadas pela equipe coordenada pela arqueóloga Mariza Barbosa e pelo arqueólogo Diego Costa, relatório parcial do Programa de Resgate Arqueológico e Gestão do Patrimônio Cultural da Área Diretamente Afetada pela implantação do interceptor e Emissário de Esgotos do Sistema Melchior no Distrito Federal (2006, p. 93-94).

-PA-13, cerca de 2.500 m. Altitude de 975 m. Vários níveis de carvão cortados por uma pequena paleodrenagem com paleossolo; a camada cultural de 50 cm a 60 cm está entre 110 cm e 210 cm abaixo da superfície atual e cerca de 30 cm a 60 cm acima do nível das águas do córrego. Registrado em 1993 pelos arqueólogos Eurico Miller e Paulo Jobim de Campos Mello.

9) DF-PA-15 – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, com várias reocupações, de cultura desconhecida. Localiza-se à margem direita do Córrego Taguatinga, a 2.200 m a montante de DF-PA-11 e a 1.130 m de altitude. Situa-se 40 cm a 80 cm abaixo do solo atual. Registrado em 1993 pelos arqueólogos Eurico Miller e Paulo Jobim de Campos Mello. Em 2004, foi escavado sistematicamente por uma equipe coordenada pela arqueóloga Mariza Barbosa e arqueólogo Diego Costa[10], com acervo lítico formado por 525 lascas unipolares, 37 lascas bipolares, 10 núcleos unipolares, 4 núcleos polares, 3 núcleos uni e bipolares e 2 instrumentos de gume.

10) Rodeador (DF-PA-18) – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, junto ao Ribeirão Rodeador em encosta acentuada, encoberta por capoeira e mata secundária, com afloramentos de matacões. O pouco material de superfície não caracteriza a cultura. Está situado a 1.045 m. Localizado no Incra 8, RA Brazlândia, DF. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

11) Jatobá (DF-PA-19) – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, com algum material de superfície em ladeira muito íngreme junto ao Ribeirão Rodeador, ocupando cerca de 10x10m, confronte ao Córrego Jatobazinho, a 1.040 m. Localizado no Incra 8, RA Brazlândia, DF. Propriedade de Arizonarde Pereira da Silva. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

12) Frango (DF-PA-21) – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, com alguns testemunhos líticos, evidenciados pelo corte raso de um caminho carroçável. Localizado na RA Brazlândia, DF. Propriedade da empresa Só Frango. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

13) Currais 1 (DF-PA-27) – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, com alguns testemunhos líticos. Localizado na Chácara São José, RA Ceilândia, DF. Propriedade de Waldir Santiago Gomes. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

14) Currais 2 (DF-PA-28) – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, com alguns testemunhos líticos. Localizado Chácara São José, RA Ceilândia, DF. Propriedade de Waldir Santiago Gomes. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

15) Caesb (DF-PA-29) – sítio-acampamento pré-histórico pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, composto por um acampamento indígena pré-ceramista (lítico lascado), a céu aberto. Próximo ao Córrego Currais e Pedras, RA Ceilândia. UTM. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

16) Incra 8-1 e 2 (DF-PA-31 – A/B) – multicomponencial (lítico e histórico) – o sítio apresenta restos de duas ocupações: a mais recente representada por uma fazenda neobrasileira

10. Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico e Gestão do Patrimônio Cultural da Área Diretamente Afetada pela implantação do Interceptor e Emissário de Esgotos do Sistema Melchior no Distrito Federal com escavação dos sítios pré-históricos DF-PA-11 e DF-PA-15 e o Sítio Histórico Pedra Velha.

colonial (Sítio 31 A); e a outra ocupação e um sítio-acampamento indígena pé-ceramista sobre o qual se assenta o Sítio 31 A. Localizado no Incra 8, RA Ceilândia, DF. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

17) Capoeira (DF-PA-32) – sítio-acampamento pré-cerâmico (lítico), a céu aberto. UTM SAD69 22L 0812663/8269453. Localizado na RA Brazlândia. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

18) Parque Nacional de Brasília – PNB-1 (DF-PA-33) – sítio-acampamento pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, (lítico lascado) a céu aberto. Localizado no Parque Nacional de Brasília. Registrado em 1995 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

19) Parque Nacional de Brasília – PNB-2 (DF-PA-34) – sítio-acampamento pré-cerâmico (lítico), a céu aberto. Localizado no Parque Nacional de Brasília. Registrado em 1995 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

20) Santa Maria – sítio-acampamento pré-cerâmico (lítico) – 22K 819776/8224213 – a céu aberto, do tipo oficina lítica, vinculado a grupos de caçadores-coletores. Presença de bloco isolado de arenito com marcas de retirada, ocupando uma área de 30 m². Próximo ocorre área com diversos resíduos líticos. Localizado na RA Santa Maria. Registrado por Margareth de Lourdes Souza, em 2009.

Afloramento rochoso com marcas de retirada de lascas para elaboração de ferramentas líticas. Foto: Margareth Souza.





21) Ville de Montagne II – sítio-acampamento pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, de caçadores-coletores, do tipo oficina lítica, com afloramentos rochosos com marcas de retirada (negativos), que remetem à exploração pré-histórica e recente. Tais afloramentos estão dispostos numa faixa, em sentido Sudoeste - Nordeste. Localizado no Setor Habitacional São Bartolomeu. Registrado por Edilson Teixeira de Souza, em 2012.

Sítio Ville de Montagne: Escavação arqueológica.
Foto:Edilson Teixeira/Acervo Iphan-DF.







22) Sítio Vale das Águas – sítio-acampamento pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, oficina lítica com presença de afloramentos rochosos em quartzito, com indícios de exploração por lascamento e detritos como lascas e seixos nas suas imediações. Localizado na RA São Sebastião. Registrado por Edilson Teixeira de Souza, em 2016.

23) Pequi – sítio-acampamento pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, localizado durante a realização de prospecção sistemática. Foi coletado material lítico lascado (4 lascas unipolares em quartzito), proveniente do corte teste. Localizado na Rebio Contagem. RA Sobradinho. Registrado do Mariza de Oliveira Barbosa, em 2016.

24) Ipê – sítio-acampamento pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, localizado durante a realização de prospecção sistemática. Foi coletado material lítico lascado (3 lascas e 2 fragmentos em quartzito), proveniente do corte teste. Localizado na Rebio Contagem. RA Sobradinho. Registrado do Mariza de Oliveira Barbosa em 2016.

Afloramentos rochosos com marcas de retirada de lascas.Foto: Edilson Teixeira de Souza/Acervo Iphan-DF.



25) Barbatimão – sítio-acampamento pré-cerâmico (lítico), a céu aberto, localizado durante a realização de prospecção sistemática. Foi coletado material lítico lascado (4 lascas e 2 seixos), proveniente do corte teste. Localizado na Rebio Contagem. RA Sobradinho. Registrado do Mariza de Oliveira Barbosa em 2016.

26) Cachoeirinha – sítio arqueológico pré-cerâmico (lítico lascado) a céu aberto, caracteriza-se como um conjunto de oficinas líticas exploradas em períodos diferentes, por grupos caçadores-coletores da Tradição Itaparica. Seus vestígios são compostos por núcleos, lascas, instrumentos cujo suporte original foi modificado por lascamento, e ferramentas que tiveram somente o seu gume retocado. Foram produzidos a partir do quartzito, possivelmente explorado nos afloramentos locais. Foi obtida uma datação absoluta de 8414-80303 Antes do Presente. Localizado na RA Paranoá. Registrado por Edilson Teixeira de Souza, em 2016.

27) São Bartolomeu (DF-SB-01): – sítio lítico a céu aberto, inserido em área de cobertura detrito laterítico, vinculado a grupos de caçadores-coletores. Localizado a 50 m do Rio São Bartolomeu. Localizado no âmbito do Programa de Prospecção Arqueológica Complementar dos trechos Variantes da LT 500 kV – SE Luziânia – SE Brasília Leste / C1 e C2. Registrado por Marina Neiva de Oliveira, em 2017.

28) Jardim Botânico – sítio lítico a céu aberto, "com material impactado por ações de extração". Localizado no Jardim Botânico IV, RA Jardim Botânico. Registrado por Hugo Emanuel, em 2018.

29) Canela-de-Ema – sítio arqueológico pré-cerâmico (lítico lascado), com "indícios de exploração rochosos em quartzito". Localizado na RA do Lago Norte. Registrado por Edilson



Artefato coletado no sítio arqueológico Cachoeirinha. Acervo Iphan-DF.

Teixeira em 2018.

Sítio arqueológico – com Pinturas

30) Mumunhas – abrigo com pinturas rupestres, relacionado à Tradição Geométrica. Localizado na APA do Cafuringa, RA de Brazlândia. A arte rupestre encontra-se bastante danificada pelo vandalismo e pelo turismo predatório de banhistas. No abrigo, foram deixadas pinturas rupestres que informam sobre vários aspectos da vida dos seus produtores, cuja técnica pode corresponder à pintura a dedo e/ou ao pincelado. O pigmento usado em monocromia é o vermelho e o negro e os motivos são predominantemente geométricos, com linhas, pontos e círculos. Semelhante as sinalizações pintadas no Complexo Lapa da Pedra, no município goiano de Formosa. Infelizmente, o único sítio com pinturas rupestres localizado no Distrito Federal, até o momento, foi intensamente danificado com pichações sobrepostas as pinturas geométricas. Para recuperar o patrimônio cultural, deverá ser contratado uma arqueóloga com especialização em conservação e grafismos para realizar a limpeza dos paredões sem danificar as pinturas milenares. Registrado por Luiz Coimbra Nunes, em 2016.

Vista geral do Afloramento rochoso do Sítio Mumunhas. Foto: Margareth Souza/Acervo Iphan-DF.



Sítios-habitação – com vestígios cerâmicos e líticos

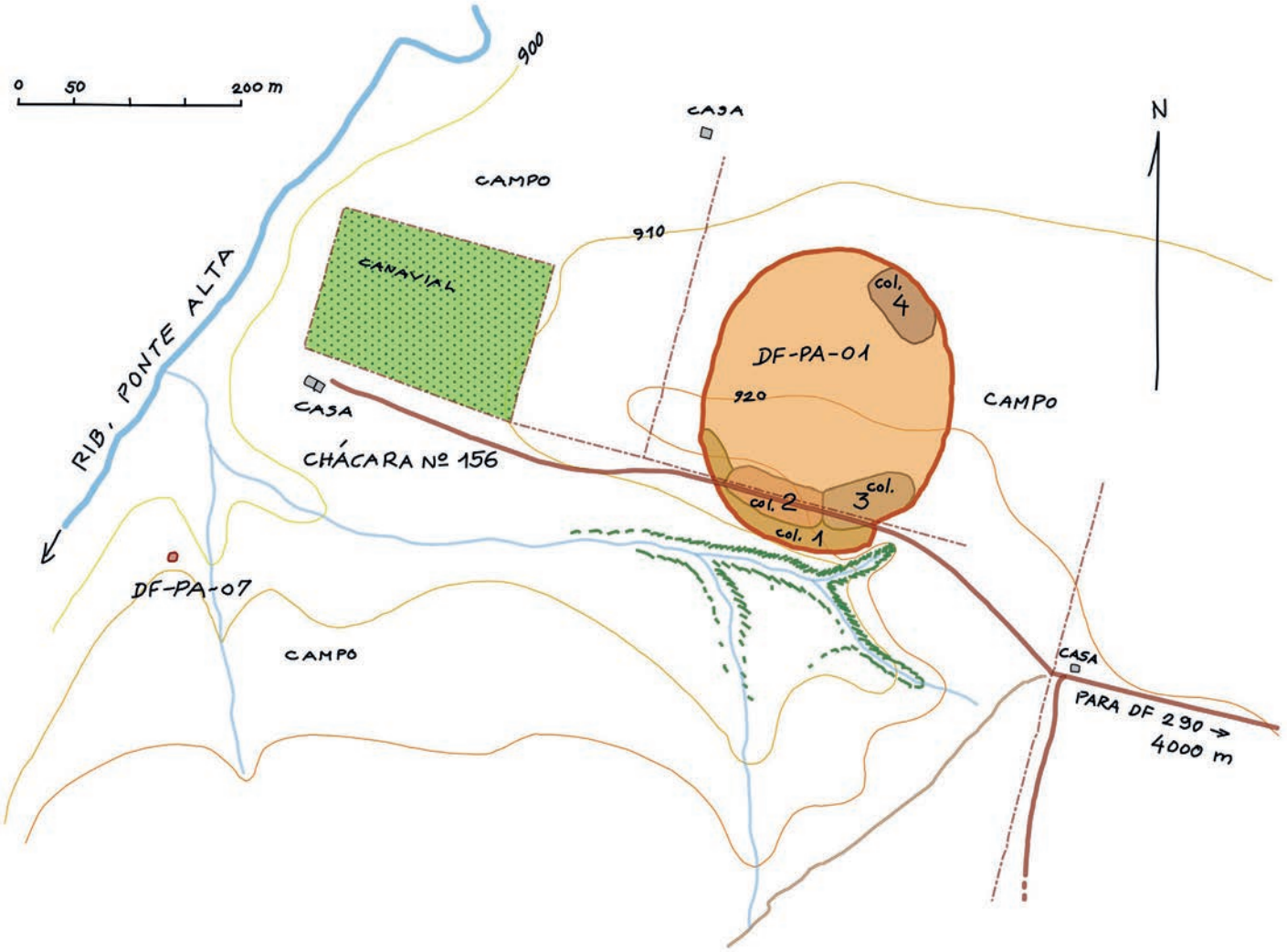
1) Zico 2 (DF-PA-01)* – multicomponencial (lítico e cerâmico) – sítio arqueológico composto por um acampamento indígena pré-ceramista (lítico lascado), a céu aberto, reocupado por um assentamento de sítio-habitação cerâmico pré-colonial, com forma subcircular (280 x 210m). Situa-se nas chácaras nº 155 e nº 156, de propriedade de Moacir de Castro Amorim ("Zico") e Márcio de Castro Amorim, respectivamente. Localizado próximo ao Ribeirão Ponte Alta com Córrego Lambedor (montante), RA Gama. Foram coletados 364 fragmentos cerâmicos e 10 peças líticas (lascas e percutores). Registrado em 1991 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

O sítio multicomponencial é apresentado sob a denominação de Zico 1, relacionado ao acampamento de caçadores-coletores (lítico), e Zico 2 refere-se a uma aldeia vinculada a grupos de agricultores ceramistas. Segue descrição realizada por Miller (1991, p. 255-256).

O Sítio Cerâmico Zico 2 situa-se sobre o Sítio Zico 1, consistindo, na reocupação, por um grupo horticultor ceramista, do mesmo local anteriormente ocupado por um grupo de caçadores-coletores. Segue descrição de Miller (1991, p. 255-256).

O sítio, provavelmente uma antiga aldeia indígena, possui uma área de aproximadamente 52.500 m² (250 m x 210 m) e apresenta uma morfologia subcircular, encontrando-se a 200 m da margem esquerda do Ribeirão Ponte Alta e a 250 m a jusante do Córrego Lambedor. A distribuição superficial dos fragmentos cerâmicos demonstra que a cerâmica se concentra na periferia do sítio, sendo extremamente rara em sua porção central, o que sugere uma distribuição espacial característica de grupos indígenas do tronco linguístico Jê, cujas habitações distribuíam-se circular ou semicircularmente, em torno de uma praça central. O solo argiloarenoso amarelo-alaranjado é idêntico em toda a área do sítio. Pouco abundante, a cerâmica encontra-se extremamente fragmentada, danificada e perturbada pelo intemperismo, pelos trabalhos agrícolas e pelo pisoteio do gado bovino e equino.

A análise tecnológica indicou que a técnica de confecção dos vasilhames cerâmicos foi o acordelamento. O antiplástico é constituído de 95% de cariapé e 5% de areia grossa, o que revela sua influência amazônica. A queima identificada é incompleta, com núcleo escuro da pasta e a coloração amarelada das fases. Morfologicamente, as vasilhas apresentam em sua maioria contorno simples (tigelas rasas e vasos subglobulares, com bordas introvertidas, diretas e extrovertidas) e às vezes contorno infletido, criado pela presença de um pescoço levemente constrito. Há ocorrência tanto de bases convexas quanto planas. As dimensões das vasilhas são variadas (o que reforça a hipótese de tratar-se de uma aldeia) e a espessura

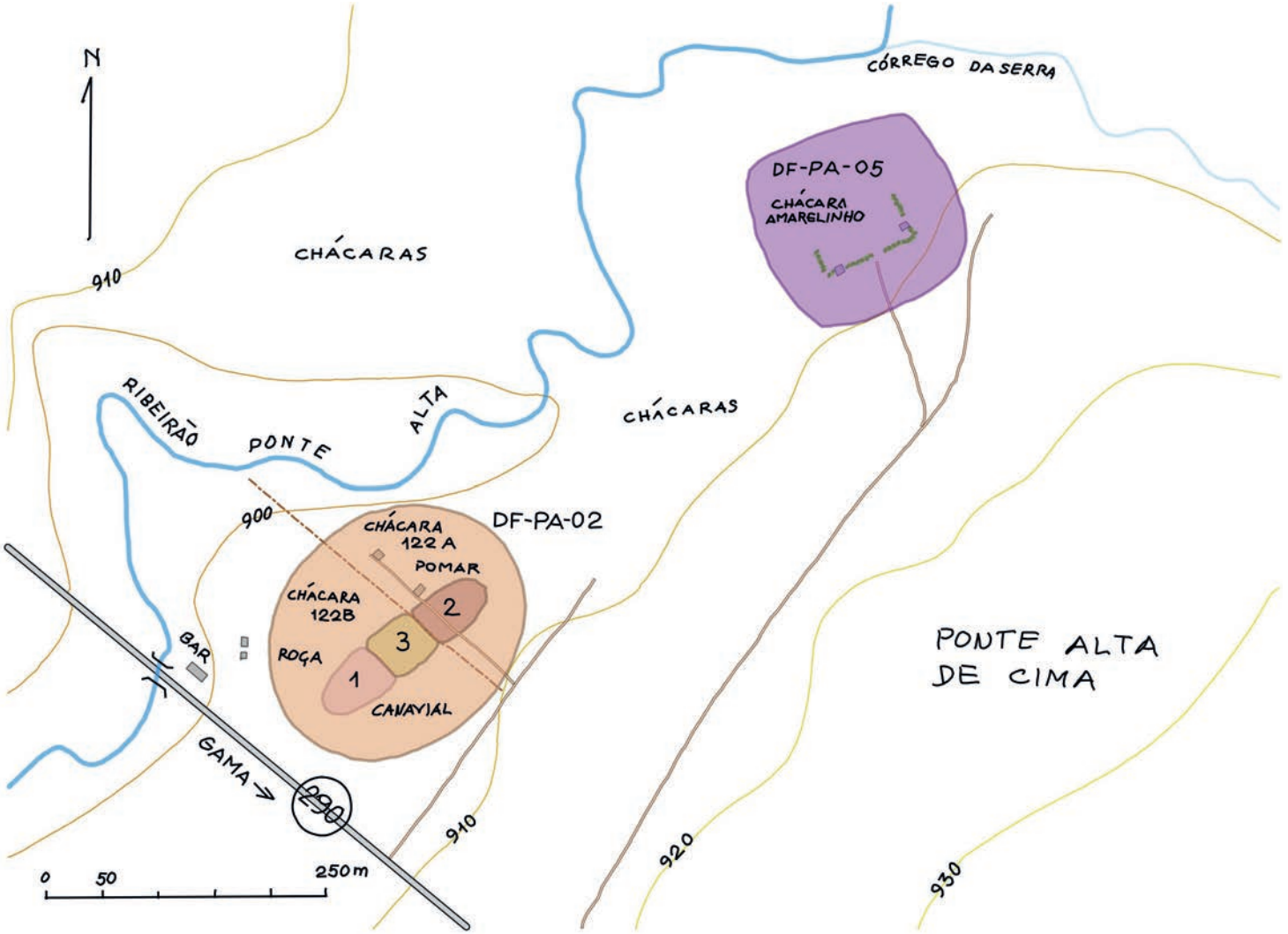


Planta digitalizada e adaptada de Eurico Miller (1991). Sítio Zico 1 e 2 (DF-PA-01).

das paredes varia de 0,5 mm a 17 mm (MILLER, 1991).

2) Recanto (DF-PA-02) – sítio-habitação cerâmico indígena, a céu aberto, junto da margem esquerda do Ribeirão Ponte Alta pelo Norte; dista 40 m da rodovia DF-20 (290) a sudoeste, sobre as chácaras 122 A e B. Solo antropogênico pouco perceptível em solo silto/argilo/arenoso de cor palha-alaranjado como o solo dos arredores, ao contrário do DF-PA-01: Zico. Proprietário Renato Rodrigues e Maria Antônia da Silva. A cerâmica e mais densa pela área central, num espaço de 160x25m de leste para oeste. Único sítio-habitação cerâmico indígena com padrão de assentamento linear central leste-oeste, com ocorrência provável de três casas em linha Leste-Oeste pelo centro do sítio. Coleta de cerâmica (652 fragmentos) e lítico (7). Na análise da Cerâmica, constatou se tratar de cerâmica simples, formas simples, tempero cariapé (94%), areia (6%)e oxidação incompleta. Localizado na Chácara 122 A (2) e Chácara 122 B (1), Ribeirão Ponte Alta de Cima, RA Gama. Registrado em 1991 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello. Segue a descrição de Miller (1991, p. 256-257):

> Pela distribuição espacial dos vestígios cerâmicos em superfície, calcula-se que o sítio possua uma área aproximada de 50.000 m² (250 por 200 m) apresentando uma morfologia subcircular. A cerâmica aflorada na superfície apresenta-se esparsa e pouco abundante, com sinais de perturbação pelo intemperismo e por trabalhos agrícolas. O solo, de coloração amarelo – palha, não se distingue do solo circundante. Num local onde a coloração do solo muda para amarelo-ocre, com área aproximada de 4.000 m² (160 x 25 m²), em sentido Leste-Oeste, centrado sobre o eixo mais longo do sítio, observa-se um adensamento dos vestígios cerâmicos, que se se apresentam menos fragmentados que no sítio Zico 2.Um exame no perfil em valas que cortam o sítio revelou que o depósito arqueológico não ultrapassa 20 cm de profundidade, enquanto um exame no perfil do barranco do rio revelou a ocorrência de carvão entre 20 e 30 cm de profundidade. Além da cerâmica, encontrou-se no sítio algumas lascas e núcleos de quartzito, demonstrativas de atividades de confecção de artefatos líticos pela técnica do lascamento e uns poucos instrumentos líticos.
>
> Analisada em laboratório, a cerâmica revelou-se simples em sua grande maioria (99% dos cacos), ocorrendo, raramente, alguns fragmentos decorados com uma linha incisa horizontal, sobre a borda da vasilha. A técnica de manufatura foi o acordelamento e o antiplástico e constituído principalmente de cariapé (94%), com apenas 6% de areia fina, similarmente ao que se observou no Sítio Zico 2. Também aqui, a pasta revela oxidação incompleta, com o núcleo escuro e as margens apresentando uma coloração entre creme e alaranjada. A espessura das paredes varia 0,5 e 20 mm. A superfície dos cacos possui uma coloração esbranquiçada e parece ter sido bem alisada, observação esta dificultada pelo alto grau de intemperização apresentado pelo material. Morfologicamente, registrou-se a presença de bases arredondadas e planas e de bordas variando de diretas e extrovertidas, revelando a produção de vasilhas de contorno simples, indo desde tigelas e meia-calota até vasos globulares, com boca levemente constrita, e diâmetro variando aproximadamente de 15 a 60 cm. Alguns poucos vasos apresentam contorno infletido, devido a presença de pescoços levemente constritos, exatamente como no Sítio Zico 2.



Planta digitalizada e adaptada de Eurico Miller (1991) – Sítio-Habitação Cerâmico Recanto (DF-PA-02) e Sítio Histórico Amarelinho (DF-PA-05).

3) Retiro (DF-PA-03) – sítio-acampamento cerâmico a céu aberto, entre o Córrego Retiro (margem direita) e o Ribeirão Ponte Alta, destruído e soterrado pelas obras da DF 180, área primitiva com mata de galeria. Coleta de dois (2) fragmentos cerâmicos. Localizado em Ponte Alta de Cima, RA Gama. Registrado em 1992 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

Segue a descrição de Miller (1991, p. 257):

> Situa-se a aproximadamente 150 m da margem direita do Ribeirão da Ponte Alta e a 200 m da margem direita do Córrego Retiro e a 2100 m do entroncamento entre as rodovias DF-20 (290) e DF3 (180), tendo sido quase que totalmente destruído pela construção desta última. No interior da área do Gama, os vestígios cerâmicos são raríssimos (coletou-se apenas dois cacos), encontrando-se pouquíssimo material restante fora de seus limites, na área de influência do empreendimento[11].

Analisados em laboratório, os fragmentos cerâmicos coletados mostraram-se simples, tendo sido manufaturados pela técnica do acordelamento. O antiplástico é constituído de areia fina e a pasta apresenta-se incompletamente oxidada, com núcleo de cor sépia a sépia – escuro e margens finas sépia-claro. A textura é compacta, algo friável. A superfície dos cacos encontra-se mediamente alisada, um pouco intemperizada e apresenta cor sépia à sépia claro. Um dos cacos possui 6 mm e o outro 10 mm de espessura, nenhum deles fornecendo elementos que permitissem esclarecer a morfologia das vasilhas.



Sítio Retiro destruído pela construção da Rodovia DF-020. Foto: Eurico Miller/Acervo Iphan.

11. Área de expansão do Gama.

4) Marica (DF-PA-04)* – sítio multicomponencial – ocupação ceramista e histórico/fazenda – apresenta dois componentes de ocupação no registro arqueológico. Além da ocupação atual, apresenta a primeira ocupação na pré-história e uma segunda ocupação no período histórico. A primeira ocupação apresenta cerâmica decorada, possui características vinculada a grupos da Amazônia e o segundo componente e relacionado à ocupação colonial. Foram coletados 593 fragmentos cerâmicos. Situa-se em propriedades do Sr. Moacir Castro Amorim (Chácaras 152 a 154), a cerca de 400 m da margem esquerda do Ribeirão Ponte Alta e a 200 m do limite sul-sudoeste da área rural do Gama. Localizado na RA do Gama. Registrado por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello em 1992.

A ocupação do período colonial ou histórico apresenta vestígios de valas ou valos, muros, cercas formadas com piteiras, alicerces delimitando as moradias. Inúmeras peças de moendas de pedra para moer grãos, peças de uso pessoal (cachimbos), peças de uso doméstico (panelas de cerâmica), peça de indumentária (fivela de metal), materiais construtivos dos séculos XVIII e XIX (telhas, tijolos, cravos, dobradiças, mourões de aroeira). A análise do material cerâmico realizada indicou



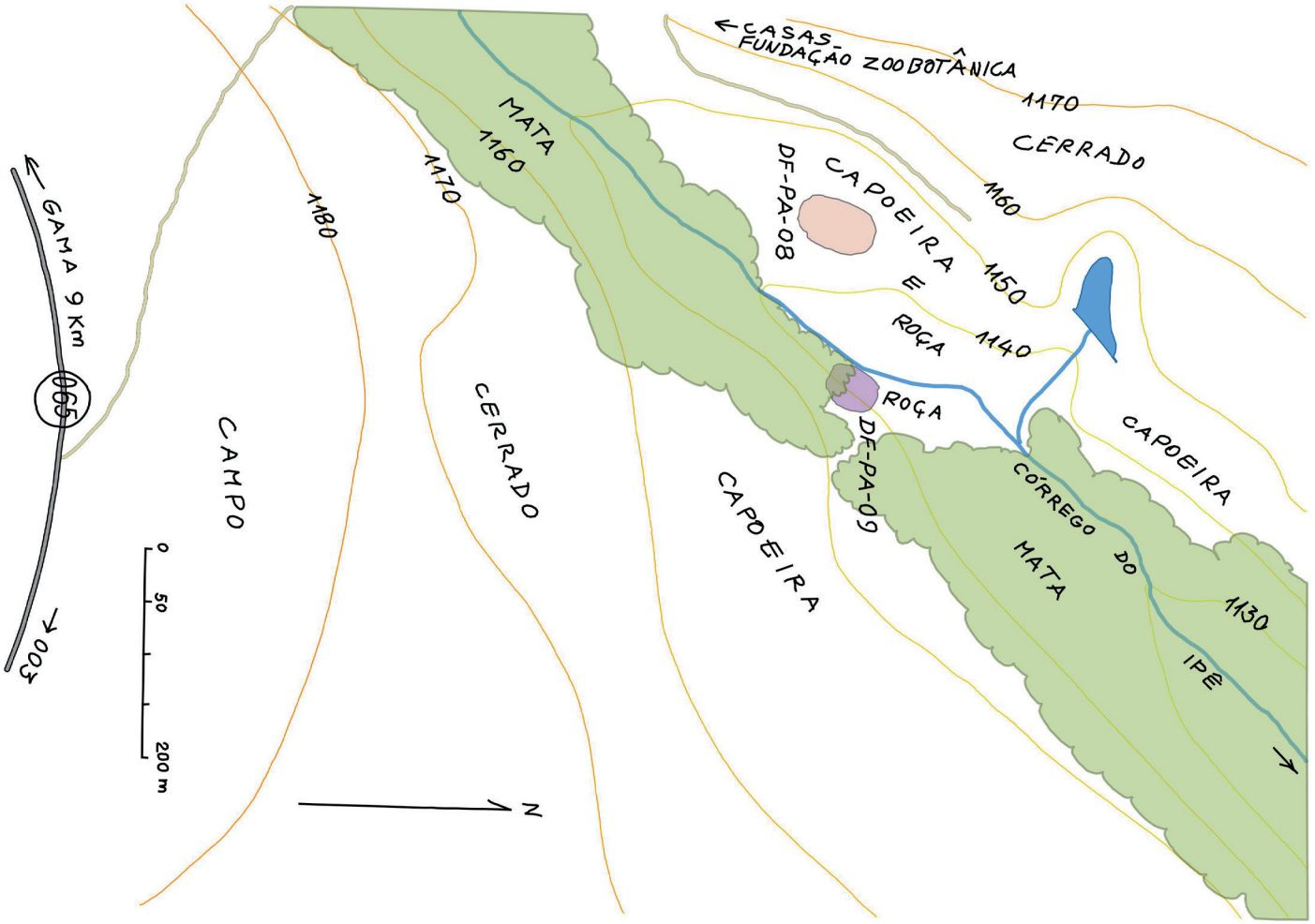
Planta digitalizada e adaptada de Eurico Miller (1991) – Marica (DF-PA-04): Sítio multicomponencial – ocupação ceramista e histórico/fazenda.

que “alguns dos fragmentos cerâmicos são certamente de origem indígena (os temperados com cariapé, por exemplo, influenciados por tradições amazônicas”, o que corrobora a expansão da tradição Uru até o Distrito Federal (MILLER, 1991, p. 251-252).

Segue a descrição de Miller (1991, p. 251-252) sobre o Sítio Marica:

> O sítio arqueológico corresponde aos restos de uma antiga fazenda, onde se registrou a presença de estruturas de alicerces de muros de pedra; estruturas de alicerces de antigas casas de adobe; restos de estruturas de madeira “aroeira” reaproveitadas e modificadas; telhas artesanais de barro; restos de um antigo moinho de pedra (macho e fêmea) e fragmentos abundantes e extremamente variados de cerâmica neobrasileira. A análise da cerâmica demonstrou a predominância, na cerâmica decorada, da decoração plástica (corrugada, incisa sobre rolete, digitada, ungulada arrastada, pinçada, serrungulada, escovada, e outros tipos menos significativos) sobre a pintada (pintura branca sobre o fundo preto). Foram comuns apêndices como asas e alças. A pasta apresentou antiplástico composto de areia fina, areia grossa, areia com mica e cariapé (+/-4%). A queima variou de incompleta à completa, havendo fragmentos cerâmicos com o interior escuro, mal oxidado, até fragmentos completamente oxidados, com o interior bem claro. Morfologicamente, as vasilhas apresentam-se esféricas e semiesféricas, com bordas introvertidas, extrovertidas e diretas e bases planas e convexas. Em alguns casos, registrou-se a ocorrência de pescoços constritos, formando jarras. Alguns dos fragmentos cerâmicos são certamente de origem indígena (os temperados com cariapé, por exemplo, influenciados por tradições amazônicas). Se houve contemporaneidade entre populações indígenas e brancas no local, ou se a ocupação branca se deu sobre um antigo assentamento indígena, no entanto, é um problema que apenas pesquisas mais aprofundadas poderão resolver.

5) Ipê (DF-PA-08)* – multicomponencial lítico e cerâmico – sítio-acampamento cerâmico sobreposto a sítio-acampamento pré-cerâmico a céu aberto, cerca de 70 m da margem esquerda do Córrego Ipê; dista cerca de 100m a oeste do DF-PA-09 (Mineiro). A ocupação ceramista possui a forma subcircular ou elíptica alongada medindo 70x40m, provavelmente duas casas. Os quatro cacos de cerâmica (possuem forma simples, cariapé (75%) e areia (25%), acordelado, oxidação incompleta; material lítico 12 lascas, núcleos e raspador. Localizado Ponte Alta de Cima, RA Gama (atualmente RA Riacho Fundo, na ARIE Granja do Ipê). Registrado em 1991 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello. (Fundação Zoobotânica do DF – Granja do Ipê, Núcleo do Ipê Bandeirante, DF).



Planta digitalizada e adaptada de Eurico Miller (1991) – Sítio-Habitação Cerâmicos–Ipê (DF-PA-08) e Sítio Mineiro (DF-PA-09).

6) Mineiro (DF-PA-09) * – multicomponencial lítico e cerâmico – sítio-habitação sobre provável sítio-acampamento cerâmico, a céu aberto. Está situado à margem do Córrego Ipê pela direita, em suave ladeira, em área desmatada e cultivada. Localizado na ARIE Granja do Ipê. Possui forma subcircular, medindo 30x25m. Material arqueológico coletado: fragmentos de cerâmica (25) simples, cariapé (96,9%) e areia (0,4%); oxidação incompleta, acordelada e formas simples. Material lítico coletado: raspador, lascas e seixo. Registrado em 1992 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.



Vista geral da área do Sítio Mineiro (DF-P A-09). Foto: Eurico Miller/Acervo Iphan-DF.

7) Fumabé (DF-CA-17) – sítio-acampamento indígena ceramista, com raros cacos de cerâmica, junto ao Ribeirão Rodeador; o sítio está em franco processo de destruição pela erosão fluvial de curso meândrico. Proprietário Itakimi – Incra 8, RA Brazlândia, DF. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

8) São Sebastião – sítio pré-histórico cerâmico a céu aberto, considerado de média relevância. Localizado próximo ao Rio Corumbá e o Córrego São Sebastião, foram realizadas coleta de material em superfície e ações interventivas em subsuperfície numa área extensa. Localização imprecisa. RA Gama ou RA São Sebastião. Registrado por Rosicler Theodoro da Silva em 2004.

Vista geral da área dos sítios Fumabé, Rodeador e Jatobá, ao fundo: mata de galeria do Córrego Fumabé e do Ribeirão Rodeador e Represa do Descoberto. RA Brazlândia, DF. Foto: Élber Rocha/Acervo Iphan-DF.



Sítios históricos

1) Marica (DF-PA-04) – sítio multicomponencial – ocupação ceramista e histórico/fazenda – apresenta dois componentes de ocupação no registro arqueológico. Além da ocupação atual, apresenta a primeira ocupação na pré-história e uma segunda ocupação no período histórico. A primeira ocupação apresenta cerâmica decorada, possui características vinculada a grupos da Amazônia, e o segundo componente é relacionado à ocupação colonial. Foram coletados 593 fragmentos cerâmicos. Situa-se em propriedades do Sr. Moacir Castro Amorim (Chácaras 152 a 154), a cerca de 400 m da margem esquerda do Ribeirão Ponte Alta e a 200 m do limite sul-sudoeste da área rural do Gama. Localizado na RA do Gama. Registrado por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello em 1992.

A ocupação do período colonial ou histórico apresenta vestígios de valas ou valos, muros, cercas formadas com piteiras, alicerces delimitando as moradias. Inúmeras peças de moendas de pedra para moer grãos, peças de uso pessoal (cachimbos), peças de uso doméstico (panelas de cerâmica), peça de indumentária (fivela de metal) e materiais construtivos dos séculos XVIII e XIX (telhas, tijolos, cravos, dobradiças, mourões de aroeira).

A análise do material cerâmico realizada indicou que "alguns dos fragmentos cerâmicos são certamente de origem indígena (os temperados com cariapé, por exemplo, influenciados por tradições amazônicas", o que corrobora a expansão da tradição Uru até o Distrito Federal.

Miller (1991) descreve o sítio multicomponencial, a saber: o sítio arqueológico corresponde aos restos de uma antiga fazenda, onde se registrou a presença de estruturas de alicerces de muros de pedra; estruturas de alicerces de antigas casas de adobe; restos de estruturas de madeira "aroeira" reaproveitadas e modificadas; telhas artesanais de barro; restos de um antigo moinho de pedra (macho e fêmea) e fragmentos abundantes e extremamente variados de cerâmica neobrasileira. A análise da cerâmica demonstrou a predominância, na cerâmica decorada, da decoração plástica (corrugada, incisa sobre rolete, digitada, ungulada arrastada, pinçada, serrungulada, escovada, e outros tipos menos significativos) sobre a pintada (pintura branca sobre o fundo preto). Foram comuns apêndices como asas e alças. A pasta apresentou antiplástico composto de areia fina, areia grossa, areia com mica e cariapé (+/-4%). A queima variou de incompleta a completa, havendo fragmentos cerâmicos com o interior escuro, mal oxidado, até fragmentos completamente oxidados, com o interior bem claro. Morfologicamente, as vasilhas apresentam-se esféricas e semiesféricas, com bordas introvertidas, extrovertidas e diretas e bases planas e convexas. Em alguns casos, registrou-se a ocorrência de pescoços constritos, formando jarras. Alguns dos fragmentos cerâmicos são certamente de origem indígena (os temperados com cariapé, por exemplo, influenciados por tradições amazônicas). Se houve contemporaneidade entre populações indígenas e brancas no local, ou se a ocupação branca se deu sobre um antigo assentamento indígenas, no entanto, é um problema que apenas pesquisas mais aprofundadas poderão resolver.

2) Amarelinho (DF-PA-05) – sede de fazenda, com funções mistas de fazenda (gado, agricultura, artesanato utilitário para consumo familiar). Ocorrem antigos muros de adobe e pedra e restos de antigas edificações malconservadas e em demolição. Proprietário Ladislau Basílio da Silva. Localizado próximo ao Ribeirão Ponte Alta com o Córrego da Mina (montante), RA Gama. Registrado por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello em 1992.

Segundo Miller (1991, p. 252-253):

> Situa-se no interior da área rural do Gama, a cerca de 1.200 m a sudoeste do Sítio Marica, na Chácara

Amarelinho, de propriedade do Sr. Ladislau da Silva, que não permitiu uma pesquisa mais aprofundada no local, alegando que os pesquisadores não possuíam nenhum documento que comprovasse estarem autorizados a realizarem estudos na região. Este fato prejudicou sensivelmente a pesquisa. Foi possível, apenas, constatar a existência, no local, dos restos de um antigo muro de adobe, que deveria cercar a sede de fazenda, o qual constitui, ao que tudo indica, o único exemplar deste tipo de estrutura na região. Os tijolos de adobe apresentam dimensões de 45 x 20 x 25 cm e são rejuntados com argila e lascas de pedra extraídas de rochas locais. Os alicerces do muro, feitos de pedra, atingem aproximadamente 1,50 m de altura. Os poucos fragmentos cerâmicos que puderam ser rapidamente observados pertencem à Tradição Neobrasileira e apresentam dois tipos, a saber:

1) Simples: (não decorado); antiplástico composto por areia fina e grãos arredondados de hematita (os quais atingem até 2 mm de diâmetro) e pasta incompletamente oxidada, apresentando um núcleo de cor sépia. A espessura dos cacos varia entre 6 e 12 mm.

2) Escovado (face recoberta por estrias feitas com objeto de pontas múltiplas sobre a superfície ainda úmida da cerâmica); com antiplástico composto por grãos de areia quartzosa, de até 1 mm de diâmetro e fragmentos de carvão vegetal. A pasta apresenta oxidação incompleta e sua coloração varia de cinza a creme.



Arqueólogo Paulo Jobim de Melo examina os remanescentes do muro de adobe que cerca a sede da fazenda. Foto Eurico Miller/Acervo Iphan-DF.

3) Cantinho (DF-PA-06) – fazenda colonial, de função doméstica-produtiva. Situado em declive suave, esse sítio é complexidade possuindo menos de 25% de sua integridade conservada. Foi realizada coleta de superfície do material que indica a ocupação de uma possível habitação, conjecturada como um rancho. Coleta de dois (2) fragmentos de cerâmica neobrasileira. Proprietário Orlando Francisco da Silva. Localizado Chácara nº 5 "Cantinho de Cima", RA Gama. Registrado por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello em 1992.

4) Caboclo (DF-PA-07) – sítio histórico neobrasileiro a céu aberto de função doméstica-produtiva de fazenda colonial. Implantado em declive suave de fundo de um vale. Foram realizadas coletas de superfícies de três (3) fragmentos cerâmicos nos remanescentes de uma habitação. Localizado Chácara nº 156, 150 m do ribeirão Ponte Alta (margem esquerda), proprietário Márcio de Castro Amorim. RA Gama. Registrado por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello em 1992.

5) Perdizes (DF-PA-20) – sítio-habitação neobrasileiro, a céu aberto, no alto curso do Rio Descoberto, localizado na RA de Brazlândia. Proprietário Kimura e Adeil Guimaraes Lopes. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

6) Pires (DF-PA-22) – sítio-acampamento neobrasileiro, demarcado por algumas palmeiras Babaçu, com raros fragmentos de cerâmica neobrasileira. A área está muito perturbada por restos de telhas e tijolos recentes do loteamento Planalto das Perdizes. Localizado, RA Brazlândia, DF. Proprietário desconhecido. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

7) Descoberto (DF-PA-23) – sítio arqueológico histórico, composto por sítio-habitação neobrasileiro, a céu aberto, encoberto parcialmente pela Represa do Descoberto, na Bacia do Descoberto, RA de Brazlândia. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

8) Helena (DF-PA-30) – sítio arqueológico histórico, composto por sítio-habitação neobrasileiro, a céu aberto. Incra 8, RA Ceilândia, DF. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

9) Incra 8-1 e 2 (DF-PA-31 – AB) – multicomponencial – Apresenta restos de duas ocupações: a mais recente representada por uma fazenda neobrasileira colonial (Sítio 31 A); a outra ocupação é um sítio-acampamento indígena pré-ceramista sobre o qual se assenta o Sítio 31 A. Localizado no Incra 8, RA Ceilândia, DF. Registrado em 1994 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.

10) São Francisco (DF-PA-16) – sede de fazenda do final do século XVlll ou início do século XX, com presença de muros de adobe, olaria e valas. Está localizado a margem esquerda do Córrego Melchior e à direita do Córrego Toca do Lobo. Com sede bem preservada, muros de adobe complementados com valões, ruínas de monjolo, olaria, alambique, pomar, rodas de carroça, capela e cruz de madeira de lei. Ocupado pela família de Manoel Scartezini. Localizado na RA Samambaia. Registrado em 1993 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello.



Fazenda Guariroba ou Sítio histórico São Francisco. R.A de Samambaia. Foto: Ádon Bicalho/ Acervo Iphan-DF.

11) Pedra Velha: sítio arqueológico a céu-aberto, ocupando uma área de aproximadamente 24.636 m², localizado na margem direita do Córrego Taguatinga em uma encosta com declividade suave. O sítio foi identificado devido a uma ocorrência de material arqueológico histórico em superfície, pertencente ao final do século XIX e início do século XX (BARBOSA; COSTA, 2005, p. 94-122).

12) Unidade Habitacional – sítio a céu aberto com presença de vestígios de edificação, próximo ao Córrego São Sebas-

tião e ao Rio Corumbá. Localização imprecisa. Registrado por Rosicler Theodoro da Silva em 2004.

13) Antiga Estrada Real – segmento da Estrada Real do período colonial, século XVIII. Localizado na RA Gama. Registrado por Rosicler Theodoro da Silva em 2004.

14) Estrada Real da Bahia – aberta em 1736, a Coroa portuguesa autorizou caminho para servir ao trânsito de pessoas, mercadorias e ouro que eram transportados pela porção ao norte do atual Distrito Federal. Este trajeto ficou conhecido pelo nome de Estrada Real da Bahia ou dos Currais. Seu curso seguia da Bahia e das fazendas de gado do Rio Urucuia, em Minas Gerais, percorria no Distrito Federal a região de Planaltina em torno da lagoa Mestre d' Armas, seguia para Sobradinho em seguida alcançava as altitudes do Lago Oeste, chegando à serra da Contagem de São João das Três Barras pelo platô que ali se abre, encontrava a cabeceira do Córrego Gil e entrava então no atual Parque Nacional de Brasília, contornando os córregos Tortinho e Três Barras em direção ao Rodeador (Chapada Imperial) e à Vendinha (Brazlândia). A estrada conectava importantes povoados auríferos do Goiás como Corumbá, Meya Ponte (Pirenópolis) e Sant`Anna (Cidade de Goiás), com Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso. A cartografia regional das primeiras décadas do século XX representa a estrada como trafegável, informando os destinos que seu curso encaminhava aos que dela se utilizavam. Localizado na Rebio Contagem, RA Sobradinho. Registrado por Margareth de Lourdes Souza e Wilson Vieira, em 2018.



Segmento da Estrada Real da Bahia. Foto: Gabriela Santana do Vale/Acervo Iphan-DF.

15) Estrada Real Santa Luzia – Contagem – dois trechos remanescente da antiga Estrada Real que ligava Santa Luiza (Luziânia) a Contagem de São João. Localizado no Parque Nacional de Brasília, RA Plano Piloto. Registrado por Edilson Teixeira de Souza, em 2013.

Segmento da Estrada Real Santa Luzia a Contagem (PARNA). Foto: Margareth Souza.



16) Estrada Real - segmento Lagoinha – segmento da antiga Estrada Real que ligava Santa Luiza (Luziânia) a Contagem de São João. Localizado na RA Sobradinho II. Registrado por Margareth de Lourdes Souza, em 2018.

17) Fazenda Torto – ruínas da sede de fazenda. Remanescentes de uma antiga ocupação localizada às margens de um pequeno afluente da margem direita do Ribeirão do Torto, próximo à DF 003/BR 020. Nesse sítio foi identificada uma estrutura de fundação de uma moradia. Registrado por Edilson Teixeira de Souza, em 2013.

18) Fazenda Bananal – ruínas da sede de fazenda. A fazenda surgiu do desmembramento da extensa Fazenda Brejo ou Torto de propriedade de Pedro José de Alcântara que a registrou no ano de 1858, e em 1891 e 1896 vendeu suas terras para a firma Lobo & Irmão. Foi o local escolhido para a construção de Brasília. Entre o final do século XIX e início do século XX, a enorme área da fazenda englobava a metade Sul do Parque Nacional de Brasília (PNB) e todo o Plano Piloto. Localizado no Parque Nacional de Brasília, RA Plano Piloto. Registrado por Edilson Teixeira de Souza, em 2013.

19) Santa Maria do Torto – ruínas da sede de fazenda, apresenta vestígios de várias edificações (alicerces de pedra, telhas, esteios e baldrames), pomar e utensílios domésticos em superfície e subsuperfície, um extenso rego de água e ainda um cemitério. São registros dos períodos de ocupação no século XIX, com a implantação da Fazenda Santa Maria do Torto, com atividades agropastoris, e no século XX, como ponto de apoio durante a construção de Brasília. A casa foi bastante visitada, devido ao trânsito de pessoas e ao transporte de material vindo da estação ferroviária de Anápolis pela estrada Corumbá-Planaltina, que atravessava a fazenda com destino ao Plano Piloto. Localizado no Parque Nacional de Brasília. Re-





Vestígios de moradias da Fazenda Santa Maria parcialmente submersos pela represa Santa Maria. Foto: Margareth Souza/Acervo Iphan-DF.

gistrado por Edilson Teixeira de Souza, em 2013.

20) Fazenda Pai Velho – ruínas da sede de fazenda que se vincula ao Engenho da Serra, conforme cartografia histórica. Localizada próximo ao Córrego Barriguda e ao Ribeirão Tortinho. Apresenta alinhamento de alicerces em quartzito, chão batido e parede de adobe de uma moradia, quintal com árvores frutíferas (mangueiras e macaúba), rego de água, local de roda de engenho (moendas são movimentadas por roda d'água, que tanto servem para moer cana de açúcar quanto para moer milho), duas fornalhas, e delimitando as estruturas da sede da fazenda um extenso Valo e segmento de muro de tijolos de adobe, com extensão de 40 m. Há outras evidências de estruturas lineares vistas por imagens aéreas no terreno. Localizado no Parque Nacional de Brasília. Registrado por Edilson Teixeira de Souza, em 2013.

Sítio histórico Pai Velho – detalhe de muro de adobe de 60 metros de comprimento. Foto: Margareth Souza/Acervo Iphan-DF.

21) Olaria da Candangolândia – olaria construída em 1958, teve importante papel na construção da nova capital, onde foram produzidos tijolos para a construção de edificações em alvenaria nesse período. RA Candangolândia. Registrado por Edilson Teixeira de Souza, em 2014.

22) Fazenda Sobradinho II – sede de Fazenda Colonial, construída em 1886, com tijolo de adobe e telha capa e canal. Planta quadrada com acréscimo, original com 8,10 x 8,50m (68,85 m²). Localizado na RA Sobradinho Registrado por Margareth de Lourdes Souza em 2017.

23) Contagem de São João das Três Barras – Ruínas com vestígios de edificação principal, curral e valos. Fundada no ano de 1736, em local estratégico à margem da Estrada Real da Bahia, tinha por atribuição tributar e fiscalizar o comércio de mercadorias que vinham da Bahia e de fazendas de gado,



como as localizadas na região do Rio Urucuia em Minas Gerais, destinadas ao abastecimento dos arraiais auríferos da capitania de Goyaz (Goiás). Pela Contagem, passaram escravos, gados, cavalgaduras, carne seca, couro, peixe, entre outras mercadorias. Governadores portugueses destinados ao governo da capitania de Goyaz, militares, tropeiros, mineradores entre tantos outros que viveram os tempos do ouro pousaram ou transitaram pela Contagem. Localizado na Rebio Contagem. RA Sobradinho. Registrado por Margareth de Lourdes Souza em 2018.

24) Catetinho – esse sítio arqueológico foi a primeira Residência Oficial do Presidente da República. Localizado SMPW Km 0 – Trevo do Gama, Brasília-DF[12].

25) Mesa de JK – mesa de Juscelino Kubitschek medindo 9,33 m de comprimento e 4,02 m de largura. Localizada em meio à mata ciliar, foi assentada uma plataforma retangular e construída uma mesa de concreto junto à nascente do Córrego Capão Preto, com barragens naturais/artificiais e cujo acesso se dá por escadas de pequenos degraus. Localizado na RA Riacho Fundo. Registrado por Margareth de Lourdes Souza em 2016.

26) Acampamento Comissão Cruls – local onde a segunda Comissão de Estudos da Nova Capital da União instalou um acampamento, entre 1894 a 1895, posicionado nas proximidades da Estrada Sta. Luzia - Mestre d' Armas (antiga Estrada Real St. Luzia Contagem), dentro da fazenda Bananal. Localizado na RA Plano Piloto. Registrado por Margareth de Lourdes Souza em 2019.

12. GONÇALVES, J. T. (org.). Bens tombados na Região Centro-Oeste. Boletim Informativo Bimestral, Brasília, v. 1, n. 1, p. 3, 1991 (Setor de Promoção da 14ª Coordenação Regional/IBPC/SEC/PR).

Ocorrência arqueológica

Ocorrência Arqueológica Gama 1 – trata-se de uma ocorrência, e não de um sítio arqueológico. Foi encontrado um artefato lítico lascado, isolado, em superfície, em área de cerrado. Localização imprecisa. RA Gama ou RA São Sebastião. Registrado por Rosicler Theodoro da Silva em 2004.

Mesa de Juscelino kubitschek. RA Riacho Fundo, DF. Fotos: Barbara Vasconcelos/Acervo Iphan-DF.







6. Para entender alguns termos arqueológicos

Seguem alguns termos retirados do Dicionário de Arqueologia, escrito pelo arqueólogo Alfredo Mendonça de Souza.

Aldeia: sítio arqueológico com evidências de várias habitações ou áreas de atividades, contemporâneas entre si, podendo apresentar estrutura bem definida

Antropomorfo: representação estilizada da figura humana.

a.C.: antes de Cristo. Forma de apresentação de Datação Absoluta que toma como referência o ano 1 da Era Cristã. O mesmo que A.D. ou Anno Domini. Complementa a escala d.C., depois de Cristo.

A.P.: Antes do Presente. Forma de apresentação de resultado de datação Absoluta. Por convenção, a data presente é o ano de 1950 do século XX, o qual deve ser tomado como base para convenção para o sistema a.C./d.C

Agricultura: plantio e cultivo de vegetais para deles extrair frutos, grãos, folhas, raízes e fibras. A Agricultura distingue-se da Horticultura por implicar produção maior do que o consumo necessário ao grupo, passível de troca ou armazenamento.

Cachimbo: conhecido como "pito", consiste em objeto usado para fumar. Pode variar em matéria-prima (cerâmica, caulim, cabaça, rocha), na técnica de confecção (modelado, moldado), na forma (tipo tubular, fornilho, monitor, angular), na decoração (antropomórfica, barroca, geométrica) e na procedência.

Datação absoluta: datação arqueológica obtida por meio de análises físico-químicas ou biológicas, que permite estimativa bastante precisa de um objeto, monumento ou piso cultural.

Datação cruzada: quando não é possível recorrer às datações absolutas ou relativas, somente se pode provar que dois grupos culturais são contemporâneos mediante o estabelecimento de vínculos que os associem. Fala-se mais frequentemente que os dois grupos estão correlacionados.

Datação relativa: técnicas de datação baseadas principalmente na posição estratigráfica. O artefato, estrutura ou evidência que esteja abaixo do outro, no contexto de um sítio arqueológico intacto, será certamente mais antigo.

Debitagem: é a operação que consiste em destacar uma lasca de seu núcleo por meio de uma percussão (batida).

Escavação arqueológica: trabalho intenso e sistemático num sítio. São numerosas as técnicas de escavação em Arqueologia: por níveis artificiais ou naturais; em superfície restrita ou ampla; em quadrículas aleatórias, quadriculas selecionadas, quadriculas agrupadas, trincheiras, transects etc.

Estratigrafia: estudo das camadas ou estratos que aparecem superpostos num corte geológico. Em Arqueologia, estudo dos sucessivos pisos de ocupação ou pisos culturais.

Ferramenta: uma ferramenta lítica é um objeto de pedra, encabado ou não, que serve de intermediário entre uma matéria a ser trabalhada e o homem que a utiliza para afinar, precisar ou reforçar uma ação impossível à mão nua. O termo é empregado como sinônimo de artefato.

Flecha: artefato composto por uma ponta de arremesso, uma haste, que se apoia na corda do arco para ser arremessada.

Fragmento: parte desprendida de um bloco ou de um vasilhame cerâmico que tem tamanho e forma irregular (imprevisível), anguloso, e a esmo. É o resultado de um golpe forte, além dos limites da elasticidade da rocha ou do vasilhame cerâmico.

Furador: é uma ferramenta de lasca que apresenta uma ponta muito bem delimitada.

Geométrico: termo de uso muito abrangente em Arqueologia, geralmente indica motivos, tanto na arte rupestre, como na decoração da cerâmica.

GPS: o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América do Norte opera os Sistema Global de Posicionamento (Global Positioning System-GPS) de satélites, os quais orbitam a Terra a uma altitude de aproximadamente 20.000 km. Cada satélite tem seu próprio sinal de identificação e padrão de transmissão. Os receptores GPS, no solo, monitoram os satélites e calculam a posição (latitude, longitude e altitude) do ponto onde se encontram, usando os dados fornecidos pelos tais satélites.

Habitação, sítio: local com evidências de ocupação prolongada, onde se identificam atividades de subsistência.

Holoceno: Quaternário Recente, em oposição ao Plesitoceno ou Quaternário Antigo. Admite-se que teria iniciado há mais ou menos 12.000 anos. Acredita-se que no início do Holoceno o clima continuava muito frio e seco e que o nível do mar estava bem abaixo do atual. Ao longo do Holoceno, ocorreram várias transgressões marinhas, com o nível do mar ficando acima do atual.

Caverna: sinônimo de gruta, com dimensões maiores.

Faiança portuguesa: designação corrente da cerâmica argilosa de vidrado estanífero. A faiança lusitana tem como elementos básicos na sua composição a argila plástica (barro) e o carbonato de cálcio, na dosagem aproximada de seis e quatro partes. A coloração e resistência da pasta dependem da natureza das terras.

Enterramento: ato ou maneira de depositar o morto. Sepultamento, inumação. O enterramento pode ser primário, se é realizado de uma só vez, ou secundário, se apresenta duas ou mais etapas; direto, se o corpo é posto diretamente de encontro à terra, ou indireto, se uma urna ou outro tipo de receptáculo; simples, se não apresenta acompanhamento, ou com mobiliário funerário; individual ou coletivo etc.

Mão-de-mó: é o objeto ativo complementar da Mó. É constituída por uma pedra de secção arredondada, frequentemente cilíndrica, acionada circularmente, à mão, sobre a parte passiva. Elas são fabricadas por picoteamento. Serviram, principalmente, para moer grãos. O trabalho de esmagamento se efetua por movimentos circulares e laterais e por uma sequência de pressões e pequenas percussões, entre as quais, as pressões são mais importantes.

Matéria corante: óxidos de ferro: hematita (Fe2O3) de cor vermelha e a limonita (FeO) de cor amarela, usadas pelas populações pré-históricas na pintura corporal, na execução das pinturas rupestres e na decoração cerâmica. Usavam-nas como as encontravam na natureza, trituradas, adicionando um pouco d'água e gordura animal, esta última como fixador, mas ignora-se a natureza dos solventes, se é que foram empregados. A hematita trabalhada é vermelha, e a usavam para a pintura corporal, dos ossos de alguns sepultamentos (nos sambaquis é comum essa prática ou pelo menos conservou-se melhor) e, ainda, nos vasos cerâmicos e nas pinturas corporais. A limonita foi mais usada na pintura de cerâmica

e na arte rupestre. Eventualmente, essas matérias-primas foram queimadas e, em função da temperatura da queima, obtinham tons de vermelho escuro ao rosa e de amarelo-laranja ao amarelo-limão. Existe o registro do encontro de bastonetes de hematita em sítios com arte rupestre de Goiás, e do uso de minérios de manganês para o negro. O branco era obtido do caulim, uma argila, ou do calcário. Entre os corantes vegetais, possivelmente foram usados o carvão e o suco do jenipapo, para tons de negro, e o urucum, para vermelho.

Motivo: é uma representação geométrica, geralmente complexa, que só aparece uma ou duas vezes, tornando-se um tema único.

Oficina lítica: local onde se evidencia o fabrico de artefatos líticos. Pode ser em gruta ou abrigo, mas geralmente a expressão é empregada para sítios abertos.

Ocorrência arqueológica: objeto encontrado isolado e sem contexto.

Painel: é formado por representações agrupadas em um espaço natural delimitado ou que definem um espaço gráfico próprio, único ou distinto de todos os outros de um mesmo lugar.

Paleolítico: período que se inicia com a aparição do homem e com a fabricação dos primeiros artefatos líticos lascados e se estende até o final do Período Glacial.

Patrimônio arqueológico: "Compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados." (Carta de Lausanne).

Pedra lascada: classificam-se nessa categoria todos os objetos de pedra, obtidos por lascamentos voluntários, resultantes de percussões ou pressões.

Pedra polida: classificam-se nessa categoria todos os objetos cuja forma foi obtida por abrasão (sendo que o abrasivo sado é geralmente areia úmida). As operações preliminares da abrasão podem ser o lascamento e, nesse caso, tem-se um objeto lascado e polido, ou então picoteamento e polimento, e o objeto é dito picoteado e polido.

Pedúnculo: prolongamento central na extremidade proximal de pontal de arremesso, destinado a facilitar o encabamento.

Percussão: técnica (ou técnicas) de aplicação de um golpe, repentino, de força em um ponto determinado de um fragmento de rocha.

Percutor: na categoria de percutores, entram todas as ferramentas cuja função é dar golpes para afundar, esmagar ou lascar.

Pleistoceno: época que se segue ao Plioceno e marca o início do Quaternário. Durou aproximadamente um milhão de anos. Nesse período, apareceu a maioria das espécies atuais. É também chamado de época glacial, quaternário antigo ou diluviano. Integra o período Antropozoico ou Quaternário da Era Cenozoica. O Pleistoceno teria acabado há aproximadamente 12.000 anos, com um clima excessivamente frio e seco.

Ponta bifacial: são as que foram trabalhadas nas duas faces.

Raspador: utensílio de lasca ou de bloco empregado para raspar, existindo variações como raspadores plano e convexo.

Subsuperfície: parte abaixo da superfície.

Tembetá: ornamento labial de pedra polida, cilíndrico, bicônico ou triangular de lados levemente convexos.

Tortual de fuso: peça confeccionada em cerâmica e em outros materiais como madeira. Utilizada no processo de fiação introduzindo uma vareta no orifício.

Tradição: grupos de elementos ou técnicas com persistência temporal. Uma sequência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formam uma continuidade cronológica.

Tradição Itaparica: tradição vinculada a caçadores e coletores que se estende desde o nordeste até o sudeste de Mato Grosso e o norte de Mato Grosso do Sul. No estado de Goiás e no Distrito Federal apresenta as datações de 10580 ±580 A.P (Sítio GO-JA-O1), 8370±370 A.P (Sítio GO-JA-26) e 8414-8303 cal BP (Sítio Cachoeirinha, DF). Caracteriza-se por indústria lítica com artefatos denominados raspadores, facas, furadores, buris, picões, machados lascados. Estão presentes alguns bifaces e ponta de projéteis (SCHMITZ et al., 1989, p.19; 2004, p.1)

Tradição Serranópolis: tradição vinculada a caçadores e coletores, com registros identificados no sudoeste de Goiás – na região de Serranópolis – os sítios dos primeiros caçadores/coletores foram filiados à fase Paranaíba, com presença nessa área entre 8.800 a.C. e 6.420 a.C. e cuja economia se enquadra em um sistema de caça e coleta generalizada (WUST, 2006). Os artefatos líticos tecnologicamente são mais simples que os da tradição Itaparica, denominadas de lascas, em geral usadas sem retoques, apresentam raspadores, perfuradores, pontas de entalhe, cunhas, plainas, buris, talhadores, formões, quebra-cocos.

Tradição Neobrasileira: uma tradição cultural caracterizada pela cerâmica confeccionada por grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e de outras procedências, em que são diagnosticadas as decorações: corrugada, escovada, incisa, aplicada, digitada, roletada, bem como asas, bases planas em pedestal, cachimbos angulares, discos perfurados de cerâmica e pederneiras.

Uniface: é, de modo geral, um utensílio lascado em uma só face e definido em oposição aos bifaces, que são lascados nas duas faces. Utensílios feitos a partir de um seixo, sendo que uma das faces foi deixada em bruto.

Urna: vasilha utilizada para enterramento primário ou secundário.

Unicomponencial: uma localidade que apresenta um único componente de ocupação.

Urna: vasilha utilizada para enterramento primário.

Vasilhame: termo que abrange todas as formas de recipientes de cerâmica, de pedra, e até de osso de baleia. Destinam-se a conter água, alimentos, etc.

Zoólito: escultura zoomorfa (em forma de animal) feita de pedra ou de osso, sendo as peças mais famosas dos sambaquis. Quase todos os zoólitos coletados possuem uma cavidade nítida na parte ventral ou lateral.

Zoomorfo: representação estilizada da figura animal (papagaio, tartaruga, onça e outros).

7. Para saber mais é preciso pesquisar e visitar museus

Para saber mais, o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP disponibiliza materiais com temáticas indígenas como apoio para a sala de aula:

Recursos Pedagógicos
Disponível em: https://mae.usp.br/materiais-de-apoio/

Vá visitar museus em Brasília, Goiânia e São Paulo:

Museu de Geociências da Universidade de Brasília
Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC Ala Centro, Sala AT 276/18 – Asa Norte, Brasília-DF
(61) 3107-7002

Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga
Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 13 – St. Central, Goiânia-GO, 74083-010
(62) 3201-4675

Museu Antropológico da UFG
Av. Universitária, 1.166 – Setor Universitário, Goiânia-GO, 74605-010
(62) 3209-6010

Centro Cultural Jesco Puttkaner
Av. T-3, n. 1.732, Setor Bueno – CEP 74.210-240, Goiânia-GO
(62) 3251-0721
museujesco.pucgoias@gmail.com

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Almeida Prado, 1466 – Butantã, São Paulo-SP, 05508-070

8. Referências

PHILIPS, E. (Ed.). *A Aurora da Humanidade*. Rio de Janeiro: Time/ Life/Abril, 1993. Coleção História em Revista

ANDREATTA, M.D. *Padrões de povoamento em pré-história goiana: análise de sítio tipo.* São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982.

_____. Projeto Anhanguera de arqueologia de Goiás (1975-1985). *Revista do Museu Paulista,* São Paulo, v. XXXIII, p. 141-157, 1988. Separata Nova Série.

BASTOS, R.; SOUZA, M. C. L. *Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico.* 3. ed. São Paulo, SP: Superintendência do Iphan em São Paulo, 2010. 296p.

BARBOSA, M. O (Coord.). *Projeto de Levantamento do Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico e Histórico-Cultural na ADA pela Construção da ETA Contagem e Reforma e Construção de Adutoras, DF*. Goiânia: IGPA/UCG, 2007.

_____. *Relatório Final* – Projeto de Levantamento do Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico e Histórico-Cultural na ADA pela Construção da ETA Contagem e Reforma e Construção de Adutoras, DF. Goiânia: IGPA/ UCG, 2008.

BARBOSA, M. O; COSTA, D. (Coord.). *Relatório Parcial do Programa de Resgate Arqueológico e Gestão do Patrimônio Cultural da Área Diretamente Afetada pela Implantação do Interceptor e Emissário de Esgotos do Sistema Melchior no Distrito Federal.* Goiânia: IGPA/ UCG, 2005.

BELISÁRIO, R. Carbono-14 não é único método de datação. *ComCiência,* 2003.

BERTRAN, P. *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*. Brasília: Solo Editores, 1997.

_____. *História da terra e do homem no Planalto Central:* eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

FOGAÇA, E.; JULIANI, L. O. *Relatório da 2ª etapa de avaliação do potencial do sítio Taguatinga (DF-PA-11)*. Brasília: Iphan, 1997.

GUIDON, N. As ocupações pré-históricas no Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela C. (Org.). *História dos índios do Brasil.* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERBERTS, A. L. (Org.). *Oficinas de Educação Patrimonial na Usina Hidrelétrica Barra Grande*. Florianópolis: [S. n], 2088. 120p.

IPHAN. *Fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.* [S. l.: s. n., s. d.].

MENESES, U. B. Identidade cultural e arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n. 20, p. 33 - 36, 1984.

MIGLIACIO, M. C. Pedra Preta de Paranaíta: arte rupestre na ocupação do Alto Tapajós, Amazônia Mato-grossense. *Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas,* v. 17, n. 30, p. 173-201, jan./jun. 2017.

MILLER, E. T. *Avaliação do potencial arqueológico para os EIA e RIMA da área de expansão de Gama.* Brasília: Terracap/Engea, 1991.

_____. *Avaliação do Potencial arqueológico para os EIA e RIMA da área de expansão do setor Habitacional Ipê/Núcleo Bandeirante.* Brasília: Terracap/Engea, 1991.

_____. *Avaliação do Potencial arqueológico nas áreas de Adensamento urbano/Rural de Ceilândia/Taguatinga.* Brasília: Terracap/Engea, 1992.

_____. *Avaliação do Potencial arqueológico do Patrimônio Cultural para o Rezoneamento Ambiental da APA da Bacia do Descoberto.* Brasília: Terracap/Engea, 1994.

PY-DANIEL, A. R. *Uma Santarém mais antiga sob o olhar da arqueologia.* Belém: MPEG, 2017.

PY-DANIEL, A. R. *et al. Arqueologia e suas implicações na Amazônia.* Belém: MPEG, 2017.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira.* Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

REIS, M. J.; FOSSARI, T. Arqueologia e preservação do patrimônio cultural: a contribuição do Pe. João Alfredo Rohr. *Cadernos do CEOM,* Chapecó/SC, v. 22, n. 30, 2009. Políticas públicas: memórias e experiências.

SHOCK, M. P.; PY-DANIEL, A. R.; CARNEIRO, T. M. *Descobrindo a Arqueologia.* Belém: MPEG, 2017.

SANTOS, R. M. *O Gê dos Gerais:* elementos da cartografia para etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, E. M.; VIEIRA JÚNIOR, W. *Goyaz* – Guia de cartografia histórica. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

SILVA, R. C.; MELLO, P. J. C. *Educação Patrimonial:* uma aventura arqueológica na Serra do Facão. Goiânia: Fundação Aroeira, 2009.

SIMONSEN, I. *Alguns sítios da Fase Bambuí em Goiás.* Goiânia: Museu Antropológico-UFG, 1975.

SOUZA, A. M. *et al. Projeto Bacia do Paranã II.* Goiânia: Museu Antropológico-UFG, 1979.

_____. Sequência arqueológica da Bacia do Paranã – fases cerâmicas: Cocal, Paranã e Terra Ronca. *Arquivos do Museu de História Natural,* Belo Horizonte, v. 6-7, p. 81-87, 1981.

_____. *Dicionário de Arqueologia.* Rio de Janeiro: Adesa, 1997.

SOUZA, M. L. *Estudos de sítios pré-coloniais na Bacia do rio Tocantins:* Análise tecnológica. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, FFCLH, Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *Relatório Final:* Arqueologia Histórica – Programa de Preservação do Patrimônio Arqueológico do AHE Serra da Mesa. Goiânia: Fundação Aroeira, 2009.

SCHMITZ, P. I. *Caçadores e coletores da pré-história do Brasil.* São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1984.

SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A. S. *Os horticultores pré-históricos do Estado de Goiás.* São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1985.

WUST, I. (Org). Arqueologia Brasileira: o passado também devora. *Museu Antropológico da UFG,* Goiânia, v. 1. n. 1, 1999.

_____. A ocupação de Goiás antes da chegada do europeu (Goiás pré-Colonial). In: ROCHA, Leandro (Org.). *Atlas histórico Goiás Pré-Colonial e Colonial.* Goiânia: Cecab, 2001.

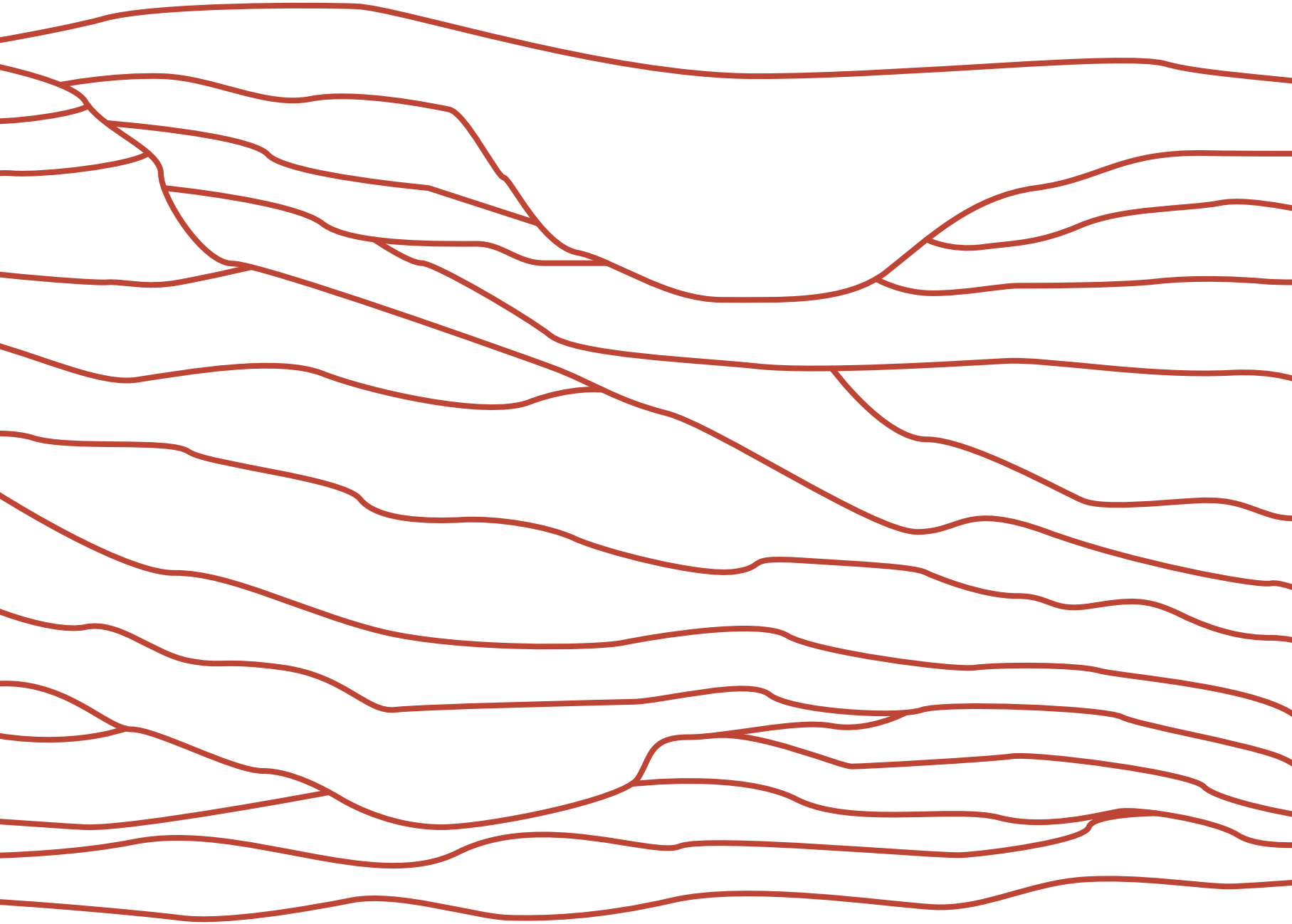
_____. *Consultoria científica para atualização e revisão das pesquisas arqueológicas realizadas na região da Caverna de Brasilinha, GO:* 1º Relatório de Atividades ao Iphan. Pirenópolis, GO: [s.n] out. 2006. 52 p.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson. *Vestígios no Parque Nacional de Brasília e na Reserva Biológica da Contagem:* do campo da invisibilidade aos lugares de memória. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2010.

Foram usadas as fontes Overlock para texto e títulos, e Aleo para subtítulos e legendas.

A capa foi impressa em papel couché fosco, 250g/m², e o miolo, em papel offset 115g/m².

banco BRB
Secretaria de Educação
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
IPHAN
MINISTÉRIO DA CULTURA





Edições IPHAN